

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DANIELA APARECIDA TOMAZINI

**O ENSINO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA E O TRABALHO DOCENTE: UM
ESTUDO NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA/MG A PARTIR DA LEI DE
DIRETRIZES E BASES 1996/97.**

Uberlândia
2016

DANIELA APARECIDA TOMAZINI

O ENSINO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA E O TRABALHO
DOCENTE: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA/MG A
PARTIR DA LEI DE DIRETRIZES E BASES 1996/97

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da Universidade
Federal de Uberlândia, para obtenção do título de
Mestre em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidades,
Educação e Sociabilidade
Orientadora: Prof. Dra. Fabiane Santana
Previtali.

Uberlândia
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

T655e
2016 Tomazini, Daniela Aparecida, 1981
 O ensino religioso na educação pública e o trabalho docente: um estudo no município de Uberlândia/MG a partir da Lei de Diretrizes e Bases 1996/97 / Daniela Aparecida Tomazini. - 2016.
 195 f. : il.

 Orientadora: Fabiane Santana Previtali.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
 Inclui bibliografia.

 1. Ciências sociais - Teses. 2. Ensino religioso - Teses. 3. Trabalho docente - Teses. 4. Ensino fundamental - Minas Gerais - Teses. I. Previtali, Fabiane Santana. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 316

DANIELA APARECIDA TOMAZINI

O ENSINO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA E O TRABALHO DOCENTE: UM
ESTUDO NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA/MG A PARTIR DA LEI DE
DIRETRIZES E BASES 1996/97.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidades, Educação e Sociabilidade.

Uberlândia, setembro de 2016.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Fabiane Santana Previtalli (Orientadora)
INCIS - Universidade Federal de Uberlândia

Profa. Dra. Elisabeth da Fonseca Guimarães
INCIS - Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Cilson César Fagiani
Instituto Passo 1

**Aos meus pais,
irmãos e às minhas filhas,
minha eterna gratidão.**

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e pelas pessoas que Ele colocou em meu caminho;

Aos meus pais Atilio e Fátima, presença amorosa em minha vida, sem eles não poderia nem sonhar com esse projeto, gratidão por cuidarem de mim e das minhas meninas; Pai e mãe as melhores pessoas que conheço, mais trabalhadoras, corajosas, fortes e bondosas;

As minhas filhas Yasmin e Helena, tão amadas, que me encorajaram a enfrentar o cansaço de dois turnos de trabalho e a realizar o sonho de fazer um mestrado. Yaya, obrigada pela sua compreensão pelas inúmeras vezes que não tive tempo de estudar com você. Heleninha, sua danadinha, só ia dormir quando a mamãe desligava o computador, e quantas noites você foi dormir de madrugada, obrigada por saber entender quando dizia que “daqui a pouquinho a mamãe brinca com você”.

Ao meu irmão Atilio, pelo incentivo, apoio e pela ajuda na leitura e revisão de todo este trabalho, sem sua ajuda, tudo seria bem mais complicado. Ao meu irmão Maico e minha cunhada Ivi pela presença amiga. Ao Ladário que trouxe paz ao meu coração.

A minha estimada Profª. Dra. Fabiane Santana Previtali pela atenção, gentileza e cuidado na orientação desta dissertação e pela inspiração teórica e acadêmica. Não poderia deixar de mencionar o Prof. João Marcos Alem que tanto me encorajou a cursar o mestrado e a querida Profª. Dra. Elizabeth da Fonseca Guimarães, que desde os tempos da graduação tem sido tão amiga e prestativa e teve o papel de me incentivar a não desistir de concluir o curso quando tudo parecia tão difícil.

A Edvandra e a Jacqueline, servidoras administrativos do Departamento de Ciências Sociais sempre tão solícitas e gentis. Em nome das quais aproveito para agradecer a todos o funcionários do departamento.

Minha gratidão a todos os meus companheiros de trabalho do Instituto Teresa Valsé e da Escola Municipal Professor Sergio de Oliveira Marques, vocês além de serem minhas referências enquanto profissionais de excelência, são amigos maravilhosos.

À Universidade Federal de Uberlândia, por oferecer toda a estrutura necessária para realização deste trabalho; A Prefeitura Municipal de Uberlândia por conceder a liberação de

um dia de trabalho para que pudesse me dedicar ao mestrado e permitir o acesso ao campo de pesquisa e a todas as informações necessárias para a conclusão deste trabalho.

Agradeço ainda, aos professores que se disponibilizaram a responder aos questionários e cederam horas preciosas do seu tempo com conversas e relatos sobre a sua prática cotidiana enquanto, professores de Ensino Religioso.

Agradeço muito pela disponibilidade dos professores Gelson Neri Bouckhardt e Marilda Varison, pessoas tão queridas e importantes que estiveram comigo nesse período, que com prontidão e zelo me orientaram durante toda essa pesquisa esclarecendo dúvidas e me ensinando tanto.

Agradeço por fim, a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização deste trabalho.

E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas
“E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar

Gonzaguinha (1982)

RESUMO

A discussão acerca da identidade e do papel do Ensino Religioso na educação pública no Brasil é ponto de debate frequente no cenário da Educação básica do país. Com matrícula facultativa e oferta obrigatória, é parte integrante da formação básica do cidadão. Por vezes, é identificada a partir de arquétipos históricos e culturais que a associam a uma prática pedagógica contrária à laicidade e à diversidade religiosa. O ranço do proselitismo cristão ainda permeia a disciplina, que por vezes foi associada à propagação e a legitimação da fé cristã, em específico, a religiosidade católica. Compreender como essa disciplina se institui e se constitui no cenário educacional brasileiro é a proposta dessa dissertação, a qual pretende discutir sobre as implicações da prática pedagógica dos professores habilitados para lecionar a disciplina, bem como, as Diretrizes Curriculares Nacionais as quais orientam as premissas da proposta curricular. O que ensinar? Como ensinar? Quem ensina? Por que ensinar Ensino Religioso? São interrogações que impulsionam essa pesquisa na busca por compreender as perspectivas dessa disciplina em construção. O estudo sustenta-se em leituras e análises de documentos tais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.475/1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 e o Projeto Político Pedagógico Institucional do Município de Uberlândia. Almeja-se, especificamente entender como o Ensino Religioso se configura no Município de Uberlândia a partir das premissas exigidas pela legislação nacional e da prática pedagógica dos seus professores e assim desmistificar o caráter confessional e proselitista evidenciando a sua legalidade enquanto disciplina do currículo básico da escola pública brasileira.

Palavras-chave: Ensino Religioso. Educação Básica. Trabalho docente. Prática docente. Diretriz curricular.

ABSTRACT

The discussion about Religious Education and Identity Formation in public educational systems in basic education are frequent in Brazil. The Religious education discipline forms part of the basic national education it is offered in state schools but it's optional. Sometimes it is identified from historical and cultural archetypes that associate a pedagogical practice contrary to secularism and religious diversity. The influence of Christian proselytism yet permeate the discipline, It had in different historical contexts, was associated with the spread and legitimation of the Christian faith in special, the Catholic religion. This dissertation aims to understanding how this discipline was regulated in the Brazilian educational scenario. Then discusses the implications of the pedagogical practice of teachers qualified to teach the discipline, as well as the law of basic tenets and guidelines of brazilian education (LDB) guide the curriculum. What to teach? How to teach? Who teaches? Why teach Religious Education? Are questions that drive this research in the search for understanding the perspectives of the discipline under construction. The study supports in reading and analysis of documents such as the 1988 Federal Constitution, the law of basic tenets and guidelines of brazilian education No. 9475 of 1997, the National Curriculum Parameters and the Institutional Political-Pedagogical Project. Aims specifically to understand how the Religious Education was configured in Uberlândia from the premises required by brazilian legislation

Keywords: Religious education. Basic education. Teaching. Teaching practice. Curriculum.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estado de Minas Gerais e a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba de acordo com o IBGE	78
Figura 2 - Distribuição territorial dos distritos do município de Uberlândia	79
Figura 3 - Perfil religioso em Uberlândia 2010.	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Parte A - Número total de alunos matriculados nos sistemas públicos e privado de ensino no município de Uberlândia	84
Tabela 2 - Parte B - Número total de alunos matriculados nos sistemas públicos e privado de ensino no município de Uberlândia	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEMEPE	Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz
CIER	Conselho de Igrejas para Ensino Religioso
CBBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CEMEPE	Centro Municipal de Estudos e Projetos Julieta Diniz
COMUNER	Comissão Municipal de Educação Religiosa
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONERS	Conselhos de Ensino Religioso
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FONAPER	Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso
GEPR	Grupo de Pesquisa Educação e Religião
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura.
OPV	Orientação para a Vida
PCNERS	Parâmetros Curriculares Nacional de Ensino Religioso
RME	Rede Municipal de Ensino
SME	Secretaria Municipal de Educação
STF	Supremo Tribunal Federal
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

Introdução.....	15
Capítulo 1.....	24
1 Religião, Educação e Ensino Religioso	24
1.1 O homem e a busca por um sentido.....	24
1.2 Religião e a Instituição Escola	29
1.3 A Escola e o Ensino de Religião.....	30
1.4 História do Ensino Religioso no Brasil e algumas considerações.....	34
1.4.1 Ensino Religioso - Brasil no período Colonial.....	34
1.4.2 Ensino Religioso - Brasil no período Imperial.....	36
1.4.3 Ensino Religioso - Brasil República Velha (1890-1930).....	37
1.4.4 Ensino Religioso - Constituição de 1934	40
1.4.5 Ensino Religioso Brasil Estado Novo (1937-1945).....	42
1.4.6 Ensino Nova Democracia (Constituição de 1946 – Vigente Até 1964).....	43
1.4.7 A primeira Lei de Diretrizes e Bases - LDB.....	44
1.4.8 Ensino Religioso – Ditadura Militar (1964 – 1985).....	45
1.4.9 Segunda LDB de 1971.....	46
Capítulo 2.....	48
2 A Educação no Período Democrático no Brasil e o Ensino Religioso	48
2.1 Restauração da Democracia (1985- Atual/Constituição de 1988).....	48
2.2 A terceira LDB -1996.....	51
2.3 O Ensino Religioso Pós LDB 96/97	54
2.4 Um novo olhar sobre o Ensino Religioso	59
2.5 O FONAPER e o Ensino Religioso	60
2.6 Ensino Religioso e formação Docente	65
2.7 O Ensino Religioso enquanto área do conhecimento – Conflitos e Impasses.....	69
Capítulo 3.....	78
3 Ensino Religioso em Uberlândia	78
3.1 Breve Histórico da Cidade	78
3.2 Perfil Sócioeconômico	80
3.3 A Religião em Uberlândia.....	81
3.4 A Rede de Ensino Básico em Uberlândia	83

3.5 A Secretária Municipal de Educação	86
SUMÁRIO	
3.6 O Ensino Religioso em Uberlândia – Breve Histórico	87
3.7 Ensino Religioso em Uberlândia – Anos: 1997 a 2000	87
3.8 O Ensino Religioso de 2001 a 2004	91
3.9 O Ensino Religioso de 2005 A 2008	95
3.10 O Ensino Religioso de 2009 A 2012	97
3.11 Pontos importantes das diretrizes básicas do Ensino Religioso:	99
3.11.1 Planejamento da disciplina	102
3.12 Ensino Religioso de 2013 até 2016	103
3.13 Perfil dos professores de Ensino Religioso em Uberlândia	104
3.14 O Ensino Religioso a partir do olhar dos seus professores	108
Conclusões	118
Referências	121
Apêndice	129
Anexos	134

Introdução

Religião e formação humana

Mas, e Deus, existe? A vida tem sentido? O universo tem uma face? A morte é minha irmã?” Ao que a alma religiosa só poderia responder: “Não sei. Mas eu desejo ardentemente que assim seja. E me lanço inteira. Porque é mais belo o risco ao lado da esperança que a certeza ao lado de um universo frio e sem sentido...

(ALVES, 1999, p. 126)

Este trabalho diz respeito à inserção do Ensino Religioso na educação básica. Busca compreender como a disciplina se apresenta e se reestrutura no atual cenário educacional, uma vez que sua presença é motivada por contextos históricos, econômicos, sociais e políticos, que mudam de acordo com os interesses de seus “gestores” políticos, religiosos e lideranças da área ao longo do processo histórico.

O texto está estruturado em introdução, seguido por três capítulos e conclusão. A introdução faz um preâmbulo sobre o contexto da pesquisa a ser desenvolvida, objetivos e metodologia. O primeiro capítulo faz referência à historicidade da disciplina, analisa o percurso do Ensino Religioso no Brasil Colônia, seus desdobramentos no período da República, a partir de 1889, até a aprovação da Lei n. 9.475/97. Destaca a luta empreendida pela Igreja Católica para a manutenção do Ensino Religioso no ordenamento curricular, e os constantes conflitos para a manutenção e estruturação da disciplina no ensino fundamental das escolas públicas do país.

O segundo capítulo apresenta a implantação do Ensino Religioso em âmbito nacional, apresenta o FONAPER como importante associação não governamental para reestruturação da disciplina, promovendo a criação das Diretrizes Curriculares do Ensino Religioso. Reflete sobre como a modalidade de Ensino Religioso é adotada em cada estado e os critérios estabelecidos para a definição dos conteúdos, bem como para a formação dos professores. O levantamento

desses dados têm como objetivo analisar a heterogeneidade nas interpretações estaduais, decorrente da ausência de regulamentação nacional para o Ensino Religioso. Apresenta ainda, alguns impasses pelos quais a disciplina se depara na atualidade evidenciando o embate entre os que defendem a regulamentação da disciplina e aqueles que lutam por afirmar que a disciplina é ilegítima em um Estado laico não podendo ser parte do currículo das escolas públicas.

O terceiro capítulo é centrado na análise da implantação do Ensino Religioso na cidade de Uberlândia - MG. O objetivo deste capítulo é explicitar como o Ensino Religioso se configura na cidade a partir da LDB 1996/1997, apresentando uma breve história da estruturação da disciplina na rede pública municipal da cidade e analisa o discurso dos professores da rede, faz ainda uma análise das Diretrizes Curriculares do Ensino Religioso que foram divulgadas em 2011 e discute ainda, sobre a perspectiva dos professores em relação à sua própria prática educativa. Por fim, na conclusão, apresentamos os resultados da pesquisa e apontamos algumas considerações a respeito da relevância do Ensino Religioso enquanto disciplina do currículo da escola pública.

A pesquisa surge como uma possibilidade de conhecer a efetivação da disciplina escolar a partir da ótica dos profissionais que a lecionam no ensino fundamental, na rede pública Municipal. Compreende que é possível conhecer fragmentos desse olhar, ou seja, elencar os possíveis aspectos mais relevantes, tais como, a necessidade de pensar sobre a concepção dos próprios professores e lançar questionamentos em relação à teoria e prática do Ensino Religioso. Embora seja uma disciplina escolar antiga na proposta curricular, nota-se que esta ainda carece de legitimação e identidade em virtude de ser constantemente questionada. Questionamento este que surge a partir de uma discussão pautada em um senso comum que faz apontamentos sobre sua validade e relevância dentro de um cenário político laico, ou seja, a disciplina se insere em um Estado que não professa nenhuma religião, mas garante a oferta de uma disciplina que se intitula Ensino Religioso.

Considera-se a necessidade de reconhecer a importância dessa disciplina, pois a mesma possui a capacidade de auxiliar o estudante a compreender o desenvolvimento humano ao longo da história por dentro do universo religioso, contribuindo assim para a formação crítica dos

alunos, sendo essa pautada no respeito às diferentes religiões presentes nas várias sociedades, caminhando assim para posicionamento que irão para além do senso comum.

O interesse pela investigação dá-se, inicialmente, por meio da vivência desta pesquisadora com a referida disciplina. Como professora de Ensino Religioso há aproximadamente, 12 anos, pude vivenciar uma infinidade de dificuldades relativas ao trabalho com essa disciplina: a relação escola e religião, a presença de alunos de diferentes credos numa mesma sala de aula, o caráter laico do Estado brasileiro, a fragilidade de sua identidade epistemológica, a falta de habilitação dos professores que atuam nessa área, a dificuldade de estabelecer critérios para a avaliação dos alunos, já que a disciplina não pode ser critério de reprovação. Somando a isso temos a pouca produção de manuais e livros didáticos e pesquisas sobre a disciplina. Nesse cenário, atentei para a necessidade de discutir a presença da disciplina Ensino Religioso no currículo escolar e consequentemente a importância de tomá-la como objeto de investigação.

Durante a delimitação do tema de pesquisa, muitas dúvidas perpassavam à escrita, tais como: a associação da disciplina como formadora de “valores”; o modo como os professores desenvolvem a disciplina de forma a atender as exigências legais; e a percepção dos alunos em relação à importância e necessidade das aulas e o olhar dos professores em relação à disciplina. Tratava-se de uma proposta de estudo ampla e inicial, que foi sendo discutida, ganhando forma e se direcionou para os estudos no campo do trabalho e da formação do docente em Ensino Religioso. Em meio à reelaboração do projeto de pesquisa, à medida que avançava na revisão da literatura e realizava o levantamento das referências, foi possível perceber que o Ensino Religioso esteve desde o início inserido na grade de conteúdos das escolas públicas, no começo como ensino de uma religião, e posteriormente, nos anos 1930, constituindo-se em disciplina, sendo inserido no currículo escolar e nele permanecendo até os dias atuais.

Nesse sentido, a pesquisa ocupou-se da investigação da história do Ensino Religioso nas escolas públicas, contemplando sua constituição como uma disciplina escolar, sua permanência nos currículos escolares, sua trajetória e as finalidades a ela atribuídas, bem como sua prática se efetiva em sala de aula. O presente texto se atentou a analisar a coerência entre o que é apresentado pela legislação que regulamenta a disciplina ao contexto sociocultural do aluno e,

ainda, como o educador percebe esse movimento do que é proposto e como é aplicado à realidade da sala de aula.

Assim, o que era um interesse pessoal, pouco embasado, percebeu-se como uma preocupação educacional relevante, que integra o grupo das pesquisas as quais têm como foco a Cultura, Identidades, Educação e Sociabilidade. Afinal, o Ensino Religioso é disciplina legítima, ou seja, está amparada pela legislação do país e compõe o quadro curricular escolar brasileiro, e embora seja tomada por alguns estudiosos como algo imposto, antes, precisa ser problematizada como construção social, de forma a se visualizarem os diferentes dispositivos que perpassam sua presença no universo escolar ao longo do tempo.

Desse modo, se delimita como problema de pesquisa conhecer como se deu a construção da disciplina Ensino Religioso como obrigatória no currículo das escolas públicas brasileiras e como esta se solidifica em sala de aula. Portanto, o trabalho aborda os principais aspectos da trajetória histórica trilhada por essa disciplina, levando em conta sua origem educacional como um saber escolar desde os tempos da colonização; sua efetivação em disciplina escolar e inserção no currículo na década de 1930; a luta pela sua consolidação no campo educacional; bem como a formação dos educadores e sua prática escolar em sala de aula.

No direcionamento desta pesquisa, toma-se a cidade de Uberlândia-MG como referência, de forma a pensar como a disciplina Ensino Religioso foi construída no âmbito do Município, a partir da Lei de Diretrizes e Bases - LDB/1988 – 1996/97. Momento histórico importante em que a legislação nacional transferiu para os sistemas estaduais e municipais de ensino a responsabilidade de legislar sobre a oferta da disciplina, dando autonomia para cada uma dessas instâncias criarem suas próprias normas em relação aos temas a serem ministrados e os critérios de seleção para a habilitação e admissão dos professores responsáveis.

No que se refere sobre o que ensinar em Ensino Religioso, as instâncias responsáveis em elaborar a proposta curricular no âmbito municipal e estadual, têm apenas clareza em relação ao objeto de estudo para essa disciplina, o fenômeno religioso, o qual se compreende como um processo na busca da transcendência, podendo ser, segundo o Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso - FONAPER – (2000): “desde a experiência pessoal da Transcendência até a

experiência religiosa na partilha do grupo; desde a vivência em comunidade até a institucionalização pelas Tradições Religiosas”.

Portanto, o objeto de estudo do Ensino Religioso apresenta múltiplas possibilidades de abordagem teórica. O professor deve desenvolver competências que permitam a ele trabalhar temáticas que envolvam o aluno para experiência da espiritualidade, ou seja, discutir sobre a sua relação pessoal com o Transcendente, o Sagrado e ao mesmo tempo suscitar o respeito e o reconhecimento das diferentes espiritualidades presentes no grupo. Deve ainda, abordar as diferentes tradições religiosas e sua possível importância para a vida em comunidade.

Sendo assim, o que se busca nas aulas é o diálogo construído a partir do diferente (do outro) e da reverência ao Transcendente. Mas não há consenso sobre como direcionar esse diálogo, como dito anteriormente, cada município tem liberdade para administrar os temas centrais, ou seja, os conteúdos centrais propostos pelos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais - 1997. Essa liberdade gera impasses e dúvidas frequentes para organização e legitimação do Ensino Religioso.

Esta pesquisa visa, portanto, compreender como tais impasses sobre a elaboração e organização do currículo comum ao Ensino Religioso são resolvidos pelos professores que lecionam a disciplina, e mais, como eles têm colocado em prática as propostas dos PCNs e as orientações do FONAPER. Pretende, ainda, questionar sobre a validade de tal disciplina, tendo como referencial a atual Constituição Brasileira, que em seu art.5º, inciso VI afirma que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias (BRASIL, 1988).

Considerando que o Brasil é um país que permite a autonomia religiosa, assegurando a liberdade de crenças, torna-se relevante conhecer e questionar a importância do Ensino Religioso como disciplina no currículo da educação básica. Conhecer como uma disciplina que

se apresenta como oferta obrigatória para a escola pública e de matrícula facultativa para os estudantes, atende aos interesses de uma educação laica, é ponto de discussão que se faz relevante em um contexto de escola pública.

Acredita-se que o Ensino Religioso venha a ser compreendido se for pensado dentro de uma realidade social que reconhece essa multiplicidade religiosa e que olha para as lacunas teóricas, metodológicas e práticas da disciplina. Dentro desse quadro se fundamenta a relevância dessa pesquisa, que de forma cautelosa, busca contribuir para avançar em relação aos inúmeros desafios da organização do Ensino Religioso e sua validade em um Estado laico.

Conforme aponta Goodson, (2008, p.146), “as disciplinas escolares são definidas não de uma maneira escolástica, desinteressada, e sim em um relacionamento muito próximo com o poder e os interesses dos grupos sociais”. Portanto, ao refletirmos sobre a disciplina Ensino Religioso é possível compreender que sua origem e continuidade no sistema educacional têm diferentes propósitos e visa atender a diferentes interesses sociais.

A partir desses pressupostos, o objetivo geral que norteou a investigação foi problematizar como o Ensino Religioso vem sendo desenvolvido e se efetiva no âmbito da educação básica pública, em particular na rede Municipal de Uberlândia/MG, tendo como objetivos específicos:

- a) analisar o histórico das relações entre Igreja e Estado quanto a institucionalização do Ensino Religioso a partir da LDB 1988 – 1996/97;
- b) discutir sob quais premissas o Ensino Religioso vem sendo desenvolvido e configurado na rede pública municipal de Uberlândia;
- c) verificar como se efetiva no cotidiano escolar o trabalho dos docentes de Ensino Religioso, conhecer sua formação acadêmica, suas dificuldades em sala de aula, seus desafios, bem como as diretrizes que tem orientado a sua prática na educação básica.

Segundo dados de 2016, fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação a rede de ensino municipal de Uberlândia conta, atualmente, com 53 escolas de nível fundamental, tendo um total de 49 professores de Ensino religioso, 30 deles são efetivos e 19 são contratados. Nesse

contexto, queremos traçar a história da disciplina e a partir desses educadores compreender a realidade do Ensino Religioso em sala de aula, em Uberlândia.

Acreditamos que, num processo de construção de pensamento crítico sobre a teoria e a prática do Ensino Religioso, o estudo e a decodificação da disciplina contribuam para a discussão e argumentação sobre a validade da mesma em uma escola pública e laica.

Procedimentos Metodológicos

De acordo com Brandão (2000), a tão afirmada, mas nem sempre praticada, “construção do objeto” diz respeito, entre outras coisas, à capacidade de optar pela alternativa metodológica mais adequada à análise daquele objeto. Portanto, a metodologia desta pesquisa foi construída em vista de oferecer subsídios necessários para o desenvolvimento do tema proposto. Para tanto, o trabalho foi desenvolvido a partir de revisão de literatura sobre a temática. A bibliografia adotada contempla as discussões no âmbito da Sociologia, Educação, Trabalho Docente e Ensino Religioso, com autores como: Anísia de Paulo Figueiredo, Clifford Geertz, Domênico Costela, Émile Durkheim, Elisa Rodrigues, Luiz Antônio Cunha, Mário Sérgio Cortella, Paula Montero, Pierre Bourdieu, Sérgio Junqueira, Sônia de Itoz, Stuart Hall, entre outros.

O campo educacional está envolto em uma dimensão cultural e deve ser visto como tal. Portanto, ao pensar a efetivação da disciplina Ensino Religioso e sua inserção e permanência no currículo escolar, faz-se necessário indagar sua dimensão cultural, principalmente porque a esfera religiosa que forjou essa disciplina é, sobretudo, um elemento cultural. Nessa perspectiva, o trabalho dialoga com conceitos que são centrais na Sociologia e na Educação – como currículo, trabalho docente e fenômeno religioso – como princípio de reflexão sobre os mecanismos de produção e recepção que envolvem a disciplina Ensino Religioso, seus significados, bem como os discursos, referências, valores e crenças que o constituem.

As fontes desta pesquisa constituem-se particularmente, de documentos escritos, sendo, em sua maioria, documentos oficiais, legislação e programas curriculares para a disciplina Ensino Religioso, de âmbito nacional e também do Município de Uberlândia. Essas fontes foram

coletadas via internet, consulta nos portais do Ministério da Educação e da Justiça, do Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso - FONAPER, Grupo de Pesquisa Educação e Religião -Gper, e ainda, na Secretaria de Educação de Uberlândia.

O trabalho de campo foi realizado mediante estudo de caso. A obtenção dos dados necessários para uma pesquisa requer o estabelecimento de uma metodologia de pesquisa (delineamento) que contemple as ideias do modelo, sinopse e um plano. Sendo que, seu planejamento compreende a diagramação, previsão de análise e a interpretação dos dados coletados (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A pesquisa se apresenta em dois momentos significativos:

1º momento

Levantamento bibliográfico, análise e discussão sobre as perspectivas dos teóricos que discutem o Ensino Religioso. Concomitantemente foi realizado um estudo histórico sobre as legislações que ora resguardaram a disciplina e ora questionam seu caráter inconstitucional.

2º momento

Durante os dois anos de realização desta pesquisa tivemos acesso às reuniões mensais de formação dos professores de Ensino Religioso. A participação desses encontros possibilitou várias conversas informais e acesso ao discurso dos professores em relação a sua prática docente.

Para embasar o trabalho de campo, foram realizados questionários semi-estruturados os quais foram encaminhados via e-mail ao grupo de professores, haja visto, que os professores que participam das reuniões de formação oferecidas pela Secretária Municipal de Educação (SME) da cidade de Uberlândia criaram um grupo em uma rede social (WhatsApp) para trocarem ideias, informações e experiências. Assim foi enviado ao grupo uma carta convite para que os interessados pudessem contribuir com a pesquisa a ser desenvolvida. Dos 17 professores participantes do grupo, 9 atenderam a solicitação e responderam os questionários que foram enviados via e-mail pessoal de cada um deles.

Ainda referente ao trabalho de campo, foram entrevistados dois coordenadores de área, Aparecida Reis de Freitas (coordenadora de 2007- 2011) e o atual coordenador Fabrício de Moura Bassi. Também tivemos a oportunidade de entrevistar a assessora Marilda de Fátima Duarte Varisson (assessora de 2007 – 2011) atual inspetora da rede Municipal de Educação.

A fim de estudar aspectos fundamentais da disciplina: Ensino Religioso, tendo a observação direta e uma série sistemática de entrevistas envolvendo docentes da disciplina no município de Uberlândia, aplicou-se o estudo de caso. Assim, com determinação e de maneira neutra buscou-se expor todos os questionamentos levantados, buscando-se uma análise "generalizante" e não "particularizante" (YIN, 2001).

De acordo com Severino (2007), o estudo de caso é aplicado quando o caso escolhido é significativo e representativo, possibilitando uma generalização e inferências para situações análogas. Para isto, o procedimento metodológico para coleta de dados deve ocorrer de maneira sistemática e rigorosa, seguida de uma análise rigorosa.

O uso do estudo de caso por pesquisadores sociais deve-se a diversos fatores como: entender situações cujos limites sociais não estejam bem definidos, contextualizar a situação de determinada pesquisa, extrair em situações complexas variáveis causais de determinado fenômeno (PRODANOV, 2013).

Partindo desse pressuposto, consideramos que a análise do ambiente de coleta e possíveis interferentes devem ser levados em consideração, em decorrência da diversidade de perspectivas epistemológicas e de enfoques diferenciados no tratamento ao objeto de estudo levando a várias modalidades no processo de pesquisa (SEVERINO, 2007).

Assim, podem ser definidos dois grandes grupos de delineamentos: aqueles que se valem das chamadas fontes de papel (pesquisa bibliográfica e pesquisa documental) e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas (pesquisa experimental, pesquisa ex-postfacto, o levantamento, o estudo de caso, a pesquisa-ação e a pesquisa participante). (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Optamos, portanto, por fazermos uma análise bibliográfica e documental, seguida por um estudo de caso sobre os professores da Rede Municipal de Ensino da cidade de Uberlândia.

Capítulo 1

1 Religião, Educação e Ensino Religioso

1.1 O homem e a busca por um sentido

A construção do ser social, feita em boa parte pela educação, é a assimilação pelo indivíduo de uma série de normas e princípios — sejam morais, religiosos, éticos ou de comportamento — que balizam a conduta do indivíduo num grupo. O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela. (DURKHEIM, 2003)

A busca por um sentido da existência faz parte da vida humana. Entender a realidade e o porquê das coisas é antes de uma curiosidade, uma necessidade para o indivíduo.

O homem busca ir além das necessidades da vida material ou econômica, da sua “infraestrutura” social. Ele cria relações pessoais, políticas e religiosas, regras para viver com o outro, constrói uma “superestrutura”, ou seja, instituições jurídicas, políticas (as leis, o Estado) e ideológicas (as artes, a religião, a educação, a moral) para organizar a vida social da sua época (MARX, 1974).

Nessa perspectiva, a religião, instituição¹ social, se apresenta nas mais diversas organizações sociais, assumindo o papel de amenizar medos humanos, suprir mazelas e desejos, estabelece crenças místicas e apresenta o sobrenatural e as deidades como a esperança e a fé para seguir, diante das dificuldades e dúvidas existenciais. Diante da realidade material, a religião surge como um aparato ideológico que conforta e dá sentido às inquietudes da vida humana.

O fato é que os homens se recusam a ser aquilo que, à semelhança dos animais, o passado lhes propunha. Tornaram-se inventores de mundos. E plantaram jardins, fizeram choupanas, casas e palácios, construíram tambores, flautas, e harpas, fizeram poemas, transformaram seus corpos, cobrindo-os de tintas,

¹ Instituição: No sentido geral, uma instituição é uma componente concreta de uma sociedade real em oposição com os elementos analíticos do sistema social concebido como instrumento de análise de toda a sociedade possível (PARSONS 1951). Mais precisamente, uma instituição consiste num conjunto complexo de valores, de normas e de usos partilhados por um certo número de indivíduos. Fonte: <http://www.filoczar.com.br/Dicionarios/DICIONARIO-DE-SOCIOLOGIA.pdf>

metais, marcas e tecidos, inventaram bandeiras, construíram altares, enterraram seus mortos e os prepararam para viajar e, na sua ausência, entoaram lamentos pelos dias e pelas noites... (ALVES, 1999, p. 19).

O homem, portanto, sacraliza a sua existência, encanta a natureza, povoa o seu universo de criaturas sobrenaturais, divinas e sagradas. Na tentativa de tocar o sagrado, materializa a sua fé, criando símbolos. Para suprir as ausências, torna palpável o sobrenatural e o institucionaliza com a criação das religiões,

Segundo Geertz (1989), a religião constitui um aspecto fundamental da cultura, instituindo formas de pensar, conceber e interpretar a realidade social. Ao afirmar que toda religião é um sistema simbólico, o autor aponta que as práticas religiosas estão diretamente associadas aos dilemas existenciais e cotidianos, vivenciados pelos homens, em diferentes sociedades, influenciando a sua relação com o mundo da política, do trabalho e com outros aspectos da reprodução sociocultural. Assim, segundo o autor,

um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas (GEERTZ, 1989, p. 104-105).

Para a Antropologia, a religião não deve ser abordada como um dogma ou até mesmo como a “verdade” sobre o homem, mas como uma fonte simbólica de construção da cultura e da sociedade. Não se trata, portanto, de reproduzir valores religiosos, mas de analisar as diferentes religiões enquanto sistemas simbólicos utilizados como fonte de interpretação e concepção da realidade social.

A religião influenciará direta e indiretamente na determinação do referencial de valores, do que é bom e ruim, certo e errado. Geertz (1998), afirma que a religião, na vida do indivíduo, modela-o, tal como o fazem o ambiente, o poder político, a riqueza, a obrigação jurídica, a afeição pessoal e um sentido de beleza (ECCO, 2008).

Para o sociólogo Durkheim, a religião é fruto da ação social, produto da sociedade, e, além disso, “exprime realidades coletivas” e “se destina a promover, a manter, ou a refazer

certos estados mentais desses grupos” (DURKHEIM, 2003). As pessoas precisam crer em algo para se sentirem completas. Esse é o papel que a religião tem na sociedade: ela articula rituais e símbolos que tem o efeito de criar, entre os indivíduos, afinidades sentimentais que constituem a base de classificações e representações coletivas. Ele afirmou objetivamente que a religião não é inicialmente uma falsa ciência, nem é uma crença em seres sobrenaturais e poderes a sua característica mais marcante. Ao contrário, a religião é sobretudo social, produto da vida coletiva e um arquétipo dos requisitos morais da existência social humana.

A partir dos elementos que fundamentam a religião, temos, as crenças e os ritos, sendo os primeiros definidos como “estados de opinião” que “[...] consistem em representações [...]”, enquanto os segundos são “[...] modos de ação determinados [...]”(DURKHEIM, 2003, p.19). O fenômeno religioso é, portanto, um conjunto de práticas e representações que vemos em ação tanto nas sociedades modernas quanto nas sociedades primitivas. Durkheim chega, assim, à sua clássica definição de religião no livro “As Formas Elementares da vida Religiosa, em que a religião é explicada pelo autor nos seguintes termos:

Uma religião é um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, proibidas, crenças e práticas que reúnem numa mesma comunidade moral, chamada igreja, todos aqueles que a ela aderem. (DURKHEIM, 2003, p.32)

A religião, portanto, ao ligar o homem às “coisas sagradas” através das práticas de relacionamento com o Sagrado, fortalece no indivíduo o sentimento de pertencimento ao grupo religioso. Cada crença se organizará na tentativa de interpretar e responder as questões ligadas ao sentido da existência humana. Tudo aquilo que a ciência e a razão não conseguem compreender, explicar ou responder. As religiões oferecem as mais diversas possibilidades de respostas, que podem ser esclarecidas por um Deus, ou deuses, deidades ou forças sobrenaturais.

Cada uma das diferentes religiões, a seu modo, foi se expandindo pelo mundo, arrebanhando adeptos, criando seus templos e seus corpos religiosos. Outras simplesmente deixaram de existir por não responderem mais às necessidades do seu tempo e cultura. Alguns filósofos e sociólogos como Ludwig Feuerbach, Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Karl Marx e Lenin apontaram que as religiões desapareceriam com o crescente avanço da ciência, a

racionalização do conhecimento e o descobrimento das novas tecnologias. Mas elas aí estão, não mais se apresentam como centrais à existência humana como na Antiguidade e na Idade Média, todavia, continuam oportunas, circundando, inferindo as mais diversas culturas, acalentando dores emocionais, trazendo conforto e esperança diante das atrocidades da vida, propagando valores e crenças.

A esse respeito, diz Plutarco, escritor grego de cidadania romana que viveu no séc. I, “podereis encontrar uma cidade sem muralhas, sem edifícios, sem ginásios, sem leis, sem uso de moedas como dinheiro, sem cultura das letras. Mas um povo sem Deus, sem oração, sem juramentos, sem ritos religiosos, sem sacrifícios, tal nunca se viu” (Morália, XIV, Adversus Colotem, 31). A busca por um sentido de vida perpassa os mais diferentes contextos históricos e culturais. Com certeza, resignificar a existência e dar resposta a tudo que a ciência não consegue de forma lógica e racional é uma das justificativas para encontrarmos um vasto campo religioso.

Compreender o papel social das religiões é algo complexo, mas esse preâmbulo é necessário para perceber que religião e humanidade caminham lado a lado e, conforme afirma Bourdieu, faz parte de um *habitus*², uma estrutura estruturante da vida social, *habitus* esse criado por humanos em uma determinada época e momento histórico, não devendo de maneira alguma ser pensado fora desse viés. Essa criação visa responder aos anseios desses “criadores”, respostas essas pensadas e encontradas a partir de suas percepções pessoais (BOURDIER, 1983). Nesse sentido, o conhecimento religioso é transmitido de geração em geração, nascemos imersos num universo sagrado constituído e estruturado pelas diferentes instituições sociais. Nota-se aqui a propagação desse *habitus*, ou seja, o surgimento de novos membros que vivam determinados campos de acordo com suas regras, que são ensinadas desde o seu nascimento, por exemplo, não há pessoa que nasça cristã ou brasileira, mas pessoas que ao longo de sua vida aprendem a viver sob determinados *habitus*.

² Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente “regulamentadas” e “reguladas” sem que por isso sejam o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha a necessidade de projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro. (BOURDIER, 1983)

Segundo Bourdieu (1983) o conceito de habitus é “(...) produto da história, o habitus é um sistema de disposições aberto, permanentemente afrontado a experiências novas e permanentemente afetado por elas. Ele é durável, mas não imutável.

Setton em estudo acerca do autor concebe o conceito *habitus* como:

(...) um instrumento conceptual que me auxilia pensar a relação, a mediação entre os condicionamentos sociais exteriores, e a subjetividade dos sujeitos. Trata-se de um conceito que, embora seja visto como um sistema engendrado no passado e orientando para uma ação no presente, ainda é um sistema em constante reformulação. Habitus não é destino. Habitus é uma noção que me auxilia a pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente, ora inconsciente. Habitus como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas. Embora controvertida, creio que a teoria do habitus me habilita a pensar o processo de constituição das identidades sociais no mundo contemporâneo (SETTON, 2002, p. 61).

E o fenômeno religioso nos é dado como algo que faz parte do sistema cultural simbólico e na perspectiva Durkheimiana, funciona como um elemento de coesão dos indivíduos, organizando a sociedade na perspectiva de contribuir para a harmonia da vida em sociedade. Essa percepção de Durkheim nos ajudará, posteriormente, a entender o porquê de se ensinar uma religião específica ou se voltar para o ensino do fenômeno religioso em si.

A religião é, portanto, um sistema simbólico que proporciona diferentes significados às coisas e às ações humanas, influencia e determina comportamentos e propõe normas.

Sendo portanto, elemento definidor de estilo e identidade cultural exercendo influência na formação de valores e comportamentos (TERRIN, 2004). A religião atua como agente emoldurante sobre a maneira de ser e agir, sendo também elemento determinante sobre a ordem social vigente na legitimação de poderes ou como elemento de expressão de grupos marginalizados (LAGO et al., 2004).

A religião se apresenta como parte fundante da sociedade e no tocante à sua função exerce influência direta e indireta na formação do indivíduo. Não há como negar ou evitar, o ser humano se encontra imerso a uma teia de mitos, símbolos, ritos e sentidos, o que diferencia é o grau de intensidade desse envolvimento. Assim a religião cumpre diferentes funções sociais, propicia sentidos para a vida humana, sacraliza a realidade, justifica um modo de existir e

interfere assim, na vida política, ora favorecendo a hegemonia das classes dominantes, ora mobilizando a autonomia das classes oprimidas.

1.2 Religião e a Instituição Escola

“O Ser Humano é um produto do meio em que ele vive”. Sartre, Marx e pensadores mais antigos da Grécia defendiam essa ideia. Acreditavam que nenhum ser humano nasce pronto, mas o homem seria, em sua essência, produto do meio em que vive, formado a partir de suas relações sociais. No tocante à sua realidade social, o homem se depara com instituições sociais pré-estabelecidas, família, escola, religião... e deve se submeter as suas regras, preceitos e princípios por elas instituídos. Portanto, o indivíduo aprende a ser pessoa de acordo com o conceito de pessoa que lhe é ensinado pelas diferentes organizações sociais que ele transita durante o desenrolar da sua existência. Importante ressaltar que as instituições estão sempre em mudança de acordo com o tempo histórico e o espaço geográfico.

A exemplo, podemos citar o conceito de família no Brasil, que até pouco tempo se entendia como patriarcal e hoje se reorganiza para englobar o aparecimento de diferentes arranjos familiares, demandando um novo olhar para essa organização. Nessa perspectiva de mudança nas instituições sociais trazemos para a reflexão a problemática dessa pesquisa: A instituição escola e a instituição religião, onde elas se cruzam? E como se influenciam?

O indivíduo ao nascer vai aprender o que é certo, o que é errado, o que pode e o que não pode, cabe à família transmitir as primeiras normas de conduta social e prepará-lo para a vida em sociedade, seria à família, também responsável em apresentar ao indivíduo as primeiras percepções do Sagrado e inseri-lo ou não a uma instituição religiosa. Essa decisão se dará a partir das concepções religiosas da família. Para auxiliar no processo de aprendizagem da vida social o indivíduo, ainda quando criança, e tendo condições sociais e materiais para isso, será inserido a uma escola, instituição essa, que dará continuidade à transmissão de saberes essenciais à vida daquela sociedade a qual faz parte. Para o professor José Carlos Libâneo caberá a escola:

1. Promover o desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais dos alunos (processos mentais, estratégias de aprendizagem, competências do pensar, pensamento crítico), por meio dos conteúdos escolares;
2. Promover as condições para o fortalecimento da subjetividade e da identidade cultural dos alunos, incluindo o desenvolvimento da criatividade, da sensibilidade, da imaginação;
3. Preparar para o trabalho e para a sociedade tecnológica e comunicacional(...);
4. Formar para a cidadania crítica, isto é, formar um cidadão-trabalhador capaz de interferir criticamente na realidade para transformá-la e não apenas formar para o mercado de trabalho e
5. Desenvolver a formação para valores éticos, isto é, formação de qualidades morais, traços de caráter, atitudes, convicções humanistas e humanitárias. (LIBÂNEO, 2004, p.53-54).

Nessa perspectiva seria função da escola entre os atributos acima citados, o papel de transmitir valores éticos e qualidades morais e adaptá-lo à cultura ou culturas dominante(s). Portanto, não poderíamos desvincular a religião do universo escolar, já que ela é elemento salutar da cultura e age direta e indiretamente na formação desses valores éticos e morais.

Se a religião é elemento cultural e a escola é propagadora de cultura como se dá a inter-relação entre ambas? Poderia a escola ensinar alguma religião?

Acreditamos que a resposta seja muito simples: Não. Cabe entre as diferentes funções da escola, ensinar religião como elemento cultural! No tocante a essa resposta, nos atentaremos a partir de agora a discutir como se tem dado na prática educacional brasileira o ensino da religião. Seria ela ensinada de forma a contemplar a história das religiões? O seu estudo se estenderia de forma a compreender os diferentes valores transmitidos pelas inúmeras religiões? Ou ainda, a escola seria um campo destinado ao ensino de uma religião específica?

1.3 A Escola e o Ensino de Religião

Como vimos, a religião enquanto elemento formador do indivíduo e da sociedade se propaga através da família, das instituições religiosas e no Brasil em específico, observamos que a escola é um campo que sempre esteve aberto ao estudo da religião. Muitas das vezes não apresentada como um elemento cultural e sim como uma prática específica de uma dada religião.

No tocante à escola, (BOURDIEU; PASSERON, 2011) no livro a “Reprodução” chamam a atenção sobre uma violência inerente e inevitável, a violência da educação. Para eles, toda ação pedagógica é uma forma de violência simbólica, pois reproduz a cultura dominante, suas significações e convenções, impondo um modelo de socialização que favorece a reprodução da estrutura das relações de poder. Olhando por esse prisma seria a religião ensinada nas escolas, também uma forma de atender os interesses de uma classe dominante? De uma cultura dominante? De uma religião dominante?

Para Bourdieu, o “campo religioso ou o campo educacional” constituem em um campo social, ou seja, um local de disputas entre dominantes e dominados, por isso se usa o substantivo “campo” em sua obra, uma vez que ele que nós dá a ideia de disputas ou luta por algo. Sendo assim, fica claro que toda luta entre os membros desse campo se dá de forma desigual, possuindo alguns “privilegiados”, quem possui um maior capital simbólico do que os demais, a esses se dá o nome de “dominantes”, já o grupo que detém um menor capital simbólico recebe o nome de “dominados”.

Para Nardin (2016) em estudos sobre Bourdieu (2002) afirma que:

O autor (Bourdieu) analisa que dentro desse campo, assim como nos demais, têm-se leis que não são reflexo da moral ou interesse pelo progresso científico. O campo científico é estruturalmente determinado por batalhas passadas, que trouxeram a um determinado grupo o poder de definir o conceito de ciência. Depois de conquistada, sua manutenção deve ser garantida. No entanto, há sempre outros grupos determinados a conseguirem o direito de definir o conceito da ciência da qual fazem parte. No interior desse campo, têm-se os jogadores (cientistas) que optam por participar dessa disputa e se inserem no campo. Segundo o autor, desde o começo, têm-se, nesse local, disputas e regras, e os participantes que optam por participar, jogam conforme as regras do jogo. Observa-se uma proteção da ciência em questão, pois os participantes desse grupo só obterão reconhecimento entre seus semelhantes, não podendo assim haver uma revolução científica completa, mas, sim, revoluções parciais (BOURDIEU, 2002, apud ABREU, 2016, p.19)

Aos “vencedores dessa disputa” é concedido o direito a ditar as bases ou os novos “habitus” do seu campo. A definição de Bourdieu sobre a situação de “violência simbólica”, ou seja, o desprezo da cultura popular e a interiorização da expressão cultural de um grupo mais poderoso (dominante) econômica ou politicamente por outro lado dominado, faz com que esses

percam sua expressividade pessoal e suas referências, tornando-se assim fracos, inseguros e mais sujeitos à dominação que sofrem na própria sociedade. Nas palavras dos autores:

...o sistema escolar, com ideologias e os efeitos gerados pela sua autonomia relativa, é para a sociedade burguesa em sua fase atual o que outras formas de legitimação da ordem social e de transmissão hereditária de privilégios foram para formações sociais que diferiam tanto pela forma específica das relações e dos antagonismos entre as classes quanto pela natureza do privilégio transmitido (BOURDIEU E PASSERON, 2011, p.250).

Os autores Cappele, Lopes e Oliveira afirmam que:

Bourdieu (2001a) defende a existência do poder simbólico, mediante o qual, as classes dominantes (ou campos dominantes) são beneficiárias de um capital simbólico, disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais, que lhes possibilita exercer o poder. Para o autor, esses símbolos são instrumentos por excelência da integração social e tornam possível se obter o consenso acerca do sentido do mundo social o qual contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social dominante (CAPPELE; LOPES; OLIVEIRA, 2005, p. 359).

Fica claro que o campo educacional, é um campo formado por pessoas que vivem sua época e respondem a uma ideológica econômica, política vigente, não podendo de maneira alguma estarem afastadas dessas “realidades”, sendo assim fica claro que o campo educacional, composto por pessoas detentoras dos capitais simbólicos necessários, irão pensar o sistema escolar e sua constituição de acordo com suas convicções e ideais, buscando impedir que outros grupos ascendam dentro do campo.

Partindo desse pressuposto, podemos observar que a religião ensinada dentro do campo educacional buscou atender aos interesses daqueles que controlam o pensamento dominante. Portanto, nessa perspectiva poderíamos apontar o Ensino Religioso, disciplina escolar, como instrumento de ensino, de apoio e reprodução do pensamento dominante.

Desse modo, o Ensino de religião se torna tema provocador de conflitos entre Estado, entidades religiosas e representantes da educação e se torna objeto de reflexão. De um lado, nos deparamos com os apoiadores de uma disciplina escolar específica para o ensino da religião – o Ensino Religioso - que defendem a sua contribuição para a formação dos saberes, valores e crenças dos alunos, mas nesse aspecto entra Bourdieu e nos questiona sobre quais valores e

quais crenças, uma vez que o campo educacional é um local de disputas, e a partir do momento que a “disciplina” de Ensino Religioso se insere no campo educacional, esta deverá responder a manutenção da estrutura vigente, deve-se concordar que não há interesse desse grupo com rompimento com a ótica vigente, não há interesse em fazer uma revolução parcial dentro do campo educacional. Por outro lado, veremos que os argumentos que legitimam a prática do Ensino Religioso se pautam na defesa de que essa disciplina seria a maior responsável por promover um pensamento crítico, reflexivo e transformador.

Há portanto, os que lutam pela exclusão da disciplina, por defenderem uma escola pública e laica que não discuta a religião, justamente por acreditarem que o Ensino Religioso reproduziria uma concepção de religião pertencente à classe dominante, e não contemplaria a multiplicidade religiosa do país. Haja visto, que o censo de 2010, mostra que o cenário brasileiro passa por um trânsito religioso, o catolicismo apesar de ainda ter o maior número de fiéis, acompanha o crescente número de evangélicos, espíritas kardecista e ainda, daqueles que se declaram não tendo religião.

Todavia, aqueles que lutam pela permanência do Ensino Religioso o reconhecem como importante aparato de transformação social dentro do campo educacional. Assim ao mesmo tempo, podemos recorrer a Cappele Lopes e Oliveira e afirmam que para Bourdieu: “a libertação à violência simbólica e à dominação só pode vir de uma ação coletiva capaz de desafiar as estruturas objetivas e corporificadas, que subverta as fundações da produção e reprodução de seu capital simbólico”(CAPPELLE et al., 2005). Amparado por esse pensamento é que o Ensino Religioso luta por se manter na grade curricular escolar.

Discutir a legitimidade do Ensino Religioso é algo frequente na história do cenário educacional do Brasil. Sua legalidade é questionada desde a primeira Constituição de 1824 e a luta pela manutenção e estruturação da referida disciplina se mantém atual, mesmo com sua regulamentação na LDB-1996/97, que legitima o Ensino Religioso como disciplina integrante da formação básica do cidadão, com lugar nos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

Para começar a refletir sobre as possíveis respostas para tantos questionamentos a cerca do Ensino Religioso, partimos de um breve histórico sobre os caminhos percorridos pela disciplina até o presente momento.

1.4 História do Ensino Religioso no Brasil e algumas considerações.

1.4.1 Ensino Religioso - Brasil no período Colonial

A relação entre as instituições escola e religião no Brasil data desde o período da colonização.

Quando em 1500, Pero Vaz de Caminha, o escrivão da armada, chegou nestas terras, tratou logo de escrever contando as novidades sobre a beleza da região recém-ocupada, relatou a diversidade da fauna e flora e disse que os habitantes eram alegres, espertos, com costumes diferentes dos europeus, eram receptíveis e ao concluir a carta, ele explicitava a necessidade de “salvá-los”. “Mas, o melhor fruto que nela se pode fazer, me parece, que será salvar esta gente, e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza deve lançar” (Pero Vaz de Caminha, 1500).

Essa “salvação” pode ser entendida como a conversão dos indígenas às práticas cristãs. “Aquele que crer e for batizado será salvo. Todavia, quem não crer será condenado” Bíblia Marcos.16:16. Partindo dessa “boa intenção”, começou o processo de propagação, ou melhor, imposição, do ensino de uma nova religião aos nativos, o que posteriormente, seria estendido também, aos homens e mulheres trazidos como escravos de diferentes partes da África.

Durante o período em que foi Colônia de Portugal, o Brasil foi marcado por um processo de “catequese de conversão e de instrução” dos nativos e reprodução dos ideais da Igreja Católica, ou seja, reprodução de tradições do grupo dominante que impôs sua verdade sobre os dominados, no caso do Brasil colônia, aos povos nativos que aqui viviam no período de seu “descobrimento”. A Coroa Portuguesa tinha a Igreja Católica como forte aliada na propagação da ocidentalização e cristianização da população, como instrumento na manutenção da estrutura vigente.

Naquele período da história, ser católico não era uma opção, mas uma pré-condição para a cidadania brasileira. Assim, formas discordantes de crenças e práticas religiosas eram tratadas como um perigo não só para a religião

dominante, como para a ordem social, sendo por isso, proscritas e seus praticantes perseguidos (JUNQUEIRA *et al.*, 2007, p. 16).

O governo português preocupou-se em propagar a fé cristã nas colônias conquistadas, com essa finalidade, desenvolveu o processo de evangelização e catequização das populações indígenas e dos africanos, o que de acordo com (RANQUETAT JUNIOR, 2007) foi de certa maneira uma espécie de Ensino Religioso, de educação e de formação religiosa nos moldes da doutrina católica. Nesse período surgem as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707). Esse foi o primeiro documento oficial que tratou da educação religiosa aqui no Brasil e previa a obrigação dos senhores proprietários cuidarem da educação religiosa de seus escravos. Cabia aos párocos ensinar a doutrina cristã aos escravos e aos meninos, porém vale destacar que não se falava ainda do Ensino Religioso como uma disciplina, se tratava de uma formação religiosa.

Os meninos aprendiam a ler e escrever através de livros religiosos (...) simultaneamente com a alfabetização ocorria a doutrinação das crianças de acordo com os princípios da religião católica, a preocupação das autoridades da época era conciliar o ensino das letras, da matemática com o ensino da religião. Tal tarefa era facilitada pelo regime de padroado (...) A Igreja Católica estava subordinada ao Estado, funcionava como um departamento deste. A esfera da educação era comandada pela Igreja Católica. (JUNQUEIRA, 2016) apud (RANQUETAT JUNIOR, 2007, p.14).

Essa perspectiva contribuiria significativamente para o estabelecimento de uma identidade nacional, coesa e una. Ou seja, ao ensinar a religião cristã, estavam transmitindo princípios religiosos que influenciariam diretamente as relações sociais, promovendo uma hegemonia de pensamento. A língua portuguesa e a fé católica eram fortes elementos que articulariam uma nação, em termos simbólicos.

A religião passa a ser um dos principais aparelhos ideológicos do Estado, concorrendo para o fortalecimento da dependência ao poder político por parte da Igreja. Dessa forma, a instituição eclesial é o principal sustentáculo do poder estabelecido, e o que se faz na Escola é o Ensino da Religião Católica Apostólica Romana (BRASIL, 2004, p. 13).

Durante aproximadamente trezentos anos, o Ensino Religioso no Brasil se efetivava como o ensino de religião, ou melhor, dizendo de acordo com Bourdieu (SETTON, 2002), ensino da religião da classe dominante/cristã, respondendo ao *habitus* vigente. Torna-se um importante aliado na reprodução da cultura portuguesa, desconsiderando a pluralidade religiosa dos nativos e dos escravos vindos da África.

1.4.2 Ensino Religioso - Brasil no período Imperial

Após quase três séculos sob a administração direta de Portugal, o Brasil proclama a sua Independência em 1822. Mesmo independente politicamente de Portugal o primeiro imperador D. Pedro I, manteve o sistema do padroado e o poder da Igreja continuou aliado direto do Estado. O art. 5º da primeira Constituição de 1824, ratificava a religião cristã católica como a oficial.

Art. 5. A Religião Cathólica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fôrma alguma exterior do Templo (BRASIL, 1824).

O texto da Carta Magna de 1824, mantinha a Religião Católica como a Religião oficial do Império. Nesse contexto, o Ensino Religioso era desenvolvido como meio de evangelização dos gentios e catequese dos negros (aparelho ideológico do Estado), em concordância com os acordos estabelecidos entre o Sumo Pontífice e o Monarca de Portugal (CASSEB, 2009, p. 69).

A primeira lei de educação do Brasil, foi a Lei de 15 de outubro de 1827, a qual determinava a criação de Escolas de Primeiras Letras, essas deveriam ser implantadas em cidades, vilas e locais populosos, e adotar o método intitulado ensino mútuo. O conteúdo a ser oferecido pelos professores deveria ser leitura e escrita, operações básicas de aritmética, gramática nacional e os princípios da moral cristã. A primeira lei de educação do Brasil visava difundir o conhecimento básico em todos os povoados e evidenciava a importância do ensino de religião

A Lei Nacional de Instrução Pública, de 1827, contemplou, em seu bojo, o Ensino Religioso, conforme dispõe o artigo 6º:

Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (BRASIL, 1827).

O ensino da religião nesse período, de acordo com Cunha visava:

[...] de um lado, combater os vícios e os defeitos morais – o egoísmo, a preguiça, a ingratidão, a libertinagem, a masturbação. De outro lado, inspirar as virtudes (a fé, o temor a Deus, a obediência, a compaixão, o respeito, a modéstia, o amor ao trabalho, a disciplina, a lealdade, a franqueza, a honra), [...] e o respeito às leis e às instituições, a firmeza do caráter e a pureza moral (CUNHA JUNIOR, 2008, p. 112)

Percebe-se, aqui, um conjunto de finalidades educativas atribuídas ao Ensino Religioso, sobrepondo seu objetivo inicial de catequização e colocando em evidência seu aspecto funcional, na promoção da formação moral do indivíduo.

Durante o período colonial e imperial, a religião tinha poder de governo, em razão do regime de padroado, e por isso influenciava diretamente as legislações referentes ao ensino em todos os níveis. É interessante ressaltar que essa influência abrangia o Ensino Religioso desenvolvido nas poucas instituições escolares existentes, cujos professores, em sua maioria, eram religiosos (OLIVEIRA *et al.*, 2007, p.50)

Valido ressaltar, que durante o período imperial (1822-1889), a instrução primária era privilégio usufruído somente para os mais favorecidos, ou seja, as famílias abastadas eram as únicas que podiam encaminhar seus filhos aos estudos, que, na maioria das vezes, ocorriam por meio de preceptores. Surgem nas cidades mais populosas as escolas para meninas.

1.4.3 Ensino Religioso - Brasil República Velha (1890-1930)

Em 15 de novembro de 1889 foi proclamado um novo regime: a República.

Nesse sentido, a educação brasileira, no século XIX, acompanhou os principais fatos econômicos e sociais que agoniavam o mundo nesse momento.

O surgimento das máquinas modificou, de maneira radical, as relações de produção, com o crescimento e desenvolvimento da atividade fabril. No meio rural, o advento de novas técnicas fez aumentar a produtividade e o emprego de novas fontes de energia, como a eletricidade e o petróleo em substituição do carvão, e intensificou a produção. A grande entrada de pessoas, que saíam do campo em direção às cidades, modificou e transformou as pequenas e restritas cidades que já existiam. Eram os primeiros reflexos da revolução industrial brasileira.

A urbanização acelerou por conta do capitalismo industrial e destaca-se, portanto, que houve maior necessidade de expansão das fronteiras econômicas, exigindo-se maior conhecimento das diferentes áreas do globo, em especial das potencialmente econômicas (PEREIRA, 2005). Tornava-se cada vez mais preciso a difusão de conhecimentos que possibilitassem maior gama de informação das diferentes partes do mundo. Cresce a necessidade de qualificação da mão-de-obra, incentivada pela indústria, e conseqüentemente essa urgência impulsionou a criação de escolas para atender às necessidades do capital. Inclusive, é no final século XIX que as tentativas de universalização do ensino se concretizam e o Estado passa a intervir cada vez mais na educação para constituir uma escola leiga, gratuita e obrigatória. A educação pública foi concebida como um mecanismo eficaz de formar o cidadão para o trabalho. Notamos aqui que a mudança não surge impulsionada por um desejo dos explorados e excluídos da sociedade brasileira de alcançarem os mesmos direitos sociais, não que essas lutas não existissem, mas o que percebemos que as grandes mudanças se dão a partir da participação e aceitação pela classe dominante.

Importante precursor para as mudanças educacionais no início da República foi Rui Barbosa. Influente intelectual na política educacional brasileira, pautado em um pensamento positivista, reivindicou uma Igreja livre e um Estado livre, defendia a liberdade de culto religioso, mas em local próprio e desvinculado das escolas. Nesse contexto político, o Estado assume uma postura laica, isto é, passa a não professar nenhuma crença em particular e desvincula a religião de qualquer interferência na educação. Isso resultou na eliminação da aula de religião nas escolas públicas.

Nesse contexto, houve a dissolução do regime do Padroado e a separação entre Estado e Igreja no Brasil, fato oficializado pelo Decreto n. 119-A de 07 de janeiro de 1890 (BRASIL, 1890).

A Constituição de 1891, “se laiciza, repondo a liberdade plena de culto e a separação da Igreja e do Estado (...) e põe o reconhecimento exclusivo pelo Estado do casamento civil, a secularização dos cemitérios e finalmente determina a laicidade nos estabelecimentos de ensino mantidos pelos poderes públicos.” (CURY, 2001, p.76)

Foi iniciado, portanto, um novo momento na história do país, que repercutiria fortemente no campo educacional, e, em particular, no Ensino Religioso.

Rui Barbosa, lança um projeto de lei que ressalta que as aulas de religião deveriam ocorrer fora do cotidiano da escola porque o prédio escolar pertencia à comunidade, e não a determinado grupo religioso. O projeto se efetiva na primeira Constituição republicana, sancionada em 1891, que particularmente, reafirmou sua posição contrária a esse ensino, ao resguardar no artigo 72, parágrafo 6º, que “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos” (BRASIL, 1891).

Essa prescrição consolidou a exclusão oficial do Ensino Religioso do currículo das escolas públicas. Dentre os ataques sofridos, “a exclusão do Ensino Religioso das escolas foi algo que a Igreja jamais aceitou, o que a levou a mobilizar todas as suas forças para reverter esse estado de coisas” (SAVIANI, 2008 p. 179).

Nesse contexto em que o Ensino Religioso foi retirado do sistema educacional público a Igreja assume papel fundamental em sua defesa. A Igreja Católica lutará, a todo o momento, para garantir a inserção da disciplina no currículo e defender sua importância e legitimidade junto ao Estado laico. De forma a conferir-lhe um caráter essencial na formação do indivíduo e instrumento essencial para o ordenamento da vida social, formando “bons” cidadãos, ou seja, o ensino de religião contribuiria para a formação de valores éticos e morais. Ou melhor, da ética e da moral cristã.

Nessa ótica, a Igreja buscou mobilizar-se em defesa do Ensino Religioso nas escolas públicas. Segundo Saviani:

A mobilização da Igreja expressou-se na forma de resistência ativa articulando dois aspectos: a pressão para o restabelecimento do Ensino Religioso nas escolas públicas e a difusão de seu ideário pedagógico mediante a publicação de livros e artigos em revistas e jornais e, em especial na forma de livro didáticos para uso nas próprias escolas públicas assim como na formação de professores, para o que ela dispunha de suas próprias Escolas Normais (SAVIANI, 2008 p. 179).

Apesar disso, a Igreja não conseguiu sustentar a oferta do ensino de religião. Para Junqueira (2002), essa linha de pensamento que defendia uma postura laica também da educação pública foi influenciada pelos ideais da liberdade religiosa regida pelo princípio da laicidade do Estado, segundo a concepção francesa que buscava liberdade e igualdade, princípios esses que deveriam contemplar o universo educacional, já que o Estado deveria garantir o direito também à liberdade religiosa. Portanto, entre os anos de 1891 a 1934 o Ensino Religioso será afastado do sistema público de educação, mas não esquecido, pelo contrario, será defendido fortemente pela Igreja Católica.

Vale ressaltar, que ao longo da história educacional da Primeira República (1889 - 1930), a oportunidade de acesso e a qualidade do ensino brasileiro permaneceu como privilégio de uma pequena classe dominante em detrimento de grande parcela da população, formada apenas para trabalhar. A escola brasileira deste período contribuía para formação de uma casta intelectualizada.

1.4.4 Ensino Religioso - Constituição de 1934

A crise de 1929, provocada pela queda da Bolsa de Nova York, provocou o desgaste da economia cafeeira e, também, do revezamento entre Minas Gerais e São Paulo no poder político do país (Política do café com Leite). Surge, o movimento revolucionário que derruba a República Velha . Uma junta militar transmitiu o governo a Getúlio Vargas, líder máximo da Revolução. Vargas governou o Brasil de 1930 a 1945. Seu governo atravessou uma fase provisória, uma fase constitucional e depois se transformou numa ditadura que promoveu muitas mudanças na economia e a modernização das instituições políticas.

Vargas cria o Ministério da Educação, ocupado por Francisco Campos. O novo ministro era católico e antiliberal. Assim, colaborou para o retorno do Ensino Religioso ao currículo.

Além da presença na escola pública, a religião exercia influência no ensino privado, pois as igrejas, principalmente a católica, eram proprietárias de muitas instituições e recebiam subvenção do governo.

Nem mesmo o movimento escolanovistas, liderado por Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e outros, que defendiam uma Educação pública, gratuita, pública e laica, conseguiu impedir que o Ensino Religioso fosse desvinculado do sistema educacional.

Assim os dois grupos protagonizaram intensos debates.

O governo tendia ora para um lado, ora para outro, e a Constituição de 1934 se torna um referencial disso. Ela contrariou o princípio da escola laica ao definir que o ensino fosse ministrado segundo a orientação religiosa dos estudantes, mas definiu que a Educação era direito de todos e dever do poder público.

Art.153 O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais. (BRASIL, 1934)

Ouvindo as duas determinações, o governo propôs em forma de lei que o ensino da temática religiosa, de um lado garantisse a existência de uma disciplina desse teor na educação pública e, de outro, se mantivesse um caráter facultativo para os estudantes não católicos. A lei não oferecia alternativa com o que fazer com os alunos que optassem por não assistir às aulas, fato esse que permanece em questão até os dias atuais.

O conflito gerado entre liberais e católicos, por sua vez, não era apenas de caráter religioso, mas envolvia, também, aspectos políticos e econômicos. Isso porque a expansão da rede de escolas públicas gratuitas, poderia provocar a diminuição de matrículas nas escolas privadas, particularmente as católicas, ameaçando, assim, o privilégio do ensino, assegurado apenas às elites (CURY, 1986).

No entanto, o Estado sucumbiu ao discurso e ao poder da Igreja que apresentava entre os argumentos de defesa os seguintes pressupostos.

- a religião impede a animalização do homem, - a inclusão das mesmas na Constituição é exigência da “voz do Brasil cristão”, maioria da nação. [...] - O Ensino Religioso encontra-se na legislação dos países adiantados. – em nome

da liberdade de todos, a minoria não católica não pode impor sua irreligiosidade à maioria que é católica. [...] - O Ensino Religioso e a obediência ao Papa em questões morais (e não políticas) tem como objetivo a paz social justa e a salvação das almas. E a alma não tem fronteiras, [...] - o Ensino Religioso é o grande anteparo contra o comunismo. [...] - O ensino religioso só no lar e no templo formaria “homens duais”. - Se houver abuso no ensino religioso facultativo, o abusos non impedit usum et sublata causa, tollitur effectus. (CURY, 1986, p. 114-5)

A inclusão do Ensino Religioso na Constituição de 1934 significou a legitimação dessa disciplina no currículo escolar, que passou a ser reconhecida e regulamentada pela lei maior do país. Segundo Cunha, a inserção dessa disciplina no texto constitucional ainda representa a fragilidade do Estado laico e marca a atuação dos grupos religiosos hegemônicos sobre o campo político, e a falta de autonomia do Estado e da educação em relação ao mesmo, fato que reforça a atuação desses grupos e influencia a permanência dessa disciplina no currículo (CUNHA, 2013).

O Ensino Religioso nas escolas públicas nas décadas de 30 e 40 teve grande importância estratégica, servindo aos interesses do Estado e da Igreja. Segundo Horta

[...] ao mesmo tempo em que servia de instrumento para a formação moral da juventude, tornava-se também um mecanismo de cooptação da Igreja Católica e uma arma poderosa na luta contra o liberalismo e o comunismo e no processo de inculcação dos valores que constituíam a base de justificação ideológica do pensamento político autoritário. (HORTA, 1993, p.77):

É importante reforçar que o Ensino Religioso nas Constituições Federais, Leis e Decretos nacionais e Estaduais se devia em grande parte ao poder das lideranças católicas que se aliaram ao Estado brasileiro.

1.4.5 Ensino Religioso Brasil Estado Novo (1937-1945)

A Constituição de 1934 logo foi substituída com a instauração do Estado Novo e a outorga de uma nova Carta, em 1937, retira o caráter obrigatório do Ensino Religioso, de acordo com o art.133: “O Ensino Religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de

obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos” (BRASIL, 1937).

Segundo Horta, o Ensino Religioso permanece por sucumbir aos interesses do regime autoritário na promoção dos valores cristãos, da família e da nação (HORTA, 2001). É importante ressaltar mais uma vez a perspectiva de Bourdieu, a religião reproduzindo os valores da classe dominante, embora se reconheça a não obrigatoriedade da disciplina ela se mantém propagando princípios e valores dentro de uma moral cristã, porque embora a lei garantisse o Ensino Religioso de acordo com a confissão do aluno é sabido que a grande maioria dos alunos eram católicos e não havia estrutura física e profissionais qualificados para atender a exigência das minorias, fica evidenciado que o Ensino Religioso atende nesse momento aos interesses de uma classe social específica, a elite cristã do país (BOURDIEU, 2007).

1.4.6 Ensino Religioso na Nova Democracia (Constituição de 1946 – Vigente Até 1964)

A Queda do Estado Novo foi decorrente de um processo de desgaste do governo na década de 1940 e que culminou com seu fim em 1945. Após a derrotada do Estado Novo e o processo de redemocratização do país, iniciaram-se os debates em torno de uma nova Constituição em 1946.

Para Schwartzmann, “ao final do Estado Novo, pouco restava do pacto de 1934, e o regime de 1946 restabeleceria a tradição republicana de afastamento entre o Estado e a Igreja” (SCHWARTZMANN, 1986, p.126). O fim dos anos 1940 e anos 1950 foram de profunda crise para a Igreja Católica. Segundo Della Cava, “esta crise erodiu o monopólio religioso do catolicismo brasileiro com a perda de quadros e membros”(RALPH, 1975 p.34). Mesmo assim, o Ensino Religioso ficou garantido na Constituição Federal de 1946, devido à mobilização de grupos religiosos vinculados à Igreja Católica.

Art 168 - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

[...]V - o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável. (BRASIL, 1946)

Mais uma vez, a questão da disciplina Ensino Religioso no currículo escolar volta a tona, constituindo-se, segundo Oliveira (2001), o ponto mais polêmico de todo o conflito educacional, que envolveu as diversas posições, tanto da parte dos opositores quanto do grupo de defesa da disciplina.

Neste período de redemocratização do país, o Ensino Religioso é visto como uma disciplina que propicia um constrangimento no cotidiano escolar pelos defensores da escola laica, visto que legitimaria mais uma vez o modelo confessional. Os opositores da disciplina questionavam-na por não contemplar a multiplicidade religiosa do país e ainda por acreditarem não ser dever do Estado propagar o ensino de religião cabendo essa função somente à família e à Religião.

1.4.7 A primeira Lei de Diretrizes e Bases - LDB

Em 1961, é promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 4024/61, que buscou oferecer diretrizes comuns às disciplinas do currículo básico e assim, regulamentar o sistema educacional. No que tange à questão do ensino religioso nas escolas públicas, formaram-se no período de sua elaboração, dois grupos de pressão, um a favor da inclusão do Ensino Religioso na LDB, este grupo liderado pela Igreja Católica, por meio de organizações como a Associação de Educação Católica - AEC, Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. Contra o Ensino Religioso nas escolas públicas e a favor do ensino laico estava a Associação Brasileira de Educação - ABE que seguia os princípios do manifesto dos pioneiros da educação. Quem venceu a disputa? Mais uma vez a liderança a influência do campo religioso sobre o sistema educacional, ou seja, o Ensino Religioso continuaria a propagar os ensinamentos religiosos em sala de aula. A LDB 4024/61 propõe em seu artigo 97:

"O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa, e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável.

§ 1º A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos.

§ 2º O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva." (BRASIL, 1961)

Nesse período histórico, a disciplina gerou muitos questionamentos sobre sua prática, não apenas por ser facultativa, mas porque os professores seriam escolhidos pela autoridade religiosa e não pelo sistema de educação, ainda tinha o desafio de lecionar segundo a divergência de crença, sendo assim, como o professor atenderia às diferentes religiosidades em uma mesma classe? Não obstante, o professor deveria lecionar sem receber do Estado nenhum tipo de salário. Evidenciando, portanto, que o profissional que fosse lecionar a disciplina, teria que fazê-lo de forma voluntária ou financiada pelas tradições religiosas. O Ensino Religioso era visto como uma missão para seus possíveis educadores.

A disciplina assumiu uma característica de “corpo estranho” no currículo, não apenas por ser facultativa, mas também pelo fato de o próprio registro dos docentes caber à autoridade religiosa e não ao sistema de educação. Outro desafio operacional para o sistema escolar era a divisão das aulas segundo o credo (JUNQUEIRA *et al.*, 2007, p.32).

1.4.8 Ensino Religioso – Ditadura Militar (1964 – 1985)

O ano de 1964 foi o início de um período de extremo autoritarismo e ausência de democracia na História do Brasil. Ao desenrolar dos 21 anos seguintes, o país seria governado por cinco generais, além de uma junta militar. O governo militar foi marcado pela violência, censura e repressão, acarretando profundas mudanças em diversos setores, inclusive na educação.

A Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967 assim se referia ao Ensino Religioso nas escolas públicas em seu artigo 176: Inciso V “O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas de grau primário e médio.” (BRASIL, 1967). Não há na constituinte de 1966-1967 grandes debates sobre essa disciplina nas escolas públicas. O ponto mais relevante se torna a questão da remuneração dos professores que proveu alguns debates. Importante citar que pela primeira vez na história brasileira a Constituição Federal apresentou um artigo que não explicitava o caráter confessional ao Ensino Religioso.

Além desse artigo, outras leis e decretos foram criados com o intuito de ensinar e inculcar valores e conhecimentos considerados fundamentais para a formação do modelo ideal de cidadão que se pretendia para o Brasil.

Na obra *Guia de Civismo*, Valle discute o papel do Estado no desenvolvimento dos cidadãos, os quais deveriam viver os preceitos religiosos:

O estado existe para o homem, para protegê-lo e incentivá-lo. Se o homem não atingir seus ideais, não completar, não for feliz, se não se realizar, o Estado não cumpre sua missão: falha. E nenhuma doutrina de força subsistirá. A integração total do homem compreende a harmonia integral entre espírito e carne, proclamada pelos sagrados preceitos do Cristianismo. Não basta ao homem ser atleta perfeito, um artista consumado, um filósofo profundo: é preciso que a sua alma se volte para Deus (VALLE, 1971, p.65)

Embora, retirasse o termo confessionalidade do Ensino Religioso, a religião católica permanecia com a responsabilidade de estimular e desenvolver nos estudantes o caráter e a moral, características imprescindíveis para a formação do cidadão ideal que se desejava formar para o futuro do Brasil.

1.4.9 Segunda LDB de 1971

Em 1971, é outorgada a nova LDB, a Lei nº 5.692 de 11 agosto de 1971, que faz referência ao Ensino Religioso nas escolas públicas no artigo 7º § único: “O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus.” A LDB de 1971 difere da LDB de 1961, pois exclui a expressão sem ônus para os cofres públicos, presente na LDB de 1961, não estabelece que o Ensino Religioso deva ser lecionado de acordo com a crença religiosa do aluno. Essa omissão oferece indícios da necessidade posta pelo cenário sociocultural de repensar o caráter confessional assumido pela disciplina desde seu início e pensá-la a partir da aceitação multi religiosa que se configurava no país.

Nesse novo contexto o Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras passa por um processo de transformação, de redefinição, em vários estados formaram-se grupos ecumênicos com a finalidade de criar um programa inter-confessional cristão de ensino religioso nas escolas

públicas. Tal transformação na concepção do Ensino Religioso na escola refletia as mudanças ocorridas na Igreja Católica, advindas do Concílio Vaticano II e da Conferência³ de Medellín⁴, que buscavam resgatar os ideais de uma igreja mais próxima da realidade dos fiéis e disposta a lutar por justiça e fraternidade.

Nesse contexto, a disciplina é reconhecida como um elemento que favoreceria a “formação moral” das gerações (JUNQUEIRA *et al.*, 2007). Todavia, sua legitimação na prática escolar permanecia provocando dúvidas em relação à possibilidade de diferenciadas leituras sobre sua implementação.

Como é possível perceber nas constituições da República brasileira em que o Ensino Religioso está presente, o texto apresenta a característica de ser matrícula facultativa especialmente para o aluno, exatamente pelo fato de que o aspecto religioso é sempre questionável no processo de escolarização deste país. Mesmo sendo considerada disciplina dos horários normais das escolas públicas, é notório que os estados da federação interpretem essa orientação de formas diferenciadas (JUNQUEIRA *et al.*, 2007, p. 56).

No início dos anos 80, o regime militar dava os primeiros sinais de enfraquecimento, entrando numa linha de processo de democratização. A sociedade civil, como os estudantes, mostrava-se contra a repressão, dando início a recuperação do espaço perdido, soma-se, ainda, o fato dos exilados políticos voltarem ao Brasil.

³ Foi uma série de conferências realizadas entre 1962 e 1965, consideradas o grande evento da Igreja Católica no século 20. Com o objetivo de modernizar a Igreja e atrair os cristãos afastados da religião, o papa João XXIII convidou bispos de todo o mundo para diversos encontros, debates e votações no Vaticano. Da pauta dessas discussões constavam temas como os rituais da missa, os deveres de cada padre, a liberdade religiosa e a relação da Igreja com os fiéis e os costumes da época. "O Concílio tocou em temas delicados, que mudaram a compreensão da Igreja sobre sua presença no mundo moderno. Foram repensadas, por exemplo, as relações com as outras igrejas cristãs, o judaísmo e crenças não-cristãs", diz o teólogo Pedro Vasconcelos, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Após três anos de encontros, as autoridades católicas promulgaram 16 documentos como resultado do Concílio. Muitas novidades apareceram nas questões teológicas e na hierarquia da Igreja. O papa, por exemplo, aceitou dividir parte de seu poder com outros cardeais. E as missas passaram a ser rezadas na língua de cada país - antes eram celebradas sempre em latim! Na questão dos costumes, porém, o encontro foi pouco liberal. A Igreja continuou condenando o sexo antes do casamento e defendendo o celibato (proibição de se casar e de transar) para os padres. Fonte: <http://mundoestranho.abril.com.br/materia/o-que-foi-o-concilio-vaticano-ii>

⁴ A Conferência de Medellín foi a segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e realizou-se na cidade de Medellín, na Colômbia, em 1968, sendo a primeira realizada depois do Concílio, cujo título expressa sua íntima ligação com aquele evento: “A Igreja na presente transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II”, uma tradução dos documentos do Concílio para a realidade Latino-Americana. No discurso de abertura o Papa Paulo VI lembrou que ela inaugurava um novo período da Igreja no Continente[1], o que Clodovis Boff destaca como uma nova consciência eclesial, isto é, o despertar de uma Igreja comprometida com a defesa da vida dos pobres. Fonte: <http://www.ambientevirtual.org.br/fichas-de-estudo/a-conferencia-de-medellin-i/>

Capítulo 2

2 A Educação no Período Democrático no Brasil e o Ensino Religioso

2.1 Restauração da Democracia (1985- Atual/Constituição de 1988)

A nova Constituição Federal foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988, com uma abordagem um tanto quanto democrática em relação às demais constituições. Estimulou a criação de novos arranjos políticos de modo a ampliar a base de representação nos processos decisórios. Nesse sentido, a sociedade se vê obrigada também à renovação dos estudos sobre os fenômenos religiosos e, portanto, o Ensino Religioso se abre a esse diálogo e almeja o afastamento de qualquer ensinamento empenhado em converter os alunos a uma determinada religião (JUNQUEIRA et al., 2007).

A nova Constituição Federal de 1988 traz à tona a questão religiosa nos seguintes termos:

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; (BRASIL, 1988)

A Constituição de 1988 reforça o caráter laico do Estado. Para compreender melhor o significado desse termo da Constituição separamos um trecho documento publicado em maio de 2016 intitulado: **Roteiro de Atuação do Ministério Público** elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, que foi publicado com o objetivo de fornecer subsídios para auxiliar os membros do Ministério Público brasileiro a atuarem em defesa do Estado Laico⁵.

O Estado deve desempenhar com impessoalidade e eficiência do seu dever de assegurar uma educação pública de qualidade para todos, e para isso é preciso erradicar preconceitos e discriminações por motivos de convicções religiosas.

Além disso, é vedado ao Poder *Público criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si*, cabe ao Estado promover a igualdade de tratamento a todos os cidadãos. Trata-se de desdobramento do princípio da igualdade que não por casualidade está previsto no artigo 19, dispositivo reservado pela Constituição Federal para afirmar que o Estado brasileiro é laico. Esse preceito basilar é imperativo de imediata aplicação, inclusive em relação ao ensino público. Nos termos da Constituição Federal:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas; (...)
- VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – garantia do padrão de qualidade; (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva fica garantido por lei a liberdade de crença, o direito de se praticar a religião que melhor lhe convier legitimando o direito a crer e realizar cultos das diferentes tradições religiosos. A Constituição de 1988 também dispõe especificamente sobre o Ensino Religioso:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental” (BRASIL, 1988).

Mais uma vez, o embate sobre a permanência do Ensino Religioso é evidenciado, agora pautando-se na “missão” de contribuir com a formação da pessoa humana, na promoção dos

valores culturais, artísticos da nação e o respeito à cultura regional. Importante ressaltar que a disciplina não possuía uma nomenclatura definida, era chamada: “aulas de religião”, “formação religiosa”, “educação religiosa”, mesmo com a legislação referindo-a como Ensino Religioso. Nesse período concentram-se por parte de grupos religiosos um forte apelo pela construção da identidade da disciplina, concomitantemente com a construção de uma nova identidade nacional que assume o direito à diversidade. A sociedade percebe-se heterogênea e o Ensino Religioso pleiteia a possibilidade de lidar com essas questões em sala de aula.

Com o objetivo de fomentar um grupo que representasse os interesses do Ensino Religioso foi criado em 26 de setembro de 1995 em Florianópolis, durante a comemoração dos 25 anos de Ensino Religioso em Santa Catarina, o FONAPER⁵. Seu estatuto afirma no capítulo I,

artigo 1: “O FONAPER é uma sociedade civil de âmbito nacional, sem vínculo político-partidário, confessional e sindical, sem fins lucrativos, sem prazo determinado de duração, que congrega, conforme este estatuto, pessoas jurídicas e pessoas físicas identificadas com o ensino religioso escolar e se constitui em um organismo que trata questões pertinentes ao ensino religioso [...]”

O FONAPER prescreveu uma série de objetivos iniciais. O primeiro desses objetivos era garantir a presença do ensino religioso na LDB de 1996. O segundo objetivo era produzir e publicar um Parâmetro Curricular Nacional para a disciplina e por fim, pretendia formular uma proposta para a formação de um profissional em ensino religioso e de uma graduação nesta disciplina (JUNQUEIRA, 2002, p.49).

Em março de 1996 o FONAPER lança os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). Este documento apresenta as diretrizes fundamentais para o ensino religioso. Os Parâmetros Curriculares Nacionais enfatizam que o ensino religioso deve evitar qualquer forma de proselitismo, de doutrinação. De acordo com os pressupostos do documento o Ensino Religioso, não seria o estudo de determinada religião ou da religião, mas o estudo do transcendente, das

⁵ FONAPER, sigla do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso, “foi criado em 1995 e vem desde então buscando acompanhar, organizar e subsidiar o esforço de professores, associações e pesquisadores no campo deste componente curricular. Não é possível entendê-lo de forma estática, ou mesmo linear. Em um primeiro momento ocupou-se com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases, simultaneamente com a estrutura do Ensino Religioso através da produção do Parâmetro Curricular Nacional do Ensino Religioso.” Fonte: <http://www.fonaper.com.br/hp/>. Acesso em: 20/06/2016

diversas formas que ele se manifesta na história, é o estudo do fenômeno religioso em seus aspectos filosóficos, sociológicos, históricos, psicológicos etc. FONAPER e a CNBB foram as duas principais entidades que se mobilizaram para alcançar tal objetivo.

2.2 A terceira LDB -1996

A Lei 9394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, traz à tona novamente o Ensino Religioso com a seguinte regulamentação:

Art.33 O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou

II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa. (BRASIL, 1996)

No entanto, após fortes pressões, lideradas pela Igreja Católica e pelo FONAPER, foram apresentados ao Congresso Nacional três projetos de lei que alteravam o artigo 33 da LDB de 1996. O primeiro projeto foi apresentado pelo deputado federal Nelson Marquazan, retirando a expressão sem ônus para os cofres públicos. O segundo projeto foi apresentado pelo deputado federal Maurício Requião, mudando de forma substancial o artigo da LDB. Estabelecia que o Ensino Religioso deveria colaborar com a formação básica do cidadão e vetava qualquer forma de proselitismo e doutrinação respeitando a diversidade religiosa brasileira. Por fim, o projeto de lei de autoria do Poder Executivo nº 3.043/97, que defendia a manutenção do texto da LDB, mas acrescentava que a definição de conteúdos, formação e remuneração dos professores seria de responsabilidade do sistema de ensino sendo admitida parceria total ou parcial com entidade civil que congregasse diversas denominações religiosas (JUNQUEIRA, 2002, p.65).

A retificação da lei, se apresenta da seguinte forma:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina de horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer forma de proselitismo (Redação dada pela Lei nº9.475, de 22.7.1997).

§ 1º. Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores (Redação incluída pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997).

§ 2º. Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos dos ensinos religiosos (Redação incluída pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997).

Com a nova redação da lei, o Ensino Religioso é reconhecido como disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. Passa a constituir parte integrante do sistema sendo considerado elemento essencial da formação integral do cidadão; se torna facultativo para o aluno com finalidade de respeitar a liberdade religiosa, não podendo ser entendido como ensino de religião, evitando-se assim qualquer forma de proselitismo. A oferta da disciplina se torna responsabilidade dos sistemas de ensino, logo, tendo ônus para os cofres públicos.

A LDB de 1996/97, possibilita um avanço no entendimento do Ensino Religioso e representa uma mudança na concepção religiosa do país.

[...] o campo de estudos das religiões passa a enfrentar o desafio político e ideológico de ter de reconhecer a legitimidade cultural e política das múltiplas tradições não-cristãs tidas até muito recentemente como primitivas, supersticiosas ou simplesmente falaciosas. Nesse novo contexto, coloca-se o desafio teórico de se pensar a própria categoria de “religião” como um produto histórico (MONTERO, 2012, p. 168).

De fato a nova configuração legislativa frente à temática do Ensino Religioso trouxe uma mudança significativa no que se refere a essa modalidade de ensino. O Ensino Religioso, de maneira facultativa se legitima como disciplina comum das escolas públicas de ensino fundamental. Assume uma identidade pedagógica e com a revisão, feita em 1997, do Art. 33 da LDB (9.394/1996), e a publicação das Diretrizes do Ensino Fundamental, homologada em 1998 pelo Conselho Nacional de Educação, o Ensino Religioso como componente do currículo

foi legitimado como umas das dez áreas do conhecimento no ensino fundamental brasileiro (JUNQUEIRA, 2008).

No entanto, esta Lei é ainda bastante ampla e ambígua, deixando várias lacunas a serem preenchidas pelos Conselhos Estaduais de Ensino conforme realidade e vivências regionais, ficando para as Secretarias Estaduais de Educação e os Conselhos de Educação sua regulamentação. Além disso, existe a possibilidade do Projeto Político Pedagógico de cada unidade escolar adaptar tal legislação à sua realidade vivencial. Essa expressão facultativa permanece até os dias atuais.

Nesse cenário de legitimação da disciplina Ensino Religioso surgem vários questionamentos sobre a sua viabilidade num cenário político educacional laico. Como seria possível conciliar o Ensino Religioso na escola pública sem infringir o princípio da igualdade de tratamento, sem violar o pluralismo religioso, sem ferir a diversidade cultural, ou seja, promovendo o bem de todos sem criar distinções e preferências?

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação determina que o Ensino Religioso deve garantir o respeito à diversidade cultural religiosa, impedindo que o Estado promova ou aprove qualquer forma de proselitismo. Proibido o proselitismo, é portanto negado ao Estado fazer ou permitir que se faça, no ambiente da escola pública, doutrinação, pregação, conversão, evangelização, catequese ou quaisquer outras ações do gênero, porque tais atitudes violam o dever de imparcialidade do Estado.

Coerente com o conceito de democracia substancial, o Estado não pode privilegiar confissão ou grupo de confissões em detrimento de alunos que não professam a mesma crença, ainda que em minoria. A proibição se justifica na medida em que qualquer promoção ou endosso de confissão ou grupo de confissões religiosas no espaço da escola pública, de modo direto ou indireto, ainda que por indução ou sugestão, de forma clara ou subliminar, por meio de discursos, ações e símbolos, veiculando a mensagem de que o Estado recomenda ou prefere orientação ou moral religiosa, caracteriza prática excludente daqueles alunos que não professam a mesma crença.
(CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2016, p.17)

A partir dessas premissas, conclui-se que apenas o ensino não confessional, facultativo, que assegure a dignidade da pessoa humana e que proteja e valorize a diversidade cultural e religiosa, seria capaz de tornar compatível o Ensino Religioso na escola pública em um Estado laico. O Ensino Religioso deve, portanto, respeitar e estimular o conhecimento sobre a diversidade cultural religiosa do Brasil e o direito de não crença, estimulando a capacidade dos alunos de reconhecer e valorizar a história, a identidade e as contribuições de cada cultura na construção da nossa sociedade. Para isso, os conteúdos programáticos devem estar fundados em dimensões históricas, sociais e antropológicas referentes à realidade brasileira, com o objetivo de atacar as diferentes discriminações sejam elas relacionadas ao gênero, cor da pele, opção religiosa, classe social ou qualquer situação que estimule qualquer forma de violência ao diferente.

2.3 O Ensino Religioso Pós LDB 96/97

“O homem, como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber” Paulo Freire

O saber sobre o fenômeno religioso é essencial para compreender a história da humanidade. Discutir sobre essa dimensão humana é refletir criticamente sobre a nossa realidade existencial, o que não percorre obrigatoriamente a prática de uma crença em específico. Antes, esse pensar está fundamentado pelo anseio incessante de compreensão das questões referentes à própria vida, à transcendência e à orientação da ética que dá sentido às realizações pessoais e sociais.

A dimensão religiosa, por ser parte de uma propriedade humana, é defendida por lideranças religiosas e grupos de educadores como uma temática relevante, que junto com as outras ciências, se torna um conhecimento tão necessário quanto os saberes da história, química, física, matemática, língua portuguesa, geografia... Deve ser trabalhada com seriedade no espaço escolar, de modo que crianças e jovens estudantes possam estabelecer posições autênticas e referenciadas eticamente diante das expressões e manifestações religiosas. No entanto, discutiremos se há a necessidade de uma disciplina específica para essa questão.

Uma das funções da escola é fornecer instrumentos de leitura da realidade, capacitando o educando para compreender melhor a si mesmo e ao mundo, e criar condições para a convivência entre pessoas. A introdução do Ensino Religioso no currículo escolar, como disciplina e área de conhecimento, aponta para a recuperação dessa dimensão espiritual da existência, preenchendo o vazio deixado por uma educação com predominância quase exclusiva no racional, no desenvolvimento científico e tecnológico do educando, deixando de lado as razões e as finalidades últimas da existência (JUNQUEIRA, 2005).

A disciplina que ora se apresentava como confessional e proselitista se reconfigura para atender aos anseios de uma sociedade que luta pelo respeito à diversidade cultural. Pois como evidencia Hall, pelo fato de a natureza não ser estática, o que se espera ao longo do tempo é a destruição de estilos específicos de vida, sua transformação e configuração em novos universos simbólicos (HALL, 2003). O homem atribui significados diferentes, amplia limites e possibilidades às formas humanas de ler, sentir e experimentar o mundo e a vida, produzindo outros sentidos e identidades. Nessa ótica podemos considerar que o Ensino Religioso se viu às voltas de outras vertentes religiosas que reclamaram por seu reconhecimento e defensores de uma escola laica. Para não ser excluído do sistema educacional a disciplina se viu obrigada a resignificar a sua identidade, a sua prática escolar.

Ainda de acordo com Hall, ao atribuir a mudança como algo necessário para atender as novas configurações culturais, explicita às voltas e reviravoltas da disciplina, que ora se viu como um instrumento de formação de uma identidade una e coesa do povo brasileiro, produto do desejo da classe dominante do país que reconhecia apenas o cristianismo como religião legítima e porque não dizer “salvadora” (HALL, 2003). E agora, após mais de um século de lutas de diferentes entidades civis descontentes com a realidade proselitista e confessional, viu-se obrigada a atender aos desejos e necessidades das diferentes classes que se configuravam permeadas de uma diversidade religiosa vasta e complexa.

Nessa ótica o Ensino Religioso se vê na emergência de reconfigurar-se para contemplar a diversidade da cultura religiosa popular no Brasil. Inserido no contexto político do país o Ensino Religioso esteve diretamente influenciando e sendo influenciado pela organização política, social e religiosa, sua identidade é reinventada e a busca por uma autonomia é urgente para atender aos novos arranjos sociais. Nessa nova perspectiva, o Ensino Religioso busca propiciar

o respeito à diversidade cultural e contribuir para uma formação consciente e crítica no que se refere aos direitos humanos.

A opção pelo Ensino Religioso desvinculado da confessionalidade e a adoção da Ciência da Religião por base epistemológica do Ensino Religioso é um direcionamento que ainda ensaia os primeiros passos. Jogam contra ele as velhas práticas confessionais consolidadas, ainda encontramos relatos de professores e pais que não aceitam falar sobre religiões de matrizes africanas, percebe que alguns professores tendem a dar ênfase aos seus valores religiosos e ainda, há sistemas de ensino no Brasil em que a disciplina é dada de acordo com religião do aluno, haja visto, o Rio de Janeiro.

Outro ponto, diz respeito à ligação dessa disciplina com as lideranças religiosas. É sabido, que a Igreja católica é a principal aliada nessa luta pela solidificação do Ensino Religioso. Essa relação suscita questionar sobre quais os seus interesses políticos. Para Albuquerque “[...] o ensino religioso é lugar aonde se processam lutas pela hegemonia das visões de mundo, transmitidas através de discursos onde impera muito menos o debate e mais o escamotear” (ALBUQUERQUE, 2004 p.17). Para Albuquerque o Ensino Religioso nas escolas públicas seria uma forma do grupo religioso dominante estabelecer sua “hegemonia no seio do universo simbólico brasileiro” (ALBUQUERQUE, 2004 p.33).

Todavia, a disciplina não silencia diante das inúmeras oposições sobre a sua legitimidade ou não no currículo escolar atual. Fortemente amparada por grupos de estudo como o FONAPER e o GPER⁶ o Ensino Religioso se fortalece no cenário educacional do país.

[...] pela primeira vez na história da educação brasileira, o estudo do fenômeno religioso tem a possibilidade de, por ser equiparado às demais áreas de conhecimento, sair da esfera apenas das instituições religiosas, desvinculando-se, portando, dos comprometimentos eclesiástico-denominacionais. A noção de

Compete ao Grupo de Pesquisa Educação e Religião (GPER) as seguintes atividades:

- a)** promover congressos, seminários, reuniões científicas, cursos e outras atividades análogas, destinadas a difundir e a aperfeiçoar a Educação e Religião;
 - b)** publicar revistas, boletins, apostilas, a fim de divulgar suas atividades e ampliar o seu âmbito de influência;
 - c)** fomentar e manter intercâmbio com suas congêneres nacionais ou estrangeiras;
 - d)** procurar auxiliar, de todas as formas, os interessados em aperfeiçoar seus conhecimentos em Educação e Religião, inclusive por meio de bolsas-de-estudo ou subsídios;
 - e)** realizar, acompanhar e avaliar pesquisas e experimentos em Educação e Religião;
 - f)** informar-se sobre as experiências em Educação e Religião realizadas no Brasil ou no exterior e divulgá-las;
 - g)** analisar a viabilidade da aplicação dessas experiências à nossa realidade educacional.
- http://www.gper.com.br/atividade_permanente.php. Acesso 24 de julho de 2016

respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil é o eixo que permeia toda a nova proposta para o Ensino Religioso, conforme o texto da Lei de Diretrizes e Bases (MENEGETTI ; PASSOS, 2007, p.116).

A discussão sobre a prática do Ensino Religioso continua gerando divergência constante entre os defensores e os opositores da disciplina. Hoje o Estado se intitula laico e embora o Brasil ainda seja a maior nação católica do mundo, nas últimas década, a Igreja teve uma redução da ordem de 1,7 milhão de fieis, um encolhimento de 12,2% de acordo com os dados de divulgação do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O censo mostrou ainda uma tendência de redução dos católicos e de expansão das correntes evangélica. Os números mostram uma redução acelerada do poder da Igreja Católica no país nas últimas décadas, por quase um século (1872 a 1970), apresentou uma perda de 7,9% de participação no total da população. Já nos últimos 20 anos esta retração foi de 22 % (RITTO, 2012)

Em relação a esses dados, podemos concluir que a hegemonia dos católicos cede lugar a outras denominações cristãs, sem contar a expressividade religiosa de outras crenças e o Ensino Religioso acolheu essa mudança. A LDB 96/97 é bem clara a ao afirmar que não haverá confessionalidade na prática pedagógica da disciplina. Percebemos que o cenário político e educacional se reorganizar concomitantemente com reconhecimento de um país multirreligioso e multicultural.

Segundo o pesquisador Hall, “O multiculturalismo refere-se a estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiculturalidade gerados pelas sociedades multiculturais. É normalmente utilizado no singular significando a filosofia específica ou a doutrina que sustenta estratégias multiculturais” (HALL, 2003, p. 52).

Para tanto, é preciso que o sistema educacional se reconfigure de modo a atender as novas exigências culturais. Nesse novo cenário a escola se torna ponto de encontro de diferentes culturas. Cada aluno carrega um universo simbólico que lhe é próprio, o professor neste novo cenário não se apresenta apenas como um transmissor de cultura, mas um intermediador de diferentes concepções culturais reflexos da sociedade globalizada e altamente conectada através das redes sociais que permitem a interação com múltiplas realidades sociais, políticas, econômicas e religiosas.

É preciso que o sistema educacional discuta as diferenças, e esteja preparado para essa realidade diversa e muitas vezes permeada de mazelas e injustiças sociais, “direcionando o sentido da ação política na busca da construção de uma sociedade menos desigual e injusta” (GARCIA, 2001,p.41). Um projeto de educação emancipatório deverá, sem dúvida, colocar o conflito no centro de seu currículo, favorecendo aos agentes recriarem dispositivos que facilitem a comunicação entre as culturas. Assim, como propõe Garcia:

“Na base do desenvolvimento deste novo modelo multicultural, a ideia de que todas as culturas são incompletas, contraditórias; e que as incompletudes de uma cultura só podem ser avaliadas a partir da comparação com as premissas de outra cultura. Portanto, pela prática da discussão e da reflexão dos conflitos culturais buscar uma convivência intercultural mais igualitária, mais justa, mais edificante”.(GARCIA, 2001, p. 43).

Nessa perspectiva, o Ensino Religioso articulado com as demais disciplinas pode auxiliar na interação social responsável e atuante, contribuindo “para a construção de outra visão de mundo, de ser humano e de sociedade, considerando o religioso como uma dimensão humana que vai além da superfície dos fatos, acontecimentos, gestos ritos, normas e formulações” (OLIVEIRA *et al.*, 2007, p. 101). Ele faz parte de uma cultura não material, que envolve modos de pensar e interpretar a realidade material. Essa será a bandeira defendida pelos professores, entidades políticas e religiosas que lutaram pela permanência do Ensino Religioso.

Seus defensores apontam que o Ensino Religioso não confessional, ou seja, desvinculado de uma conversão religiosa, ao lado de outros campos de saber pode acrescentar à visão sobre a realidade mais um modo de discuti-la. Principalmente, ao adotar uma visão multicultural que reconhece a alteridade e busca no conhecer das diferentes espiritualidades o desenvolvimento de ações que promovam o diálogo e interação entre os diferentes sujeitos.

A aceitação da religiosidade do outro, e mesmo o reconhecimento das múltiplas religiões é resultante de uma mudança cultural. Faz-se urgente o relativismo cultural diante da afirmação do multiculturalismo no Brasil.

O pluralismo religioso no Brasil, isto é, o reconhecimento legal da diversidade de cultos e a garantia de liberdade religiosa foi o resultado de um longo debate político-científico em torno daquilo que o Estado (e a sociedade) podiam

legitimamente reconhecer e aceitar como “prática religiosa”. (MONTERO, 2009, p.10).

Nesse sentido o Ensino Religioso hoje, é defendido por professores da disciplina e grupos políticos e religiosos e apartidários, como um importante instrumento de apoio e promoção em defesa do multiculturalismo, cabendo-lhe a tarefa de despertar no educando a consciência do outro e o respeito às suas respectivas diferenças. Num mundo globalizado onde a heterogeneidade é vista em toda a parte, ou seja, diferentes formas de se viver em grupo, interesses contrapostos, classes e identidades culturais em conflito. Essas diferenças devem ser colocadas em questão também nas escolas e a disciplina contribuiria para a reflexão das mesmas.

2.4 Um novo olhar sobre o Ensino Religioso

Com as mudanças da LDB 96/97, o Ensino Religioso se torna um dos elementos que colaboraria para a formação integral do ser humano concomitantemente com as outras disciplinas. Preconiza o compromisso de pensar, discutir, analisar e conduzir uma vivência ética planetária que se percebe e se conjuga na alteridade e tem na liberdade, na justiça, no direito à diferença, e na defesa da dignidade do ser humano os caminhos para uma educação diferenciada (JUNQUEIRA, 2002).

Uma das consequências desta nova visão do Ensino Religioso é a mudança de referencial temático, ou seja, de uma sociedade vista erroneamente como homogênea para a aceitação e o reconhecimento do pluralismo sociocultural e religiosa de uma sociedade que sempre apresentou inúmeros indícios de sua heterogeneidade, seja econômica (as inúmeras desigualdades financeiras), seja cultural (influência da cultura de diversos povos estrangeiros) ou religiosas (o país sempre apresentou uma diversidade religiosa, seja as inúmeras espiritualidades indígenas, as diferentes práticas de religiosidades trazidas da África, a influência do protestantismo, entre outras filosofias religiosas).

Com a redemocratização brasileira, o país assume o direito à diversidade (ou alteridade). Nessa perspectiva, prioriza-se o referencial religioso, sem acentuar esta ou aquela tradição

religiosa. Esta mudança da legislação foi resultado de um importante movimento pelo reconhecimento do Ensino Religioso como área de conhecimento.

Segundo Junqueira, esta fase de transição do Ensino Religioso, ocorrida na década de 1990, caracteriza-se como um momento de alteração da concepção de pressupostos teológicos para pressupostos pedagógicos, colocando-o mais coerente com o ambiente escolar (JUNQUEIRA, 2002). Desta forma, a discussão não seria mais de âmbito teológico, mas pedagógico. O caráter da discussão seria a partir da escola. Muitas foram as iniciativas para que esta concepção fosse amadurecida e implementada. No Paraná, ocorreu uma rápida e bem estruturada adaptação tornando-o um referencial para todo o país. No site da Secretária de Educação do Estado do Paraná a disciplina é apresentada de forma a evidenciar o respeito à diversidade religiosa⁷.

Em específico, na seção 4 apresentaremos que Uberlândia-MG, também irá se organizar de forma a atender as novas exigências da disciplina.

2.5 O FONAPER e o Ensino Religioso

Como vimos no cap.1 o FONAPER surge como um grupo organizado apartidário e sem fins lucrativos como um referencial na reestruturação do Ensino Religioso coerente com a nova realidade cultural religiosa do país. Em sua Carta de Princípios, elaborada quando da sua instalação, o Fórum orientaria suas ações e atividades buscando a garantia que a Escola tenha subsídios para oferecer o Ensino Religioso em todos os níveis de escolaridade, respeitando as diversidades de pensamento além da opção religiosa e cultural do educando. Segundo essa Carta, o FONAPER caracteriza-se como um espaço pedagógico que visa a garantir o direito do educando em conhecer e valorizar a diversidade do fenômeno religioso enquanto substrato

⁷ O Estado do Paraná tem, em sua gênese, uma rica diversidade cultural e religiosa, fruto dos mais diferentes processos migratórios aqui estabelecidos. O respeito por essa diversidade e a compreensão das diferentes manifestações culturais relacionadas ao Sagrado, sem qualquer forma de proselitismo ou doutrinação, são aspectos fundamentais no tratamento da disciplina de Ensino Religioso como área de conhecimento no contexto escolar.

Fonte: <http://www.ensinoreligioso.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1271> Acesso. 28 de janeiro de 2016.

cultural e patrimônio da humanidade, bem como dar lugar para reflexões e propostas de encaminhamentos para a implementação do Ensino Religioso sem discriminação de qualquer natureza (Carta de princípios – FONAPER, 1995).

A influência do FONAPER se fará significativa daí em diante, fato esse percebido quanto a exemplo o Fórum se mobilizou para elaborar os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER), visando à construção de um referencial curricular de Ensino Religioso a partir da perspectiva da Lei nº 9.475/97, a qual alterou o art. 33 da LDB nº 9.394/1996. Já que os mesmos não haviam sido contemplados na proposta inicial encadeada pelo MEC. Ou seja os Parâmetros Curriculares Nacionais não contemplavam em particular o Ensino Religioso, foi o FONAPER que fez essa primeira proposta, mas não é parte oficial dos cadernos do MEC.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais — PCN — são referências para os Ensinos Fundamental e Médio de todo o país. O objetivo dos PCN é garantir a todas as crianças e jovens brasileiros, mesmo em locais com condições socioeconômicas desfavoráveis, o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania. Não possuem caráter de obrigatoriedade e, portanto, pressupõe-se que serão adaptados às peculiaridades locais.

Fonte: http://www.educacional.com.br/legislacao/leg_vi.asp Acesso em 9 de janeiro de 20015

A concepção que perpassa os PCNER apresenta significativos avanços no trato pedagógico da diversidade cultural religiosa, reconhecendo que a escola não é espaço para a doutrinação de uma ou mais denominações religiosas, mas sim um lugar para a socialização dos conhecimentos produzidos pela humanidade nas diferentes culturas, incluindo nesses, o conhecimento religioso, que é também um conhecimento humano.

Fonte: http://www.fonaper.com.br/documentos_concepcao.php Acesso em 17 de Agosto de 20016

Pela primeira vez, pessoas de várias tradições religiosas, enquanto educadores, conseguiram elaborar uma proposta pedagógica para o Ensino Religioso, tendo como objeto de estudo o fenômeno religioso, sem proselitismo, mediante amplo processo de reflexão sobre os fundamentos históricos, epistemológicos e didáticos desse componente curricular, explicitando seu objeto de estudo, seus objetivos, seus eixos organizadores e seu tratamento didático. Este

documento foi entregue ao Ministério da Educação - MEC em outubro de 1996 e publicado em 1997 sendo composto de 63 páginas abrangendo:

1. Apresentação: Declaração dos propósitos do documento e indicação das partes do texto;
2. Elementos históricos do Ensino Religioso: Visão panorâmica do tema nos séculos de colonização do Brasil.
2. Define a concepção de área de ensino e explicita os objetivos da disciplina;
3. Critérios para a organização e seleção de conteúdos e seus pressupostos didáticos. Além disso, fornece orientação didática sugerindo formas de avaliação; (BRASIL, 1996)

Para alcançar os objetivos propostos ao Ensino Religioso, ⁸os PCNER, elaborados pelo FONAPER, 2007 apresentam cinco (5) eixos organizadores, que indicam os conteúdos programáticos de cada ciclo ou série do Ensino Fundamental, para a efetivação desta área do conhecimento:

1. Culturas e Tradições Religiosas: conteúdos estabelecidos a partir da filosofia da tradição religiosa: filosofia da tradição religiosa; história da tradição religiosa; sociologia da tradição religiosa; psicologia da tradição religiosa;

Objetivo – Desenvolver os temas decorrentes da relação cultura e tradição religiosa;

2. Escrituras Sagradas e/ou Tradições Orais: conteúdos conduzidos a partir de textos sagrados das distintas tradições religiosas que transmitem: revelação; história das narrativas sagradas; contexto cultural; exegese;

Objetivo – Analisar as múltiplas concepções do Transcendente;

3. Teologias: conteúdos estabelecidos a partir das narrativas e afirmações elaboradas pelas religiões: sobre as divindades; verdades de fé; vida além da morte;

Objetivo – Aprofundar o significado da palavra sagrada no tempo e no espaço;

4 Ritos: conteúdos acerca das práticas dos rituais: rituais; símbolos; espiritualidades;

⁸ (Cf. FONAPER. Caderno Temático Ensino Religioso, nº. 1, p. 31-32)

Objetivo - Buscar o entendimento das práticas celebrativas;

5. Ethos: conteúdos acerca da forma interior da moral humana: alteridade; valores; limites.

Objetivo – Analisar a vivência crítica e utópica da ética humana a partir das Tradições religiosas;

Como podemos ver, os eixos do Ensino Religioso foram elaborados, com o intuito de contemplar as diferentes facetas do fenômeno religioso e abordá-lo nas suas diferentes concepções, trazendo para a sala de aula a multiplicidade religiosa. Os eixos elaborados pelo Fórum que dedicavam-se à contribuir para que as escolas do Brasil pudessem elaborar as suas propostas pedagógicas em consonância com os PCNER e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, e se encontram organizados seguindo a tendência dos demais Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) elaborados pelo MEC.

O Ensino Religioso poderá despertar o aluno para os aspectos transcendentais da existência como: a busca do sentido radical da vida, a descoberta do seu compromisso com o social e a conscientização de ser parte de um todo. Esse processo de despertar e descobrir, que conduzirá naturalmente ao encontro pessoal de Deus, é permeado de ações, gestos e palavras, símbolos e valores, que só adquirem significação na vivência, na participação e na partilha. Mesmo quando ainda é impossível para o educando compreender conceitos abstratos como a justiça, a fraternidade, o perdão, ele já é capaz de perceber se uma atitude não é justa, de acolher com gesto fraterno, de sentir-se perdoado por uma falta. (JUNQUEIRA, 2008, p. 96-98).

De acordo com Junqueira a inserção do Ensino Religioso no contexto global da educação visa tornar as relações do saber mais solidárias e participativas, ajudando a descobrir instrumentos eficazes para a compreensão e a ação transformadora da realidade social, através dos valores fundamentais da vida (JUNQUEIRA, 2002). Assume assim uma postura de respeito à pluralidade religiosa, contrário a todo e qualquer tipo de intolerância religiosa e de busca pela separação entre Estado e Igreja. No entanto, verificamos que as lideranças religiosas estão presentes direta ou indiretamente nas ações movidas na estruturação da disciplina. A exemplo da

bancada política que faz questão de evidenciar sua posição religiosa e a presença de líderes religiosos no FONAPER e GPER

Ainda, segundo Junqueira (2002), há um reconhecimento da disciplina como formadora de cidadania, de tal modo justificando, sobretudo, o que diz respeito a sensibilizar os alunos sobre a pluralidade cultural religiosa brasileira e levá-los a uma reflexão sem preconceitos, ao mesmo tempo, favorecer a compreensão do fenômeno religioso e suas manifestações com um tratamento de respeito e sem discriminação. Consequentemente, motivando-os a uma aprendizagem significativa e um modo coletivo de cidadão inserido, crítico, reflexivo e participativo.

A seleção, a organização e os encaminhamentos pedagógico-didáticos no cotidiano do Ensino Religioso dão-se a luz do contexto social dos estudantes, de seu desenvolvimento pessoal e social, de sua bagagem cultural e religiosa, de seus conhecimentos anteriores e do currículo escolar no qual se encontram inseridos, considerando sempre a complexidade dos assuntos religiosos por causa de sua diversidade e da possibilidade de aprofundamento deles em meio à pluralidade cultural religiosa do Brasil (OLIVEIRA et al., 2007, p.114-115).

Como percebido, a partir da década de 1990 o Ensino Religioso tenta se assegurar como disciplina que não fará apologia a uma religião específica. A nova legislação garantiu a presença de todas as tradições religiosas no princípio escolar, isto é, não admitindo a predominância de nenhuma religião sobre as demais. De acordo com o FONAPER, 1998, o Ensino Religioso deve suscitar atitudes de valorização das experiências religiosas e favorecer a relação emancipada dos educandos com as diferentes culturas. Articular os conhecimentos e debates com base nos direitos e deveres da cidadania e do respeito às diferenças e proporcionar condições ao educando de construir sua identidade e superar preconceitos sobre qualquer experiência religiosa.

Conforme vimos até aqui, os princípios associados à democracia e ao Estado Laico propõe uma nova prática de Ensino Religioso em sala de aula, baseada em uma transformação radical dos objetivos da disciplina. Se ora a disciplina nasceu como confessional e proselitista, com o intuito de promover a unidade e identidade nacional cristã católica, agora ela se reestrutura no discurso pautado no respeito à diversidade religiosa e no respeito ao multiculturalismo nacional.

Nesse sentido os educadores do Ensino Religioso se configuram em agentes centrais dessa discussão, pois serão eles os responsáveis diretos pela inserção dessa proposta na realidade dos educandos. Os conteúdos propostos nos PCNERS só podem ser efetivados a partir de uma proposta teórica e uma prática educacional coerente com a legislação atual e, para tanto, o professor/educador é figura chave nessa nova perspectiva cultural de Ensino Religioso, tornando-se agente central no ato de transmitir as informações relevantes aos alunos.

2.6 Ensino Religioso e formação Docente

A formação e a admissão de professores deve habilitá-los à compreensão da dinâmica sociocultural. Além disso, segundo a nova legislação, o professor de Ensino Religioso deve ter uma atenção humanista mais próxima dos alunos, observando suas necessidades, sobretudo, considerando e respeitando a bagagem cultural religiosa dos mesmos, em virtude das desigualdades de pensamentos, opções religiosas, pluralidade de credos religiosos que existem no contexto da sala de aula. Por outro lado, sabe-se que essa nova perspectiva sobre o Ensino Religioso enfrenta também resistências por toda a parte, seja dos próprios professores, seja por parte dos alunos e das instituições de educação (JUNQUEIRA, 2002).

O artigo da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional sobre o Ensino Religioso, (Lei 9475/1997), evidencia que os sistemas de ensino regulamentarão e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. Esse ponto, abre espaço para vários questionamentos. Exige-se a presença da disciplina, mas não há uma clareza sobre qual a formação do professor que atuará nessa área do conhecimento.

Segundo Junqueira são observadas duas situações (JUNQUEIRA, 2016, p.7):

1. Abertura de cursos de graduação a partir de 1997, e expansão de formação para professores por meio de cursos de extensão e especialização com currículos caracterizados por disciplinas como a história do Ensino Religioso, fundamentos epistemológicos da disciplina, didática, história das religiões;

2. sistemas que não exigem formação específica, simplesmente realizam complementação de carga horária, em que professores/as de diferentes disciplinas assumem o Ensino Religioso para finalizar a sua carga horária.

O artigo 62 da LDB afirma que a formação dos docentes para atuarem na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação. E para o Ensino Religioso o procedimento é o mesmo, considerando que a abordagem deve ser a de um componente curricular e área de conhecimento. Logo, as exigências de formação inicial são as mesmas, pois se trata de habilitação para o magistério.

E no decorrer desse movimento surgem, então, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso na perspectiva de assegurar a formação inicial e continuada do profissional pertencentes a essa área. Importante salientar que esse documento não apresenta caráter legal pelo MEC, mas, segue como um norteador para os estados legislarem sobre a exigências para a seleção dos profissionais dessa área do conhecimento.

[...] Considerando as orientações discutidas com os Conselhos Estaduais de Educação as normas para habilitação e admissão de professores de Ensino Religioso contempla: Fazer parte do quadro permanente do magistério federal/estadual ou municipal; Ser portador de diploma de licenciatura em Ensino Religioso. Caso não existam profissionais devidamente licenciados, o Sistema de Ensino poderá preencher os cargos de professores com profissionais portadores de diploma de especialistas em Ensino Religioso (mínimo de 360 h/a), desde que seja portador de diploma em outra licenciatura; bacharéis na área da religiosidade, com complementação exigida pelo MEC, desde que tenha cursado disciplina na área temática de Teologia Comparada, no total de 120 h/a; Demonstrar capacidade de atender a pluralidade cultural e religiosa brasileira, sem proselitismo; Comprometer-se com os princípios básicos da convivência social e cidadania, vivenciando a ética própria aos profissionais da educação; Apresentar domínio dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso [...] (FONAPER, 1998 – sem página).

Em pesquisa realizado no documento – Provimento de Professores para o Componente Curricular Ensino Religioso Visando a Implementação do Artigo 33 da Lei 9475/97, lançado em maio de 2016, podemos constatar que cada unidade federativa tem elaborado seus critérios de

seleção , há um consenso sobre a exigência da graduação, a maioria exige que seja na área de ciências humanas, e os que não tem graduação específica em Ciência da Religião ou Ensino Religioso, podem concorrer os docentes licenciados portadores de Curso de Especialização lato-sensu em Ensino Religioso ou pós stricto-sensu na área.

Ainda de acordo com esse documento o primeiro concurso público para professor nessa área do conhecimento foi em 2001, realizado no Estado de Santa Catarina. Entre os anos de 2001 a abril de 2016 foram realizados 268 concursos que ocorreram em 18 estados brasileiros.

O quadro a seguir evidência como se deu o processo de formação e habilitação dos professores desse conteúdo no país.

Quadro 1 - HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE ENSINO RELIGIOSO.

MODELO DE ENSINO RELIGIOSO	FORMAS DE VER O CONHECIMENTO FORMADOR NOS PROFESSORES	FORMAS DE VER A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES	REGIÕES DO BRASIL
Modelo Confessional Este modelo persiste no século XXI.	Uma informação reprodutiva sustentada pelo discurso catequético de formação de fiéis.	Um produto assimilável de forma individual, mediante conferências ou cursos ditados. Este modelo não produziu subsídios teóricos para formação de professores.	Por todo o país, sob a responsabilidade das autoridades religiosas. Ministrado em instituições formadoras religiosas, nem sempre com preocupação acadêmica. Cursos para credenciar professores, encontrados, por exemplo, no Rio de Janeiro e Brasília.

<p>Modelo Fenomenológico</p> <p>Podemos considerar o ano de 1997 com abertura das Licenciaturas em Santa Catarina, e 1998 com a publicação das Diretrizes como marcos para esta nova fase. Com certeza, o fato de a formação docente ser realizada na universidade alterou o perfil do processo formador, percurso já iniciado na transição do modelo anterior.</p>	<p>Desenvolvimento de conhecimento, construção coletiva para estabelecer a identidade pedagógica do Ensino Religioso como área de conhecimento.</p>	<p>Elaboração de projetos de transformação, com a intervenção de pesquisadores para estabelecimento de uma epistemologia e fundamentos visando estruturar a profissionalização docente. Este modelo preocupou-se explicitamente em definir uma área como as Ciências da Religião e a produção de pesquisas e subsídios para formação docente.</p>	<p>Organização dos primeiros cursos de Licenciatura no Estado de Santa Catarina e, posteriormente, no Pará, Minas Gerais, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba. Os Cursos de PósGraduação assumiram uma perspectiva acadêmica, assim como articulação de cursos de extensão universitária. A publicação das Diretrizes para a formação docente do Ensino Religioso em 1998 pelo FONAPER colaborou nesta orientação.</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Tabela organizada a partir de IMBERNÓN (2009, p. 24) e do Relatório de CARON (1997).

Como podemos verificar no quadro 1 a formação de professores de Ensino Religioso caminha em direção a uma qualificação específica da área, o professor que antes era escolhido levando em conta apenas sua formação religiosa, agora deve passar pelo crivo de uma habilitação na área de Ensino Religioso. No entanto, esse processo ainda está caminhando para a consolidação de um critério a nível nacional.

Ainda de acordo com Junqueira, devido a falta de uma legislação clara sobre a habilitação do profissional de Ensino Religioso, e o MEC não ter lançado as Diretrizes

Nacionais para a Licenciatura de Graduação Plena em Ensino Religioso, é possível encontrar professores que atuaram na disciplina por mais de trinta anos consecutivos sem acesso aos direitos legais trabalhistas como plano previdenciário de saúde, décimo terceiro salário, contratação nos mesmos parâmetros aos demais profissionais da área da educação, plano de carreira, aposentadoria por tempo de serviços prestados, entre outros, pois não tinham acesso ao direito de concurso público para a disciplina de sua atuação (JUNQUEIRA, 2016).

Percebe-se a urgência de adequar a legislação para legitimar a prática docente desse profissional e assim garantir seus direitos trabalhistas da mesma forma que os demais trabalhadores da educação.

Segundo Cortella (2007, p.20), a construção da competência do professor de Ensino Religioso, precisa ser feita de “forma embasada, consistente, metódica, com os recursos e reflexões da Didática e da Pedagogia sobre os processos educativos”. Ou seja, é preciso investir na formação desses profissionais, faz-se necessário uma formação pautada em uma base científica, em uma religiosidade consciente, numa solidez pedagógica e num compromisso ético com a formação cidadã.

2.7 O Ensino Religioso enquanto área do conhecimento – Conflitos e Impasses.

Retomando as definições normativas do Ensino Religioso nos últimos 20 anos evidenciamos que não há diretrizes nacionais ou parâmetros curriculares que definam o conteúdo a ser discutido nas aulas das escolas públicas do país. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996/97, como já discutida, definiu que cada Estado deveria estabelecer normas para a oferta da disciplina, o que acarretou uma variedade de modelos adotados em cada rede de ensino.

Para educadores e especialistas do tema, esse vácuo normativo dificulta a garantia de um espaço igualitário entre os diversos credos. O que temos é uma diretriz curricular elaborada por um órgão não governamental o FONAPER que elaborou as Diretrizes da disciplina seguindo as orientações da LDB respeitando os limites do Ensino Religioso. “Não pode servir a qualquer

forma de proselitismo, desta ou daquela tendência, deste ou daquele credo religioso ” (CALLEGARI, 2011), porém este princípio não é, muitas das vezes, observado.

Assim, a ausência de uma normativa comum para o Ensino Religioso na LDB de 1996 levou a vários casos de proselitismo religioso, a exemplo podemos referenciar: as Leis Estaduais nº 3.459/2000 e nº 5.998/11, que, respectivamente, instituíram o ensino confessional na rede pública de ensino básico no estado do Rio de Janeiro e criou a obrigatoriedade da Bíblia Sagrada nas bibliotecas escolares, a Lei nº 74, do estado do Amazonas, a Lei nº 2.902/2004, do Mato Grosso do Sul, e a Lei nº 8.415/2003, do Rio Grande do Norte, que também adotaram a obrigatoriedade da Bíblia Sagrada nas escolas.

Em ressonância, a Lei nº 1.864/2008, do estado de Rondônia, apresenta uma violação de maneira ainda mais ostensivo do Estado Laico, ao oficializar a Bíblia Sagrada como livro-base de fonte doutrinária para fundamentar princípios, usos e costumes de comunidades, igrejas e grupos, sendo tais medidas ressaltadas e reconhecidas pelo estado de Rondônia.

Desde a redemocratização do país a reafirmação do caráter laico do modelo governamental é constante na postura dos agentes públicos a eliminação de formas de discriminação advindas de causas religiosas. Entretanto, mesmo com a existência de políticas públicas, planos nacionais e metas previstas neste sentido, entes federativos e respectivos sistemas de ensino público têm adotado, com frequência, ações que contrariam este propósito como exemplificado nas leis estaduais citadas acima.

Para o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ao impor a inserção da Bíblia em escolas ou bibliotecas públicas, os estados fizeram juízo de valor sobre livro religioso adotado por crenças específicas, considerando fundamental, obrigatória e indispensável sua presença naqueles espaços, segundo ele: “Contudo, incumbe aos particulares, e não ao Estado, a promoção de livros adotados por religiões específicas”.

Neste sentido, o procurador, ajuizou em 12 de março de 2015 no Superior Tribunal Federal - STF cinco ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs 5248, 5255, 5256, 5257 e 5258) questionando as leis estaduais do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Amazonas.

O procurador-geral da República destaca que seu interesse é “unicamente proteger o **princípio constitucional da laicidade estatal**”, de modo a impedir que os estados promovam ou incentivem crenças religiosas específicas em detrimento de outras, sempre se resguardando, por outro lado, os direitos dos cidadãos de assim procederem, em decorrência do exercício das liberdades de expressão, de consciência e de crença, previstos nos incisos IV e VI do artigo 5º da Carta Magna. (BRASIL,2016)

Outro exemplo de defesa do princípio da laicidade estatal está presente em ação declaratória movida pela Procuradoria-geral da República - ADI nº 4439 , em decorrência do Decreto Legislativo nº 698/2009 e do Decreto nº 7.107//2010, que aprovaram o acordo firmado entre o Brasil e a Santa Sé, no qual, em seu artigo 11, estabelece:

A República Federativa do Brasil, em observância ao direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do País, respeita a importância do ensino religioso em vista da formação integral da pessoa.
§1º. O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação. (BRASIL, 2010)

Estes acordos entre o Brasil e a Santa Sé estabeleceram um instrumento contrário a LDB e a própria Constituição brasileira sendo alvo de inúmeras críticas.

Assim, valendo-se dos princípios de laicidade do Estado, os críticos contrários ao Ensino Religioso a exemplo o professor titular Luiz Antônio Cunha da Faculdade de Educação da UFRJ e coordenador do Observatório da Laicidade do Estado e Roseli Fischmann, professora Doutora Livre Docente da Faculdade de Educação da USP, buscam salientar vícios de uma área do conhecimento que segundo eles nem o termo disciplina poderia receber, além de não considerar o aspecto de separação da “disciplina” a uma doutrina religiosa dominante específica, evidenciando segundo ele que o Ensino Religioso não acrescentaria ao estudante valores éticos, além dos quais já são transmitidos por outras disciplinas.

Nesse contexto de impasses após 20 anos da publicação do art. 33 da LDB/1996, alterada pela Lei nº 9.475/1997, o Ensino Religioso passa por uma nova e significativa reestruturação. O MEC está promovendo uma discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular -BNCC para a

Educação Básica e, pela primeira vez, após efetiva participação do FONAPER, o Ensino Religioso foi inserido nas discussões.

A proposta do BNCC é estabelecer uma base curricular a nível nacional, a fim de que todos os currículos escolares do país, da educação infantil ao ensino médio, em escolas públicas e particulares, contenham os objetivos de aprendizagens essenciais a serem alcançados pelos alunos a cada etapa concluída. Prevista no Plano Nacional de Educação – (PNE 2014-2024), a meta da Base estabelece que a partir de 2018 as diretrizes sejam implementadas nas escolas. Não visa apenas atualizar o conteúdo didático, mas sim, contribuir com a diversidade territorial, o documento deseja também, oferecer orientações para a avaliação curricular e a formação de professores atuantes na educação básica. De acordo com o PNE, essa base deve ser elaborada mediante pactuação interfederativa, ou seja, envolvendo todos os estados, o DF e seus respectivos municípios.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é referência para a formulação e implementação de currículos para a Educação Básica por estados, Distrito Federal e municípios, e para a formulação dos Projetos Pedagógicos das escolas. Avança em relação a documentos normativos anteriores ao definir direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento aos quais todas as crianças, adolescentes e jovens brasileiros devem ter acesso ao longo de seu processo de escolarização.

A BNCC se fundamenta em princípios éticos, políticos e estéticos para estabelecer os Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento, que devem ser o mote de toda a escolarização básica. Em cada etapa de escolarização – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – esses Direitos subsidiam a definição dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos componentes curriculares. (BRASIL 2016)

Embora, a proposta de um BNCC seja elaborada, ouvindo as vozes dos diferentes gestores da educação pública do nosso país, em um rápido acesso às redes sociais e sites especializados nas áreas de política pública e educação, é possível ver que há inúmeros impasses sobre o documento, que se tornou alvo de inúmeras polêmicas e conflitos. Nesse atual contexto, o Ensino Religioso é um dos temas de grande impasse e profundos questionamentos sobre a sua valia no referido documento.

Nos limitaremos em apontar algumas prerrogativas sobre o Ensino Religioso na proposta da BNCC. Neste processo de estabelecimento de uma base curricular, temos um embate declarado entre aqueles que veem o documento como um importante instrumento de consolidação da disciplina por proporcionar uma normatização em relação a um currículo básico e também na admissão dos professores da disciplina em âmbito nacional e em contrapartida, críticas ferrenhas em oposição a sua inserção na BNCC.

Conforme citado anteriormente, de um lado a FONAPER se articula como a principal instância na representação dos interesses do Ensino Religioso e de outro temos críticos que abominam a ideia da disciplina na escola pública.

Para Cunha, não há razão de se manter o Ensino Religioso nas escolas públicas:

Ensino Religioso nas escolas públicas - por que não? A julgar pela resposta que seus defensores dão, os alunos só teriam a ganhar. Como todas as religiões são boas, já que Deus é o mesmo, tal disciplina propiciaria tolerância dos alunos uns com os outros, formando uma disposição favorável a solidariedade fora da escola; respeito as autoridades escolares, induzindo sentimento análogo no âmbito da sociedade política. **Pura idealização! No mundo real, há crenças dominantes e dominadas, que dividem os alunos ao invés de os unir.** Os filhos de não crentes são discriminados até mais que os dos adeptos de religiões minoritárias. Não bastasse isso, **a religião ocupa recursos humanos e materiais que fazem falta a escola pública.** E enseja a disputa de corações e mentes infanto-juvenis para a verdade provinda dos argumentos de autoridade que não é deste mundo, portanto transcendentais, ao passo que **a escola pública precisa estar ancorada justamente na ciência deste mundo**, ou seja, imanente. A importância dessa distinção é bem sabida pelos professores de Biologia ao tratarem da evolução das espécies! (CUNHA, 2013, p. 935 – Grifos nossos.)

Ele defende assim, a laicidade do ensino, para Cunha, é preciso refletir se a educação básica possui uma estrutura sólida e bem organizada de transmissão do conhecimento em disciplinas básicas (matemática, ciências e língua portuguesa) que permitiria aos estudantes utilizarem parte do tempo em sala de aula, para atividade como Ensino Religioso. *Estamos em condição de dispensar tempo escolar em algo que não é próprio da escola pública? Não.* (Escola, 2013). De acordo com o pesquisador, as religiões possuem espaço e recursos em ambientes apropriados fora do espaço escolar para desenvolverem atividades, logo a utilização

mesmo que de uma hora semanalmente interferiria negativamente na transmissão do conhecimento de áreas do conhecimento já estabelecidas no PNE.

Segundo Cunha (2003), o ensino de valores éticos – como respeito ao próximo e solidariedade – constituem-se em valores fundamentais, que devem permear todo o currículo escolar. Esse tema, no entanto, não pode estar correlacionado a uma ou outra doutrina religiosa. Quando isso acontece, passa-se a ideia equivocada de que apenas religiosos poderiam transmitir valores sociais. Desta maneira, seria absurdo, considerar que pessoas éticas existissem entre religiosos e não religiosos. O que levaria a uma concepção totalitária das relações humanas é de que a religião seria elemento determinante para a pedagogia e devido a isso, determinaria o sentido ao ensino público e aos valores humanos.

Aliada à essa ideia, a professora Roseli Fischmann acredita que o Ensino Religioso não pode continuar ocupando o espaço da escola pública, pois esse deve ser oferecido pela família e comunidades religiosas, para quem assim o quiser. Não cabe ao Estado interferir nessas questões:

O lugar do ensino religioso não é na escola pública, mas na família e nas comunidades religiosas, para quem assim o quiser. Por ser ligado ao direito à liberdade de consciência, de crença e de culto, o ensino religioso depende de ser buscado, não de ser oferecido sob a égide do Estado, por ser matéria íntima, de escolha, segundo a consciência de cada pessoa. (...) Aprender a não fazer ao outro o que não quer que lhe façam indica formação para autonomia, valorizando a alteridade -cerne da educação. Na escola, o respeito aos outros não pode ser amparado em divindade, mesmo para quem creia. (...) Porque amparar-se no inefável para garantir a não violência é menosprezar a capacidade humana de respeito mútuo e a própria fé, que não depende de constrangimento e submissão. A escola pública deve explicitar o que é humano (como a ciência) como mutável, porque falível e passível de debate e discussão, sempre sujeito a aperfeiçoamento. Como a Constituição (FISCHMANN, 2011).

Segundo Fischmann e Cunha, o Ensino Religioso contribui para a não laicidade da educação, colocando em discussão a real funcionalidade desta disciplina no currículo educacional. Assim, faz-se urgente dos defensores desta disciplina pesquisas que demonstrem a realidade escolar cotidiana da prática do Ensino Religioso e o quanto ela contribui isoladamente para a formação educacional, independente dos valores e princípios transmitidos por outras disciplinas.

Elisa Rodrigues professora do Departamento de Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora, em contrapartida interpreta a religião em um Estado laico como possibilidade para o desenvolvimento da cidadania e da cultura religiosa. Sendo o Ensino Religioso aplicável perante a laicidade do ensino, na qual a secularização não seria empecilho para a sua presença na educação pública. Num trabalho intitulado “Ensino religioso: área de conhecimento da educação básica”, ela propõe perguntas, respostas e reflexões para algumas questões circunscritas a discussão desta área do conhecimento. Na primeira pergunta ela diz – “o que justifica o componente curricular ER nas escolas de uma sociedade secularizada?” – Respondendo: “o resultado da secularização não é a subtração da religião, mas a sua restrição enquanto agência hegemônica e a fragmentação do seu poder em outras instituições como a escola”(RODRIGUES,2014). Para a pesquisadora, “interessa-nos desfazer o equívoco da equação ensino religioso é equivalente à formação religiosa”. Com essa abordagem, ela discorda de Fischmann, uma vez que para ela o Estado ser laico não discorda com o papel da religião, sendo assim, é possível o Ensino Religioso como área de conhecimento da educação básica, por se pautar no fenômeno religioso desde as séries iniciais, a fim de contribuir para a própria manutenção do sentido de Estado laico no Brasil.

Ainda de acordo com Rodrigues (2014), se admite a relevância do fato religioso como elemento que constitui a cultura brasileira. É preciso uma distinção de formação religiosa e a disciplina Ensino. A primeira sendo incumbência da família ou/e comunidades religiosas. Nessa perspectiva a disciplina teria o seu espaço quando se propõe a abordar fenomenologicamente a religião,

(...) reconhecendo o valor histórico-social e cultural da religião, assim como o traço simbólico que confere aos sujeitos religiosos dispositivos para a vivência da religião, pragmática e ontologicamente, promovendo entre os educandos o conhecimento necessário para o fortalecimento de noções como o reconhecimento da alteridade e o respeito pela diferença (RODRIGUES, 2013B, 2013, p. 231).

Logo, o debate entre os legisladores da nova proposta curricular para o Ensino Religioso acreditam que a BCNN contribuirá na eliminação do ranço do proselitismo religioso que

permeia esta disciplina. Seus defensores garantem que os princípios curriculares devem garantir o respeito ao multiculturalismo e suscitar reflexões, críticas e debates construtivos a respeito do fenômeno religioso com respeito a alteridade. Apontam que uma vez que o país concentra uma pluralidade e diversidade religiosa, a escola não poderia deixar de abordar o tema já que é um espaço que, em tese, é plural e democrático. Assim, “uma escola inteligente não pode deixar de fora o conteúdo religioso” (CORTELLA, 2007, p. 19).

É evidente que o Ensino Religioso é visto como uma disciplina que exige atenção devido a seus impasses históricos e por sua nomenclatura referenciar religião, indo de encontro com o caráter laico e secularização⁹ da educação.

Contudo, a posição dos defensores do Ensino Religioso é de que a definição de uma BNCC garantirá legitimidade à mesma e a separaria de interpretações equivocadas que ocorrem em diversos estados, sob influência da classe política e econômica dirigente. Logo com o estabelecimento da BNCC evitará o proselitismo de qualquer credo religioso, dando enfim o patamar de disciplina e uma base curricular comum.

Desta maneira, a disciplina Ensino Religioso se separaria da origem Educacional nacional atrelado à Igreja, que remontaria ao modelo Jesuíta de ensino que foi se adequando a um caráter laico desde o início da República, porém nunca deixou de influenciar o modelo educacional sendo reflexo do credo religioso das lideranças político-econômicas do país.

A educação é o instrumento fundamental para que essa perspectiva cultural se concretize, como evidencia o art. 11 da Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica: nº 04/2010 que diz: “A escola de Educação Básica é o espaço em que se ressignifica e se recria a cultura herdada reconstruindo-se as identidades culturais, em que se aprende a valorizar as raízes próprias das diferentes regiões do País”.

O Ensino Religioso se torna um aparato nessa efetivação da aceitação e da vivência do multiculturalismo. Esse processo rico de abertura se dá numa dinâmica dialogal, construtiva e de partilha de vida, propiciando a empatia, a simpatia, a sensibilidade e o respeito. Um caminho

⁹ Secularização, segundo Hubert Lepargneur é um “processo histórico segundo o qual diversos elementos da cultura se libertam do controle das Igrejas e dos dogmas” (apud SUNG, 2012, p. 125).

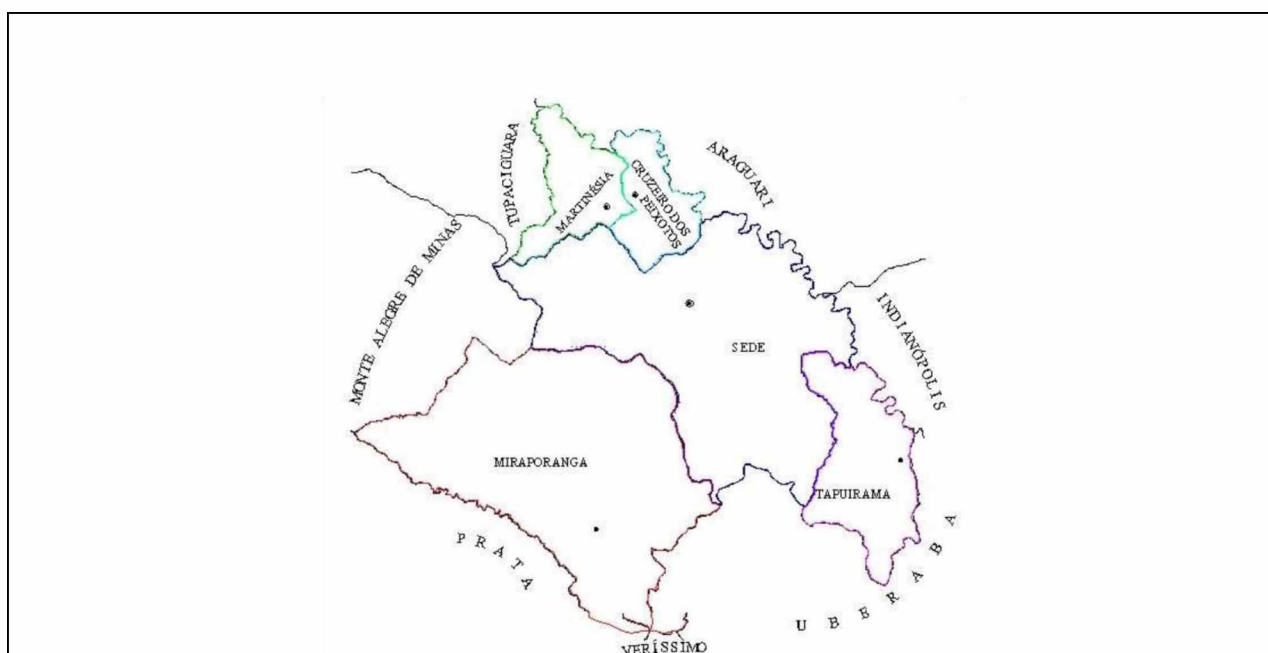
nem sempre fácil, que exige, antes de qualquer coisa, disponibilidade interior de professor de Ensino Religioso (SILVEIRA, 2011).

A disciplina que era ameaça à liberdade religiosa e homogeneizadora, a partir de um pensamento dominante, se redescobre como defensora do direito à diversidade, propagadora de princípios éticos ao respeito ao outro e à vida em democracia (OLIVEIRA et al., 2007). A concepção de Deus que era una e cristã passa a reconhecer as diferentes manifestações do sagrado e falar agora em Transcendente, legitimando o direito de professar diferentes crenças e até mesmo a opção de não ter crença alguma. (TEIXEIRA, 2007). Nos próximos capítulos iremos discutir como se deram, na prática essas mudanças estruturais do Ensino Religioso, a partir da ótica dos professores, em específico do Município de Uberlândia.

Cronologicamente temos: o surgimento do povoado e elevação à categoria de arraial de São Pedro de Uberabinha, com a Lei nº 602 de 21 de maio de 1852, subordinado ao município de Uberaba, passagem a categoria de freguesia em 11 de julho de 1857 com a Lei nº 831, elevação a categoria de vila e desmembramento de Uberaba pela Lei Provincial nº 3.643, de 31 de agosto de 1888 e elevação à categoria de município com a denominação de Uberabinha, pela Lei Estadual nº 23, de 14 de março de 1891. Uberabinha tomou o nome de Uberlândia pela Lei Estadual nº 1.128, de 19 de outubro de 1929 (COSTA; BARRA JÚNIOR, 1959).

A divisão administrativa do município referente ao ano de 1922 era constituída por três distritos: Uberlândia, Martinópolis e Santa Maria. Segundo o decreto-lei Estadual nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, os distritos de Martinópolis e Santa Maria tomaram os topônimos de Martinésia e Miraporanga respectivamente, além disso, foram criados e anexados ao município de Uberlândia os distritos de Tapuirama e Cruzeiro dos Peixotos. Assim, a divisão administrativa atual do município de Uberlândia (Figura 2) foi consolidada (COSTA; BARRA JÚNIOR, 1959).

Figura 2 - Distribuição territorial dos distritos do município de Uberlândia.



Fonte: DPI/ Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (SEPLAN) – 2009,
http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/1424.pdf acessado 21 junho 2016.

Quanto ao desenvolvimento social e econômico e para a inserção da cidade como polo regional, alguns fatos históricos foram fundamentais. Primeiramente com a chegada da ferrovia Companhia Mogiana de Estradas de Ferro em 1885, impulsionando projetos políticos e econômicos que foram levados pela elite política, instalando a infra-estrutura urbana necessária para o desenvolvimento da cidade. Seguido pela posição de entreposto comercial com relação a três unidades da Federação – São Paulo, Goiás e Mato Grosso, além de elementos naturais como clima e topografia contribuíram para o rápido aumento da população que em 1920 era de 23000 passando a 54000 habitantes em 1950 (COSTA;E BARRA JÚNIOR, 1959).

A implantação do modelo rodoviário nacional com estradas interligando o país nas direções Centro-Oeste ao Centro-Sul e a construção da nova capital, estabeleceriam definitivamente a posição estratégica da cidade no cenário nacional.

Na década de 1970, o município apresentou intenso desenvolvimento econômico e ampliação da produção material, agropecuária, industrial e do setor de serviços (BESSA,2015). A população da cidade neste momento era de 126.112 habitantes chegando a mais de 600 000 habitantes no início da década de 2010 (IBGE, 2016). Desta maneira elementos políticos, geográficos e humanos foram preponderantes para o desenvolvimento e consolidação como um dos principais municípios do interior do Brasil.

3.2 Perfil Sócioeconômico

O perfil socioeconômico de uma cidade reflete os fatores de natureza econômica e social da mesma. Dessa maneira, é possível estabelecer uma análise socioeconômica da cidade de Uberlândia a partir do entendimento destes elementos. Este município possui uma população estimada em 2015 de 663.000 habitantes, ocupando a posição de maior cidade do interior do Estado de Minas Gerais com produto interno bruto -PIB de R\$ 18,6 bilhões sendo assim responsável por 0,45% (PIB) nacional, ocupando com isso, a 29ª posição entre as cidades que mais contribuem para o PIB brasileiro (CALEIRO, 2013). O setor de serviços é responsável por mais de 70% do produto interno bruto da cidade (IBGE, 2016).

Somando a isso, temos os fatores de natureza social, Uberlândia apresentou índice de desenvolvimento humano (IDHM) de 0,789, em 2010, ocupando a 71^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros, sendo o maior IDHM de 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor 0,418 (Melgaço) (Pnud, 2013).

A taxa média de crescimento da população de Uberlândia entre 2000 e 2010 foi de 1,88% (média nacional no mesmo período foi de 1,17%).

3.3 A Religião em Uberlândia

Em Uberlândia, encontramos uma diversidade religiosa muito rica. A cidade, que se desenvolveu sob uma matriz social eminentemente cristã católica, possui hoje, dezenas de denominações cristãs protestantes, destacando-se também o espiritismo, a presença de religiões de matrizes africanas, como a umbanda e o candomblé e ainda, encontramos religiões e filosofias orientais. Conforme dados do último censo realizado pelo IBGE de 2010 (IBGE, 2016), vemos na figura 3, a seguinte configuração religiosa:

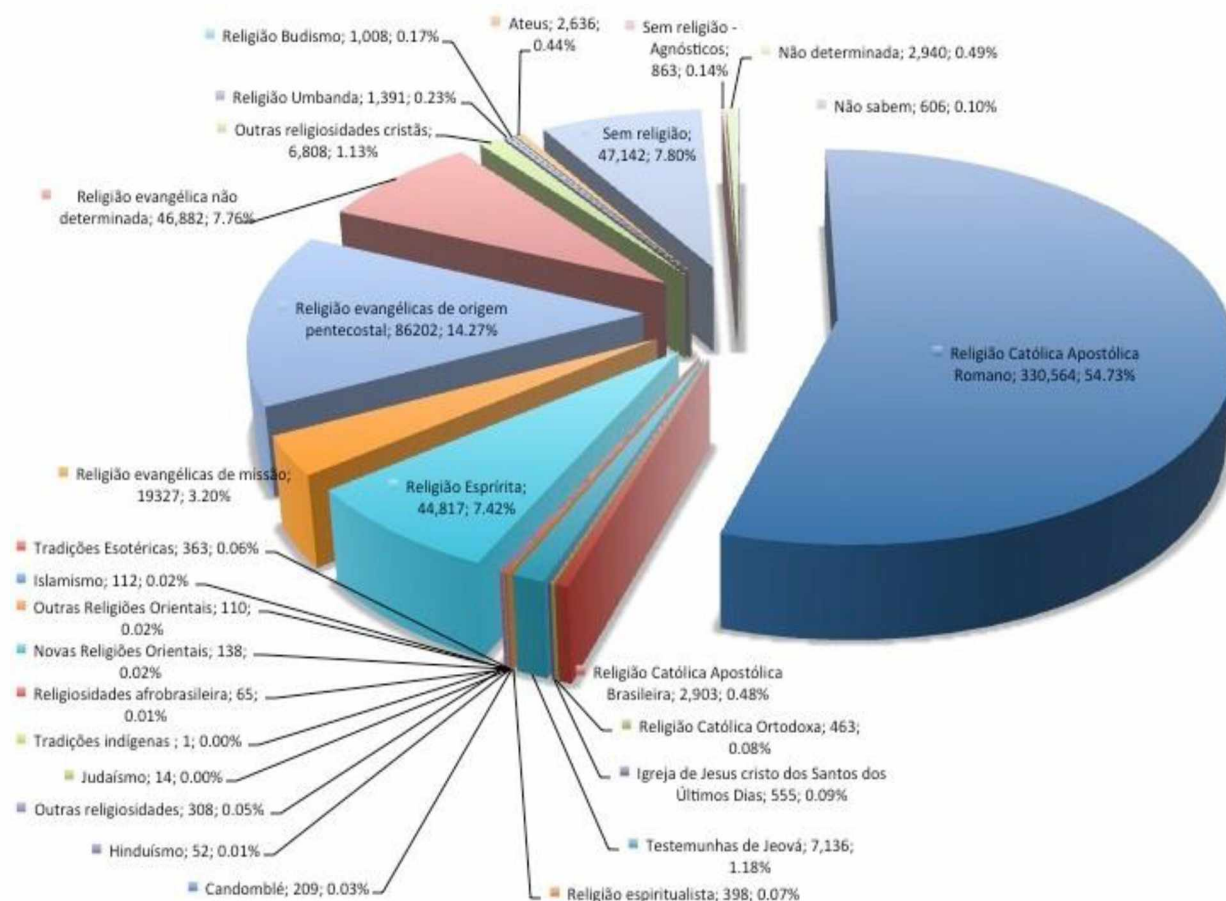


Figura 3 - Perfil religioso em Uberlândia 2010.

Fonte: Elaborado a partir do dados do censo IBGE de 2010.

O catolicismo representa 54,73% da população uberlandense, mas temos um número significativo de evangélicos de diferentes denominações que juntos constituem um grupo de cerca de 25,6%, as pessoas sem religião, agnósticos e que não souberam opinar representam 8,53%, os espíritas formam 7,42%, e as demais religiões juntas representam aproximadamente 3.34% da população residente.

Apesar da multiplicidade religiosa presente na cidade de Uberlândia, nota-se um predomínio da religião católica, vertente apostólica romana, com um número de fiéis superior a trezentas mil pessoas, número esse muito significativo se comparado às outras denominações religiosas.

Os motivos que podem justificar o predomínio do catolicismo, na vertente apostólica romana, podem ser explicados inicialmente pelo processo histórico de formação do território brasileiro e consequentemente do município de Uberlândia – MG, uma vez que tal religião se encontra presente em quase todo o território brasileiro, no caso específico do município de estudo é sabido que seu primeiro padre, José Carrijo Filho, era filho do filho do fundador da cidade Felisberto Alves Carrijo (COSTA E BARRA JÚNIOR, 1959).

Apesar de encontrarmos um predomínio de fiéis católicos, não se leva em consideração o fato de estes mesmos cidadãos serem de fato praticantes da mesma, ou se tal afirmação ocorre apenas por uma tradição familiar.

3.4 A Rede de Ensino Básico em Uberlândia

A primeira iniciativa de implantação de ensino na área do futuro Município de Uberabinha remonta à origem do município. Na fazenda “*Tenda de Propriedade*” de Felisberto Alves Carrijo fundador do povoado foi instalada, além de uma tenda de ferreiro, uma escola primária (alfabetização) (COSTA E BARRA JÚNIOR, 1959).

Em 1860 temos o primeiro professor pago pelo Governo, o músico e farmacêutico Antônio Maximiano Ferreira Pinto, em 1877 Manoel Isidoro instala a primeira escola particular. Com a emancipação do Município em 1888 e instalação da primeira Câmara Municipal em 1892 ocorreu a contratação de dois professores subvencionados pela Câmara Municipal. Em 1897 de natureza privada tem o estabelecimento do ensino secundário (Primeiro Grau) dirigida pelo professor Jerônimo Teotônio de Moraes e se chamou Colégio Uberabinhense (SILVA, 2003).

Quando a mudança de topônimo para Uberlândia o município contava com nove escolas primárias, porém somente uma de caráter oficial, o grupo Júlio Bueno Brandão de 1915. Além disso, oito escolas de nível secundário, sendo apenas uma de caráter oficial, o Ginásio Mineiro de Uberabinha, de 1929 e uma Escola Normal, de 1924 (SILVA, 2003).

Dados de 1955 indicam que o ensino primário era administrado em 83 unidades escolares no município sendo cinco grupos escolares na cidade com aproximadamente 9000 alunos. Enquanto que o ensino secundário era administrado em 5 estabelecimentos compreendendo os cursos ginásial, pedagógico e técnico-comercial com 2314 alunos

matriculados (COSTA E BARRA JÚNIOR, 1959).

Segundo Antônio Pereira da Silva (2003) a partir do anos 60, há um aumento crescente no número de escolas. O sistema educacional entra no mercado de venda do ensino no qual muitos professores eram contratados por salários míseros e muitas das vezes sem preparação adequada. Neste mesmo período ocorrem os estabelecimento das primeiras escolas superiores (Direito e Filosofia) na cidade.

A educação e aparato estrutural mantém seu crescimento e desenvolvimento atrelado ao próprio crescimento da cidade. Segundo dados do censo educacional de 2014 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Tabela 1, o número total de alunos matriculados nos sistemas público e privado de ensino do município, totalizava 143280 estudantes.

Tabela 1 - Parte A - Número total de alunos matriculados nos sistemas público e privado de ensino no município de Uberlândia.

Município	Dependência	Número de Alunos Matriculados					
		Ed Infantil		Matricula Inicial		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)
		Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental 1ª a 4ª série e Anos Iniciais	Ensino Fundamental 5ª a 8ª série e Anos Finais		
UBERLÂNDIA	Estadual	0	0	12282	17244	19483	0
	Federal	0	141	380	299	319	483
	Municipal	7954	10112	22719	11797	0	0
	Privada	4545	3648	6895	4593	3849	4899
	Total	12499	13901	42276	33933	23651	5382

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referente Censo Escolar 2014 – Município de Uberlândia – MG, <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>. Acessado em 21 de junho de 2016.

Tabela 2 - Parte B - Número total de alunos matriculados nos sistemas públicos e privado de ensino no município de Uberlândia.

Município	Dependência	Número de Alunos Matriculados											
		EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Matrícula Inicial Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							EJA EJA
		Funda- mental ²	Médio ²	Funda- mental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	Fund ^{1,2}	Médio ^{1,2}
UBERLÂNDIA	Estadual	363	3362	996	1898	0	0	166	179	72	0	190	25
	Federal	60	0	0	0	0	8	4	4	1	2	3	0
	Municipal	1855	0	0	0	152	180	1182	383	0	0	95	0
	Privada	18	157	0	0	11	30	126	42	14	3	57	0
	Total	2296	3519	996	1898	163	218	1478	608	87	5	345	25

¹ Inclui os alunos do Ensino Médio Integrado e Ensino Médio Normal/ Magistério

² Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referente Censo Escolar 2014 – Município de Uberlândia – MG, <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>. Acessado em 21 de junho de 2016.

Sendo o ensino administrado em 341 unidades de ensino, segundo o senso do Banco de Dados Integrados de 2014, deste universo total de escolas, 116 são municipais, 68 estaduais, 154 particulares e 3 federais (UBERLÂNDIA -MG, 2015)

Em Uberlândia, no ano de 2010, o IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, para a educação foi de 0,716, em uma escala de 0 a 1. Este índice apresentou uma grande ascendência entre os anos de 1991 e 2010, o que caracteriza uma maior escolaridade da população do município, com mais crianças e jovens nas escalas ou completando ciclos (PNUD, 2013).

De acordo com os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 93,04%, as de 11 a 13 anos completando o ensino fundamental era de 88,23%, os jovens de 15 a 17 anos com Legenda Sudeste Centro-Oeste Sul Nordeste Norte com ensino fundamental completo era de 66,81%, e a proporção de jovens com 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 53,45%, em 2010. Ademais a proporção de jovens entre 18 e 24 anos cursando o ensino superior era de 25,24%. Ocorreu um

crescimento considerável na proporção de crianças e jovens na escola ou com ciclos completos, entre os anos de 1991 e 2010, para todas as faixas etárias. Ademais, a expectativa de anos de estudo na população do município passou de 9,34 anos em 1991 para 9,92 anos em 2010, ou seja, indica que a população em idade escolar passa um maior número de anos estudando, e a taxa de analfabetismo no município diminuiu entre todas as faixas etárias, porém a população com 25 anos “carrega uma grande inércia, em virtude de gerações mais antigas com menor escolaridade” (PNUD, 2013).

3.5 A Secretária Municipal de Educação

A Secretaria Municipal de Educação da cidade de Uberlândia tem como principais atribuições formular e coordenar a política municipal de educação e supervisionar sua execução nas instituições que compõem sua área de competência. Também faz parte de suas atribuições garantir igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, assegurar aos alunos da zona rural do Município a gratuidade e obrigatoriedade do transporte escolar e estabelecer mecanismos que garantam a qualidade do ensino público municipal. Além disso, valorizar os profissionais da educação, garantindo-lhes planos de carreira específicos dentro do serviço público municipal.

A política atual, ou seja, 2013-2016, adotada pela Rede Pública Municipal de Ensino tem como slogan o título: *Pelo Direito de Ensinar e de Aprender* e conforme consta na lei 11.444/2013 do município, tem como objetivos:

V - favorecer a construção da cultura de cooperação, acompanhamento, avaliação das ações relativas ao enfrentamento das múltiplas causas do baixo rendimento e da evasão escolar;

VI - ampliar as possibilidades de construção coletiva de programas e serviços que atuem no enfrentamento das dificuldades de escolarização de cada aluno e na melhoria dos índices de desenvolvimento educacional;

VII - colaborar para o desenvolvimento de uma educação livre de quaisquer tipos de preconceito e discriminação, orientada para o exercício da cidadania ativa e construção de relações entre pessoas e instituições de pacificação social;

- XII - fomentar a atuação conjunta para resolver problemas educacionais e colaborar para a mudança de lógica e formas predominantes de atuação das instituições do Estado;
- XIII – garantir um ambiente propício ao direito de ensinar e aprender [...]

Esses objetivos estão em consonância com as metas e os objetivos estabelecidos pelas diretrizes do Ensino Religioso do Município, que foram elaboradas a partir da Lei nº 9.475/1997 e do PCNs do Ensino Religioso com o intuito de promover uma educação de qualidade de maneira a garantir o acesso, a permanência e a conclusão, com competência e diversidade, dos estudos das infâncias, dos adolescentes e dos jovens e adultos.

3.6 O Ensino Religioso em Uberlândia – Breve Histórico

A sistematização e estruturação do Ensino Religioso na rede municipal de ensino de Uberlândia, se dá de forma concomitante ao desenrolar histórico que a disciplina tem percorrido no cenário educativo nacional.

Em Uberlândia, as referências históricas sobre essa área do conhecimento se mostraram totalmente escassas. Após pesquisa ao acervo da biblioteca da UFU, não foi encontrada nenhuma dissertação ou tese específica sobre o desenrolar da disciplina na grade curricular do município. O que será apresentado é um estudo feito a partir da análise do documento que contém as Diretrizes do Ensino Religioso do Município e relatos orais feitos a partir de entrevistas formais e conversas informais, junto a professores que lecionam a disciplina nas escolas públicas da cidade.

A construção da análise do Ensino Religioso em Uberlândia, seguiu um recorte que fez opção por analisar a disciplina numa perspectiva política, ou seja, os recortes históricos foram analisados levando-se em consideração a administração municipal da cidade. Desse modo, considerou-se as diferentes gestões da SME, haja visto que a cada novo governo havia uma troca de gestores e também a alteração no projeto político pedagógico da secretaria.

3.7 Ensino Religioso em Uberlândia – Anos: 1997 a 2000

Com as determinações da LDB 96/97 o município de Uberlândia sobre a administração do prefeito Virgílio Galassi (1997-2000) logo se organizou para atender as exigências da lei e se adequar para oferecer um Ensino Religioso que seguisse as exigências em nível nacional.

Pende-se daí duas questões a serem definidas: a formação de professores para ministrarem a disciplina e o conteúdo a ser trabalhado.

Para adequar o sistema educacional do município a LDB 96/1997, a então secretária de educação, professora e Mestre Ir. Ilar Garotti, buscou fomentar um Ensino Religioso pautado em valores humanos e universais, esses seriam essências para a formação do aluno. A então secretária propôs um novo nome para a disciplina, denominando então, o componente curricular Ensino Religioso de Orientação Para a Vida – OPV.

A nova visão dada ao Ensino Religioso como O. P. V. – Orientação para a Vida, tem sua origem, conforme depoimento da atual secretária de Educação, *“antes de tudo, do seu anseio, atuação e vivência acadêmica desde anos em entender a educação como sendo uma busca do sentido da vida, onde o ser humano, frente a seus questionamentos existenciais e inseridos num contexto sócio-político-cultural busca um entrosamento entre a ciência, a religiosidade, a cultura e a realidade sócio-política”*. (GAROTTI, 1998 In: VARISON, 2000,p.24)

A opção por esse nome era uma tentativa de desvincular toda e qualquer ligação com o ensino de religião ou catequese e assim ser aceita com mais facilidade pela comunidade educativa. O nome OPV será adotado de forma positiva por professores, alunos e pais. A terminologia aparecerá nos diários dos professores, nos seus planejamentos e na proposta curricular da disciplina. Oportuno ressaltar que OPV era um nome fantasia, já que toda a documentação legal do Município constava o nome de Ensino ou Educação Religiosa.

Segundo a pesquisadora Marilda Varison a disciplina era ofertada de maneira opcional para o aluno, ministrada de 1ª à 4ª série pelo próprio professor regente de classe e de 5ª à 8ª série, por professor habilitado em qualquer disciplina que compõe a base nacional comum do currículo 5ª à 8ª séries, ou por professor de pré à 4ª séries licenciado em pedagogia, com acesso à carreira, correspondente ao nível P-III.¹⁰

¹⁰ Em conformidade com a Lei Municipal nº 120/92 – do Estatuto do Magistério Municipal o nível de ingresso na carreira inicial de professor de Pré à 4ª série é P. I. Após o período de 03 anos, vencido o estágio probatório é

Mesmo sendo opcional para o aluno, praticamente todos frequentam as aulas. Aparentemente há um grande interesse pelo conteúdo. Ao fazer a matrícula, os pais ou responsáveis pelo educando declaram se este cursará ou não a disciplina.(...) Em contra-partida deparamos com pais, desejosos de que a escola dê uma formação integral, fazem questão dos filhos terem aulas deste conteúdo. Como diz uma mãe em seu depoimento: *“Engraçado que eu tenho dois filhos. Um, saiu daqui o ano passado e o outro saiu no meio do ano, porque eu mudei. E as aulas de O. P. V. ajudou muito a eles, junto comigo, passar estes problemas que agente tem passado e também eu notei que muitas coisas que eram trabalhadas em salas de aula eles levaram pra casa, nas nossas conversas”* (VARISON, 2000, p.23).

Sobre a formação dos professores como evidenciado anteriormente, esses não eram habilitados para ministrarem tal conteúdo. A SME autorizava que professores habilitados em outras disciplinas de 5ª a 8ª séries, de qualquer credo ou não-credo lecionassem a disciplina.

Através do Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais da Secretaria Municipal de Uberlândia-MG - CEMEPE¹¹, estes professores receberiam formação continuada referente a este conteúdo, dentro de sua carga horária de trabalho, nos dias de módulo II¹². Essas reuniões no CEMEPE acontecem até a presente data. Para entender melhor, o papel do CEMEPE é preciso destacar que ele é concebido como um centro de formação e apoio aos professores do município e cada área do conhecimento tem um coordenador que promove encontros mensais entre os professores de cada disciplina.

permitido o acesso ao nível II, III, IV, V ou VI, conforme a habilitação apresentada. O nível III é correspondente à licenciatura curta.

¹¹ O Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz é uma instituição de ensino com o objetivo de executar as atividades de formação continuada dos professores municipais e demais profissionais da educação. O centro foi oficializado pela Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia (MG) por meio do Decreto 5338 em 15/10/1992. O Decreto 14.035 de 29 de abril de 2013 instituiu a Rede Pública Municipal pelo Direito de Ensinar e de Aprender no município e o Cemepe passou a desenvolver ações educacionais no sentido de incentivar a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, cumprindo, assim, sua função de agir para a melhoria da qualidade do ensino. <http://cemepe.ntecemepe.com/> Acesso 20 de junho de 2016)

¹² Os módulos são dias e horários destinados ao planejamento e aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, atendimento aos pais, formação continuada, troca de saberes entre os professores. O módulo I corresponde a 1/3 de aulas cumpridas na escola e o módulo II se refere a 2/3 onde melhor convier ao professor.

Ainda de acordo com Varison a proposta do OPV buscava conciliar-se com a proposta curricular que a rede municipal de ensino estava tentando elaborar, de maneira participativa¹³, e assim, encaminhava os conteúdos básicos do Ensino Religioso de forma integrada com os demais conteúdos previstos no currículo, tratando-os de forma transdisciplinar, de acordo com os anseios e necessidades de toda equipe escolar, desde administradores até a comunidade escolar, respeitando sempre suas características próprias (VARISON, 2000, p.24).

O ensino de OPV, deveria ser trabalhado em sala de aula considerando a diversidade cultural e religiosa brasileira sem quaisquer formas de proselitismo, mas de forma específica deveria contemplar os valores humanos. Nesse contexto podemos suscitar a seguinte reflexão: Valores humanos? Quais valores humanos? Valores pertencentes a qual grupo? Neste caso, quais valores foram preponderantes ao se definir os recortes da disciplina? Segundo Bourdieu, ninguém é totalmente imparcial ou neutro, agindo sempre de acordo com o campo simbólico religioso. Na prática, as discussões sofrem um atravessamento ideológico do professor que dirige as discussões segundo seu universo religioso. Segundo Cunha é impossível evitar uma “colisão” entre as concepções do aluno e de sua família e aquelas que são ministradas em sala de aula (CUNHA, 2016) .

Elisa Rodrigues, por sua vez aponta ser possível trabalhar a noção de valor na perspectiva da formação de uma cidadania completa. Em sua pesquisa, Rodrigues lança mão inclusive de uma resolução do Conselho Nacional de Educação para estruturar sua argumentação de que, *“por meio do ensino reflexivo sobre o fenômeno religioso, é possível tematizar valores e princípios desejáveis para a formação de um cidadão pleno”* (Rodrigues, 2013a, p. 226).

Segunda a autora, é possível superar a visão do cidadão ou educando como cliente, “trata-se de restituir tanto ao cidadão quanto ao educando a percepção de que certos valores/princípios como a tolerância, a compreensão, o respeito, o reconhecimento, a solidariedade etc. são absolutamente necessários para a realização de projetos individuais e coletivos” (RODRIGUES, 2013a, p. 25). Necessário apontar que a visão da autora se opõe a

¹³ Para elaboração da proposta, bem como dos conteúdos básicos do Ensino Religioso há a participação dos administradores escolares, especialistas, professores, alunos e pais através de discussões, encontros, estudos promovidos ora pelas escolas, ora pela Secretaria Municipal de Educação.

uma “educação religiosa que quer catequizar e fundar uma moral religiosa no educando” (RODRIGUES, 2013a, p. 226). No trabalho da pesquisadora há uma proposta de Ensino Religioso não proselitista, que procura fazer do conhecimento da religião um instrumento para a cidadania ativa que compreende: a capacidade de formular e manifestar opiniões sobre suas preferências, participação na vida política e econômica do Estado brasileiro, participação nos debates articulados no âmbito da esfera pública, o conhecimento dos seus direitos e deveres e o reconhecimento da alteridade e da diversidade para uma vivência social respeitosa (RODRIGUES, 2013a, p. 226).

Autores como Luiz Antônio Cunha defendem uma atenção quando se fala de valores na escola, segundo ele “Numa escola laica, a cultura somente pode ser tratada em termos imanente, não transcendente” (CUNHA, 2016, p.278). há uma preocupação de como essa formação pautada em valores está se efetivando em sala de aula, considerando que existem pesquisas que apontam que a execução desse trabalho privilegia exclusivamente os “valores cristãos” e carece de sistematização adequada (BONIOLO et al., 2011).

3.8 O Ensino Religioso de 2001 a 2004

No governo de Zaire Rezende (2001-2004) o então secretário da Educação José Eugênio Diniz Bastos, retira o termo OPV, passando a valer o termo Educação Religiosa ou Ensino Religioso (verificamos nos documentos que a nomenclatura oscilou entre os dois termos nos registros legais). Segundo relato de professor que atuou nessa época o nome OPV, continuou sendo usado em algumas escolas até 2009, segundo ele, alguns diretores e professores não se sentiam contemplados com a nomenclatura de Ensino religioso e sim de Orientação Para Vida, porque ia ao encontro de uma proposta que trabalhava valores e não o conteúdo das religiões.

Importante destacar que a proposta pela terminologia OPV, contribuiu em um primeiro momento para desvincular com um ensino confessional, catequético, mas a nova gestão municipal, opta por substituir o nome OPV pela nomenclatura proposta pela LDB 1996/1997 - Ensino Religioso. Para a assessora da época, Marilda Varison, foi importante o uso da terminologia prevista na legislação uma vez que “trabalhar apenas valores esvaziaria a proposta,

a ementa do Ensino Religioso, então, esse professor que estava acostumado a trabalhar valores, boas maneiras, ele foi desafiado a trabalhar os Parâmetros Curriculares Nacionais” (VARISON, 2016). Em entrevista à ex-assessora, comentou que foi difícil para os professores da época se adaptarem, “esse professor assustou muito porque ele não tinha uma preparação adequada”. Para sanar essa carência de professores habilitados, o CEMEPE se organizou a fim de oferecer cursos para capacitar esse profissional.

Nesse mesmo ano (2001) cria-se a Coordenação de área específica para a Educação Religiosa. Não foi encontrado o registro sobre essa época, nem mesmo o nome do primeiro coordenador, o segundo foi Donizete Tavares e de acordo com sua sucessora, Aparecida Reis de Freitas (coordenadora de 2007- 2011) não há registros sobre os primeiros trabalhos realizados pela coordenação de área, segundo ela tudo se perdeu na mudança de governo. Cabia à Coordenação da área, promover reuniões mensais formativas no dia de módulo dos professores de Ensino Religioso. Constatamos também que muitos professores que trabalhavam com a disciplina buscaram se capacitar através de cursos de especialização na área de Ensino Religioso. Vale destacar que a Faculdade Católica de Uberlândia, tornou-se um referencial para a maioria dos professores que buscavam essa formação específica.

Em 2001, foi então criada a Comissão Municipal de Educação Religiosa - COMUNER, em conformidade com os incisos “I” e “II”, parágrafo único do Art. 49 da Lei Orgânica do Município de Uberlândia – MG; e tendo em vista o disposto no parágrafo 1º do Art. 210 da Constituição Federal, no parágrafo único do Art. 200 da Constituição Estadual, na Lei Federal 9475 de 22 de julho de 1997, que deu nova redação ao Art. 163 da Lei Orgânica do Município, estabelecendo assim:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal de Educação Religiosa – COMUNER – composta de representantes da Secretaria Municipal de Educação, das Denominações Associadas ao CONER/ MG e da sociedade civil:

- Pastor Pedro Ferreira de Resende – Igreja Presbiteriana do Brasil.
- Catequista Roselene Schultz – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.
- Pastor Argemiro Pacífico da Silva – Igreja Assembleia de Deus no Brasil.

- Padre Marcello Sebastiano Augello – Igreja Católica apostólica Romana.

- Camila Lima Coimbra – Secretária Municipal de Educação.

- Wilma Canêdo Portilho – Secretária Municipal de Educação.

Art.2º Compete à COMUNER, através de sua presidência:

- Estabelecer as diretrizes para a Educação Religiosa nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental;

- Articular o processo de implantação do Programa de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental, em parceria com a CRER;

- Manter o intercâmbio com as Escolas Municipais, visando a orientação e o acompanhamento das atividades dessa disciplina;

- subsidiar a capacitação de coordenadores e/ou professores de Educação Religiosa

Art. 3º Esta Instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Uberlândia, 03 de maio de 2001 - Art. 163 da Lei Orgânica do Município.

A COMUNER, dessa forma, ficou responsável por estabelecer os critérios para a seleção dos professores de Ensino Religioso, essa Associação se apresenta de acordo com a determinação da LDB 96/97 que evidencia a necessidade de uma Comissão responsável pela elaboração dos critérios de seleção dos professores e o direcionamento curricular da disciplina. Esta associação foi importante para a formatação das premissas da disciplina no município, segundo relato oral da assessora pedagógica da época podemos perceber que:

O que temos hoje de proposta do Ensino Religioso, passou pela avaliação da COMUNER, exatamente como a legislação prevê, uma comissão constituída por entidades religiosas e sociedade civil para definir os conteúdos religiosos que naturalmente foi ampliado, solidificado com referenciais teóricos. Ainda nesse período era necessário que o professor tivesse uma credencial para ministrar aula. Pela LDB não era necessário mais, mas pela tradição, cultura prevalecia a emissão dessa credencial. O grande ganho é que ao invés de ser o pastor, o padre ou o zelador de santo que emitia a credencial passou a ser a COMUNER que era composta pelas várias entidades religiosas. Mas com a nova LDB 94/75 não havia necessidade de credencial porque o professor não precisa ter pertencimento em nenhuma religião. (VARISON, 2016)

Em 06 de abril de 2001 passa a vigorar a normativa 008/2001 em conformidade ao Art. 163 da Lei Orgânica do Município que pela primeira vez irá estabelecer os critérios para a seleção e admissão dos professores.

Art. 5º Poderá ser autorizado a ministrar aulas de Educação Religiosa o professor efetivo ou o candidato à função pública, portador de:

I. comprovante de credenciamento expedido pelo CONER, ou por autoridade religiosa que o represente regionalmente junto à CRER ou COMUNER, mediante documento de apresentação encaminhado por autoridade religiosa de Denominação Associada;

II. comprovante de habilitação em Educação Religiosa, obedecida à seguinte classificação:

a) curso de habilitação em Ciências da Religião ou Pedagogia, com ênfase em Ensino Religioso.

b) Curso de habilitação em nível de licenciatura plena, acrescida de especialização “Latu Sensu” em Educação Religiosa;

c) Curso de habilitação em nível de licenciatura, acrescido de Certificado de curso sistemático de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, aprovado pela CONER/ MG, ou CRER ou COMUNER com carga horária mínima de 120 horas.

Essa normativa evidenciava que o principal critério para a seleção dos professores era ter o “aval” de uma autoridade religiosa credenciada ao CRER ou a COMUNER.

Segundo as diretrizes do município (2011), em 2003 há um avanço para o Ensino Religioso, ele passa contar com um professor especializado para todas as séries do 1º a 8º série, haja visto, que a disciplina era lecionada do 1º a 4º série pelo professor regente.

Essa lei está expressa na instrução normativa SME nº008/2004.

Art 2º A Educação Religiosa, parte integrante da formação básica do cidadão, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedada a abordagem confessional dos conteúdos e qualquer atitude que implique em discriminação por parte dos professores, ao conviver com educandos de diferentes procedências religiosas, filosóficas e culturais.

Parágrafo 1º Será garantida a oferta da disciplina de Educação Religiosa de uma hora/aula por semana, em cada turma de 1ª a 8ª séries do ensino fundamental, ministrada por professor especializado ou autorizado.

Art 3º Para a definição dos conteúdos da Educação religiosa, será ouvida a Comissão de Educação Religiosa – COMUNER, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo conselho de Ensino Religioso do Estado de Minas Gerais – CONER/ MG e pela Comissão Regional de Uberlândia – CRER.

Evidencia-se que a normativa é bem clara ao prever um Ensino Religioso que contemple a diversidade religiosa, todavia, nesse mesmo período ainda era necessário que o professor que se candidatasse a lecionar a disciplina, apresentasse o credenciamento expedido pela COMUNER e sua classificação era realizada mediante a comprovação de curso especializado na área e em caso de empate o critério era o tempo de atuação como professor de Ensino Religioso.

3.9 O Ensino Religioso de 2005 A 2008

De 2005 a 2012, Uberlândia foi governada pelo prefeito Odelmo Leão Carneiro, e a SME teve como secretário Afrânio de Freitas Azevedo.

Em 2006 passa a vigorar em âmbito federal a lei 12.274, que ampliou a duração do Ensino Fundamental de 8 para 9 anos, alterando assim, o artigo 32 da lei 9.394 de 1996 –“ O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão”. Essa mudança teve como objetivo um melhor desenvolvimento no processo ensino/aprendizagem, uma vez, que muitas crianças principalmente das classes populares não tinham acesso a educação infantil. A oferta de ensino se torna obrigatória para as crianças a partir de 6 anos.

"Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão. (BRASIL, 1996)

Nessa gestão há um importante avanço para a consolidação da disciplina e regularização da seleção dos professores. Em 2006, é abolido o documento que exigia o credenciamento do docente junto a COMUNER. A partir desse ano passa a valer apenas a formação do professor e o tempo de serviço como determinante na contratação do servidor.

No final do ano de 2007, Aparecida dos Reis Freitas assumiu a coordenação do Ensino Religioso, ela não foi eleita, mas, convidada pela Secretária de Educação. Durante a sua gestão, o Ensino Religioso passou por mudanças significativas. Intensificou-se a formação dos profissionais e buscou-se uma estruturação do componente curricular da referida disciplina.

Durante a sua coordenação, teve o apoio da assessora Pedagógica Marilda de Fátima Duarte Varison, que recontextualizou as discussões da prática docente numa perspectiva nacional, aliada às orientações do FONAPER.

Em 2007, a então equipe de coordenação da área em parceria com a COMUNER elaboraram pela primeira vez uma listagem de conteúdos para orientar o trabalho dos professores durante o ano letivo. A listagem buscava uma interdisciplinariedade com as disciplinas de Filosofia e História e foi organizada considerando os relatos de experiências transcorridas a partir da prática em sala .

Segundo registros contidos nas Diretrizes Curriculares Para o Ensino Religioso , a equipe de coordenação buscou uma metodologia que atendesse as dificuldades e necessidades dos professores, para isso tornou-os coadjuvantes na construção da listagem. Ficou determinado que fosse sorteado um tema para cada escola das 48 unidades da rede municipal de Uberlândia envolvidas nesta proposta, e que os professores do Ensino Religioso dessas referidas escolas, ficassem responsáveis pela elaboração do planejamento.

Os professores que aceitaram participar dessa missão, se reunirão durante um mês com a Coordenação e Assessoria para juntos realizarem esse trabalho. Em fevereiro deste mesmo ano, foram elencados pela Coordenação e Assessoria Pedagógica os conteúdos sugeridos para a realização do trabalho, seguindo os três eixos temáticos: Diversidade Cultural, Eu e o Outro e Tradições Orais e Transcendência. Esta listagem de conteúdos foi submetida à apreciação da Comissão Municipal de Educação Religiosa - COMUNER com a devida aprovação.

Os conteúdos foram elencados formando um conjunto de sugestões que recebeu o nome de KIT. Esses KITs foram divididos em dois grupos, um para o 1º ao 5º ano, e outro KIT do 6º ao 9º ano, depois encaminhado para todas as escolas do Ensino Fundamental da rede. Todas essas ações foram elaboradas de acordo com os PCNERS: Ensino Religioso, Introdução, Pluralismo Cultural e Orientação Sexual, Ética, Meio Ambiente e Saúde, respeitando a Lei nº. 9.394/96. A equipe utilizou diferentes fontes para nortear a construção da listagem tais como; livros didáticos, revista Diálogo, Nova Escola, Jornal Mundo Jovem, O Transcendente, diversas Obras Literárias, poesias, músicas, filmes, documentários, Histórias e Literaturas diversas.

A proposta foi bem recebida e ao final do ano letivo teve uma avaliação positiva por parte dos professores. Desse modo, em 2008 a listagem continua como referencial do trabalho docente, acontecendo apenas algumas modificações para atender novas demandas suscitadas ao longo do ano. Neste mesmo ano, atendendo a uma determinação do Ministério Público, a Secretaria Municipal de Educação informou à equipe de Coordenação do Ensino Religioso que estaria incluso o conteúdo ECA Estatuto da Criança e do Adolescente no currículo escolar para ser trabalhado no Ensino Religioso em todas as escolas da rede, cumprindo a Lei Federal Nº 11525 de 25/09/2007.

Segundo relatos apresentados nas *Diretrizes Curriculares Para o Ensino Religioso* - 2011, o ano de 2009 foi muito significativo para o Ensino Religioso, acontecendo além dos 10 módulos formativos, palestras sobre o ECA e dois seminários sobre o Ensino Religioso, aberto não só aos professores do município, mas estendido aos professores da rede estadual. Nesse mesmo ano a equipe de coordenação solicitou junto à SME o empenho para melhorar o acervo das bibliotecas das escolas e do CEMEPE, já que o mercado não dispunha de muitas opções de material didático nesta área do conhecimento. Atendendo a essa solicitação, a SME passou a assinar; o Jornal O Transcendente, o Jornal Mundo Jovem e a revista Diálogo e adquiriu a Coleção Redescobrimos o Universo Religioso para os 9 anos do Ensino Fundamental, bem como outros livros paradidáticos para todas as escolas da rede, sendo um recurso a mais para o professor do Ensino Religioso. A assinatura dos periódicos perdurou até 2012. Em 2013, os periódicos chegavam até as escolas de forma esporádica até o total cancelamento em 2014.

É válido ressaltar que após 2008 não há mais referências a COMUNER, ela não aparece mais em nenhum evento referente a disciplina e não há registros da sua colaboração nas elaborações de propostas relativas ao Ensino Religioso. Segundo a assessora da época Marilda Varison, em entrevista, “a COMUNER não foi extinta porque a lei não foi revogada, mas ela desapareceu, eu diria, foi destituída por falta de quórum atuante”.

3.10 O Ensino Religioso de 2009 A 2012

O prefeito Odelmo Leão se reelege, e segue em continuidade às suas propostas de

trabalho. Em 2009 acontece o primeiro concurso municipal para o cargo de professor de Ensino Religioso, cominando na aprovação de apenas um candidato.

No final do ano de 2009, os professores solicitam à coordenação que fosse feita uma revisão na distribuição dos conteúdos, alegavam que os Kits de listagem não contemplavam as necessidades e particularidades de cada série. Para sanar essa dificuldade, em dezembro, durante dois dias, os professores interessados se reuniram no CEMEPE para elaborarem uma listagem mais específica para o ano seguinte. No final desse encontro os professores em parceria com a coordenação elaboraram 09 planejamentos do 1º ao 9º ano que deveriam nortear a disciplina em 2010.

Em 2010, os módulos de formação aconteceram mensalmente, totalizando às 40 horas, a participação dos professores era significativa. Nesse ano, aconteceu o VI Seminário do Ensino Religioso. É também em 2010 que a prefeitura lança o edital para o 2º concurso para professores desse componente escolar, resultando na aprovação de mais 10 candidatos, esses tomaram posse em 2011.

O segundo concurso foi muito aguardado e festejado pelos profissionais da área. É válido ressaltar que muitos estavam em situação de contrato a vários anos, sem nenhuma estabilidade profissional, sem legitimidade perante a comunidade escolar. Embora apenas 10 professores tenham conseguido se efetivar, o concurso trouxe a esperança de uma legalização maior para a disciplina. Conforme, explicita em entrevista a assessora do Ensino Religioso na época.

O concurso foi muito importante. Porque o Ensino Religioso foi tratado como qualquer outro componente curricular. Então, ele assumiu o status que é dele, de componente curricular, do currículo e da base nacional comum, não é nem da parte diversificada. Ele merece o mesmo tratamento que é dado às outras áreas, da linguagem, da matemática, etc (VARISON, 2016)

No final do ano de 2010, os professores se reuniram novamente e junto com a coordenação de área e Assessoria Pedagógica estabeleceram as metas para o ano seguinte. Mais uma vez, ficou decidido por todos os professores, que seriam feitos os planejamentos para o 1º ao 5º ano e os planejamentos para o 6º ao 9º ano e para a EJA - Educação de Jovens e Adultos. É importante salientar que esses planejamentos foram analisados pela professora Maria Inês

Carniati da Editora Paulinas. Foram adquiridos para cada escola do Ensino Fundamental da rede 12 cadernos do Ensino Religioso - FONAPER, material que muito contribuiu para o estudo e formação dos professores. Estes “Cadernos do FONAPER” apresentavam embasamento teórico a prática docente, orientando e fundamentando a metodologia de trabalho do professor, neles haviam orientações sobre os temas básicos sugeridos pelos PCNs do Ensino Religioso.

A partir de agosto de 2011 a professora Telma Monteiro assume por indicação da SME a coordenação de área e permanece até o final de 2012.

Em 2011, são publicadas as primeiras e únicas (até o momento) Diretrizes Básicas do Ensino Religioso, e encaminhadas para cada escola como documento orientador da prática pedagógica. O documento foi um avanço na estrutura da disciplina, até porque, foi o primeiro registro oficial do município a orientar a prática do Ensino Religioso. Participaram da elaboração desse documento:

Aparcida dos Reis Freitas (Professora de 1º ao 5º ano)

Joenildo Fonseca Leite (Professor de Ensino Religioso de 1º ao 9º ano - SME)

Marcelo Martins Fernandes (Professor de Ensino Religioso de 1º ao 9º ano - SME)

Marilda de Fátima Duarte Varison (Inspetora Escolar – SME)

Maria Luiz Vieira Rezende (Professora aposentada da UFU)

Como podemos observar, o grupo era composto de profissionais da educação que atuavam em diferentes setores. Destacava-se nesses profissionais o empenho de legalizar a identidade da disciplina, fomentando seus objetivos, metodologia de ensino, avaliação, perfil do professor e o planejamento curricular do Ensino Religioso.

3.11 Pontos importantes das diretrizes básicas do Ensino Religioso:

As diretrizes trazem as temáticas a serem abordadas pelos professores em consonância com as orientações dos PCNs, reforçando uma identidade não confessional ou proselitista. O documento reforça o respeito à alteridade, busca compreender o fenômeno religioso e reconhece o direito da liberdade de crenças. Seguem na íntegra os objetivos, a metodologia e o sistema de avaliação:

Objetivos gerais da disciplina:

A Educação Religiosa busca valorizar o ser humano auxiliando-o na sua existência. Parte do pressuposto que na vida há dimensões racionais, afetivo-sociais, físicos e espirituais. Essas dimensões necessitam de um eixo para se transformar em uma totalidade humanística. Assim o objetivo central dessa disciplina é fazer com que o educando reflita sobre suas reações consigo mesmo, com o outro e com o meio em que está inserido (UBERLÂNDIA (MG), 2011 ,p.584).

Objetivos específicos da disciplina:

- Buscar integração dos alunos, através da socialização do conhecimento de mundo e experiências de vida que cada um traz ao longo da sua trajetória;
- Fazer uma reflexão de como estão as relações do educando nos aspectos pessoais, profissionais, sociais;
- Resgatar conceitos de transcendência é sagrado, compartilhando as práticas transcendentais de cada educando;
- Proporcionar aos discentes conhecerem as diversas formas de relacionar-se com o Transcendente, facilitando seu relacionamento para com a diversidade e alteridade;
- Trabalhar com os discentes a importância de se estabelecer uma convivência saudável baseada nos mais sublimes valores humanos: respeito; tolerância; honestidade; verdade; amor; fraternidade; paz; caridade; justiça; amizade; liberdade (com responsabilidade);
- Conscientizar discentes da necessidade de assumirem uma posição cidadã ativa em relação às questões sociais hodiernas;
- Despertar a consciência do discente para a existência e a presença das mais diversas dimensões relacionais humanas: eu, tu, isso e o Transcendente;
- Cultivar a dimensão relacional do discente, promovendo o seu auto-conhecimento e resgatando sua auto-estima;
- Promover o conhecimento e a discussão sobre as religiões em seus diversos aspectos, respeitando a liberdade religiosa e incentivando o diálogo inter-religioso;
- Desenvolver a disciplina de forma transdisciplinar, procurando abordar os mais diversos temas transversais;
- Desenvolver o espírito de valorização e respeito a si mesmo, bem como a toda pessoa humana;
- Fazer um acolhimento ao aluno, incentivando a retomada e prosseguimento à vida escolar;
- Conscientizar que como cidadãos, cada um pode contribuir para o crescimento e desenvolvimento da sua comunidade, podendo modificar a sua realidade;
- Refletir o sentido da atitude moral, como consequência do fenômeno religioso e expressão da consciência e da resposta pessoal e comunitária do ser humano;

- Possibilitar conhecimentos para uma vida saudável, baseado nos valores morais e éticos, para o desenvolvimento do ser humano (UBERLÂNDIA (MG), 2011,p.584-585).

A diretrizes de 2011 apresentam uma proposta de metodologia diversificada que suscita o tempo todo a interação entre os alunos e os alunos e professor , motivando o docente a desenvolver aulas dinâmicas e participativas. Vejamos o que diz o documento:

Como as demais disciplinas, faz-se pensar a operacionalização do trabalho docente, considerando-se que o ato da construção do conhecimento se dá a partir da relação – sujeito/objeto (na Educação Religiosa, o sujeito aluno em relação ao objeto – fenômeno religioso). Cabe ao professor munir-se de um instrumento (método) que o auxilie nessa articulação. O tratamento didático dado a essa área do conhecimento nos PCNERS é: observação; reflexão; informação, que poderá ser trabalhada utilizando as seguintes técnicas: Teatro/ leitura, dramatização e discussão de textos; Painel de opiniões; Rodas de conversas; Debates; Utilização de recursos áudio-visuais; Pesquisa bibliográfica e eletrônica (internet); Leitura e discussão de histórias (fábulas e contos); Exploração de desenhos; Trabalhos individuais e coletivos; Aulas de campo (internas e externas); Palestras e eventos com especialistas dos temas abordados; Dinâmicas e vivências grupais (UBERLÂNDIA (MG), 2011, p.585-586).

As diretrizes apontam para uma avaliação num sentido amplo, que avalie o aluno a partir de todo um processo educativo, que leve o professor a observar a: sociabilidade, afetividade, postura, compromisso, integração, participação na expectativa da aprendizagem do aluno e de seu crescimento pessoal. No município o Ensino Religioso não é critério de aprovação ou reprovação, portanto, os professores não aplicam provas valendo notas e nenhum tipo de atividade no sentido de atribuir pontos aos alunos. As diretrizes trazem a avaliação nos seguintes moldes:

No caso da Educação Religiosa os resultados se materializam nas seguintes manifestações: atitudes de reverência para com o Transcendente do outro; de respeito à alteridade e ao direito do outro em ser diferente; o desenvolvimento da capacidade de tolerância, assumindo a identidade pessoal com segurança e liberdade. A avaliação deverá verificar sempre o aprendizado dos educandos e suas atitudes comportamentais periodicamente, por meio de produções de textos, aplicação de questionários; estudo dirigido, debates e, ocasionalmente (de acordo com a organização e realidade escolar), quantitativa (numérica ou conceitual). (UBERLÂNDIA (MG), 2011,p.589).

3.11.1 Planejamento da disciplina.

Conforme declarado anteriormente, desde 2008 os professores de Ensino Religioso têm se organizado para elaborarem os planejamentos da disciplina, essa proposta busca ouvir as vozes dos profissionais que atuam diretamente com a disciplina e assim, fomentar um conteúdo que seja significativo para a realidade escolar da cidade de Uberlândia e coerente com as orientações legais da disciplina. Os planejamentos de 2011, passaram por reformulações nos anos seguintes.

É válido destacar que as Diretrizes Curriculares Municipais do Ensino Religioso, visa elencar fatos históricos da disciplina em Uberlândia, no entanto, a leitura se apresenta por vezes confusa, descontextualizada historicamente e permeada de recortes temáticos que não se comunicam ou se interrelacionam. A sequência dos fatos históricos é bem superficial e faltam referências. Pode-se citar, por exemplo, no texto, a primeira listagem organizada por bimestre. O documento afirma que o primeiro planejamento seria o mesmo para todos os anos escolares. Todavia, não faz referência a quem o elaborou. Além disso, quando o documento apresenta a trajetória do Ensino Religioso em Uberlândia, o texto faz no máximo algumas breves considerações de alguns anos. Por exemplo, num determinado momento, a trajetória do ER em Uberlândia é interrompida e atravessada por um panorama histórico nacional da disciplina. A trajetória do ER em Uberlândia é retomada num outro capítulo, gerando um amontoado de dados desconexos.

Além da publicação das diretrizes, nesse mesmo ano ocorreram sete reuniões e a última edição do Seminário do Ensino Religioso, contando com a presença da pesquisadora Maria Inês Carniato.

Em abril de 2012 acontece o 3º concurso municipal para os professores da área. O edital trazia uma novidade em relação aos anteriores, pois as vagas oferecidas eram apenas para cargos vagos nos anos finais do Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano. Em julho são homologados os resultados, sendo aprovados nesse: 40 professores, no entanto, no primeiro momento foi dado posse apenas para os 16 primeiros colocados .

O ano de 2012, foi de eleições e o CEMEPE não ofereceu formação continuada de forma sistemática para os professores de nenhuma área do conhecimento. Os coordenadores de área ficaram responsáveis por registrar as ações efetivadas durante a gestão do prefeito Odelmo.

3.12 Ensino Religioso de 2013 até 2016

Em 2013, assume o prefeito Gilmar Machado, nomeando como secretaria de educação a Prof. Gercina Santana Novais, que permanece no cargo até a presente data de 2016. Nesse ano, são chamados para tomar posse mais 11 professores aprovados no concurso de 2011.

O CEMEPE passa por uma reestruturação na organização administrativa e pedagógica e as Coordenações de áreas foram agrupadas em núcleos tentando trabalhar em uma perspectiva multidisciplinar. Todavia, a proposta não funcionou e as coordenações de área voltaram a atuar no ano seguinte. Não encontramos nenhum evento, formação ou mudança significativa para o Ensino Religioso.

Em 2013, após solicitação de alguns professores aprovados no concurso de 2011, a SME autoriza a retomada de cargo vago para as turmas dos anos iniciais, já que o concurso autorizava a docência dessa disciplina apenas para os anos finais, ou seja, 6º ao 9º ano.

Em 2014, houve a primeira eleição para coordenador de Ensino Religioso, cabe ressaltar que só teve um candidato que atendia as exigências estabelecidas pela normativa do município, haja visto, que um dos critérios era que o candidato fosse professor efetivo e estável¹⁴, nesse ano, apenas o professor Fabrício De Moura Bassi, cumpria essa exigências, e foi eleito como coordenador da área.

A nova coordenação de área não contou com a assessoria pedagógica como as anteriores. A formação dos professores aconteceu cumprindo às 40 horas anuais.

Nesse ano não houve revisão dos planejamentos dos anos iniciais, visto que, em 2013 e 2014, muitos professores de Ensino Religioso não ministravam aulas para os anos iniciais, já que nas escolas que não tinham professor efetivo dos concursos anteriores quem lecionava era o

¹⁴ É considerado servidor estável aquele que concluiu com êxito o período de estágio probatório de três anos.

professor regente II¹⁵. Até a presente data, em algumas unidades escolares as aulas de Ensino Religioso ainda são atribuídas a esses profissionais. Aconteceu no final de 2014 a revisão do planejamento apenas para o 6º ao 9º ano.

Em 2015 o MEC abre espaço aos professores, pais e gestores opinarem sobre a base nacional curricular, a BNCC, como já exposto no cap.2, onde de forma inovadora o Ensino Religioso passou a ser considerado área do conhecimento. Devido a essas possíveis mudanças no cenário nacional a equipe de professores do município optou por esperar as novas orientações para elaborar o novo planejamento curricular da disciplina. Portanto, não houve mudanças significativas na orientação curricular do Ensino Religioso, o grupo de professores aguarda a concretização deste documento que será referência para prática pedagógica da disciplina.

O planejamento anual de 2015 do Ensino Religioso do município de Uberlândia segue anexo I.

Importante ressaltar que a partir da observação de campo, em conversa com professores, foi verificado que ocorreu uma diminuição significativa dos números de participação dos professores, chegando a ter encontros com apenas um participante. De acordo com os professores, ocorreu uma restrição da discussão do campo da disciplina, reduzindo-se a meras conversas informais, desabafos e trocas de experiência, sem uma devida fundamentação teórica e posterior discussão a partir da realidade. Um exemplo a ser citado, é a redução de cursos e simpósios com a presença de pesquisadores e diálogo com outros saberes.

3.13 Perfil dos professores de Ensino Religioso em Uberlândia.

Segundo dados apresentados pela própria SME, em Uberlândia, há 53 Escolas Municipais de Ensino Fundamental que atendem a Zona Urbana e Zona Rural. Todas estas escolas oferecem a disciplina Ensino Religioso em seu quadro curricular.

De acordo com os dados das SME, em 35 escolas da rede a disciplina é ministrada por professores especializados na área, sendo:

¹⁵ É considerado na rede municipal professor regente II aquele que ministra aulas dos seguintes conteúdos: linguagem, literatura e alguns casos Ensino Religioso.

- 30 professores efetivos ocupantes do cargo de Professor II/ Docente de Ensino Religioso e
- 19 professores contratados em substituição, fração de cargo e cargo vago.

No entanto, em 18 escolas do município, o Ensino Religioso é lecionado por professores que nem sempre são especialistas na área, são os chamados regentes II, professores de 1º ao 5º ano que “pegam” aulas remanescentes, ou seja, o cargo de professor de Ensino Religioso corresponde a 16 h/aulas semanais, quando a escola oferece mais de 16 aulas, esses professores que nem sempre são especialistas na área, acabam assumindo essas aulas. Há também os que estão substituindo professores em situação de licença ou mesmo chegam a ocupar um cargo todo, desse modo há portanto:

- 24 Professores em substituição, fração e cargo vago para atuar com Ensino Religioso.

Nesse primeiro preâmbulo podemos verificar que, embora já tenham ocorrido 3 concursos públicos com mais de 50 candidatos aprovados, apenas 30 são efetivos. Quando perguntado a representante da SME o porquê dessa realidade, a mesma declarou que muitos professores não quiseram tomar posse, outros foram exonerados e ainda, não havia cargos completos (16 h/a) para que o profissional se dispusesse a tomar posse, ou seja, muitas escolas oferecem frações pequenas de aulas, isso explicaria a razão de muitas vezes o regente II assumir as aulas remanescentes. Portanto, muitas aulas de Ensino Religioso são ministradas por professores que não passaram por nenhum tipo de formação na área. Quando questionado sobre isso, a representante da SME explicou que todos os professores em exercício são convocados a participarem das reuniões de formação no CEMEPE, portanto, se há professores que não são especialistas em Ensino Religioso, os mesmos, são orientados a procurarem o CEMEPE na figura do coordenador de área para participar dos encontros formativos e esclarecer possíveis dúvidas.

Na prática, não é bem assim que acontece, segundo relatos de professores que participam das reuniões do CEMEPE a participação de professores não habilitados é muito pequena, (a dos efetivos e contratados também! Em reuniões que aconteceram no ano de 2015 e 2016 o número máximo foi de 14 professores). Quase nunca vão, pois parte deles tem poucas aulas dessa disciplina e não se “animam” a participar dos encontros. Ainda de acordo com relatos de

professores efetivos da referida disciplina, há muitos profissionais que ministram suas aulas por conta própria, sem orientação das diretrizes do município, pautando-se em transmissão de “valores”, reflexões sobre datas cívicas e temas aleatórios de acordo com o interesse do próprio professor.

Ainda de acordo com dados da SME dentro do quadro de professores efetivos e contratados do Ensino Religioso a habilitação desses profissionais se apresenta da seguinte maneira:

<i>Escolaridade</i>	<i>Descrição do Curso</i>	<i>Qtd</i>
<i>Curso Superior Completo</i>	FILOSOFIA	3
	PEDAGOGIA	13
<i>Pós-Graduação Especialização Completo</i>	CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	18
	DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	1
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1
	EDUCACAO EM DIREITOS HUMANOS	1
	EDUCAÇÃO ESPECIAL	1
	GESTÃO DO TR.PED.SUP, INSP E ORIENTAÇÃO	1
	INSPEÇÃO ESCOLAR	2
	O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	1
	PSICOPEDAGOGIA	1
	PSICOPEDAGOGIA CLÍNICA E INSTITUCIONAL	1
	PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL	2
	SUPERVISÃO ESCOLAR	1

<i>Pós-Graduação</i> <i>Mestrado Completo</i>	- CIÊNCIAS SOCIAIS	1
	FILOSOFIA	1

Dados apresentados pela SME – Uberlândia - Data da disponibilização dos dados: 04/08/2016

Importante ressaltar, que embora a SME tenha apresentado esse quadro em que os professores apresentam diferentes habilitações é condição básica para a contratação ou efetivação por concurso público que o mesmo apresente formação na área. Ou seja, de acordo com os editais dos três últimos concurso ou editais simplificados para contratação de professores temporários de Ensino Religioso, os requisitos para pretear a vaga para lecionar essa disciplina como já descritos anteriormente consiste em:

Licenciatura Plena em Ensino Religioso, ou Ciências da Religião ou Educação Religiosa ou, Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento, em curso, cujo currículo conste conteúdo relativo a Ciências da Religião, Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso ou Educação Religiosa, com carga horária mínima de 500 (quinhentas) horas ou, Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento, acrescida de pós-graduação lato sensu em Ensino Religioso, Educação Religiosa ou Ciências da Religião, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, em curso reconhecido pelo MEC. Dados referentes ao processo seletivo simplificado de 09/11/2015 Fonte: http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/13862.pdf

Vale ressaltar dados referentes ao sexo dos profissionais da área. Dos 49 professores em situação de contrato ou efetividade, 35 são do sexo feminino e 14 do sexo masculino. Dados esses que refletem o panorama nacional em que as mulheres compõem 81,5% do total do quadro de professores da educação básica do país. Em todos os níveis de ensino dessa etapa, com exceção da educação profissional, elas são maioria lecionando. De acordo com dados da Sinopse do Professor da Educação Básica, divulgada pelo MEC, no fim de 2010, existiam quase 2 milhões de professores, dos quais mais de 1,6 milhão são do sexo feminino. De acordo a socióloga Magda de Almeida Neves, da PUC-Minas (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), esse percentual pode ser explicado historicamente, segundo ela, a sociedade brasileira

associa a função do professor a características geralmente consideradas femininas, como a atenção, a delicadeza e a meiguice.

3.14 O Ensino Religioso a partir do olhar dos seus professores

Nesse momento da pesquisa apresentaremos os resultados de entrevistas realizadas junto a professores de Ensino Religioso de escolas municipais de Uberlândia. Nos propomos a confrontar a reflexão já feita nos capítulos anteriores, com a experiência profissional desses educadores, a fim de reconhecer possíveis pontos em comum, assim como novos questionamentos e desafios postos à disciplina.

O objetivo desse confronto foi conhecer a partir das óticas dos profissionais que atuam no cotidiano da sala de aula, como se concretiza a prática do Ensino Religioso, quais os impasses, dificuldades e alegrias desse profissional em relação a sua prática docente.

O grupo de educadores que responderam ao questionário, como já dito na introdução, foi composto de 9 professores de Ensino Religioso da rede municipal, que atenderam a solicitação para participar da pesquisa. Os questionários foram enviados via e-mail do grupo dos professores que participam das reuniões do CEMEPE, grupo esse, criado para troca de metodologias, repasses pedagógicos e informações sobre a disciplina, entre outros temas ligados a formação do educador.

PERFIL DO GRUPO DE PROFESSORES ENTREVISTADOS:

Dados pessoais:

Dos que responderam os questionários 8 foram mulheres e apenas 1 homem.

Em relação a idade, 5 professores tem mais de 40 anos e 4 estão entre os 26 aos 40 anos.

Quando perguntados sobre a situação civil 4 são casados, 2 divorciados e 3 solteiros.

Evidenciamos mais uma vez a presença majoritária das mulheres no exercício da docência nas séries iniciais, são profissionais na sua maioria jovens casados, alguns divorciados e outros solteiros.

Formação acadêmica:

Dos 9 entrevistados 7 são graduados em pedagogia com ênfase em Ensino Religioso e possuem especialização em diferentes áreas como: inspeção, supervisão, psicopedagogia, educação especial. Os outros 2 professores apresentaram especialização específica na área, ou seja, fizeram o curso de especialização em Ciência da Religião de 360 horas.

Fato esse relevante que reafirma a capacitação desses professores para atuarem na prática do Ensino Religioso. Dos profissionais que responderam aos questionários todos são capacitados a lecionar a disciplina seguindo as exigências legais do município.

Sobre o tempo de ensino:

Quando questionados sobre o tempo em que trabalham ministrando aulas de Ensino Religioso 5 professores responderam entre 1 a 6 anos os outros 4 professores atuam como professores da área entre 7 a 14 anos.

Podemos perceber que esses profissionais não atuam a tantos anos na docência do Ensino Religioso, os mais antigos exercem a profissão entre 7 a 14 anos.

Quando perguntados sobre a nomenclatura do Ensino Religioso:

De acordo com os dados apresentados nos questionários, 8 dos 9 professores são contrários ao nome “Ensino Religioso”, segundo eles:

- *“O nome deveria mudar porque não ensinamos somente uma religião, e mas falamos de várias. Além disso ensinamos questões sobre a vida, dialogamos sobre: ética, moral,*

valores espirituais e materiais, respeito, ética, ou seja, tudo aquilo inerente a formação humana”.

- *“Segundo os professores as pessoas ainda possuem estigma do nome Ensino Religioso, devido ao fato de estar atrelado ao ensino proselitista, confessional, catequético, principalmente vinculado a religião católica”.*

Para o professor que apontou que a nomenclatura não poderia ser diferente, e ele justificou:

- *“Acredito que o que falta são os alunos e toda a comunidade escolar entender que o Ensino Religioso é uma área do conhecimento e valorizar mais a disciplina, e para isso não vejo necessidade de mudança de nome”.*

Importante: Optamos por não citar nomes dos entrevistados.

Um entrave à consolidação da disciplina seria a própria nomenclatura, os questionários foram quase unânimes ao apontarem a necessidade de repensar sobre o preconceito histórico que recai sobre o nome Ensino Religioso. Fato esse que evidenciamos também em conversas informais com outros professores nas reuniões do CEMEPE, para a grande maioria dos educadores seria importante discutir sobre a possibilidade de substituição do nome da disciplina.

Quando perguntados sobre como ministram os conteúdos propostos pelas diretrizes curriculares do município:

Como já foi esclarecido anteriormente os professores da rede devem seguir as diretrizes do município, em relação a essa proposta 7 professores afirmaram que aplicam os conteúdos para cada série de forma diferenciada e de acordo com o planejamento anual do Ensino Religioso do Município de Uberlândia. Todavia, 2 professores admitiram lecionar o mesmo conteúdo para mais de três anos escolares, com adaptações, mas seguem as orientações do planejamento anual.

Interessante ressaltar que em conversas informais realizadas durante as reuniões do CEMEPE, a maioria dos professores disse lecionar o mesmo conteúdo para mais de um ano escolar. Justificando essa atitude devido ao excesso de aulas para preparar, alguns professores

chegam a preparar 9 tipos de aulas diferentes por semana, vale salientar ainda, a falta de material didático especializado para cada ano escolar.

Sobre a necessidade de um livro didático:

A maioria dos professores pesquisados, ou seja, 7 deles, acreditam que um livro didático contribuiria com o trabalho orientando e direcionando a sua prática docente. Apenas 1 professor disse não ser necessário e outro não soube opinar.

A escassez de material de apoio pedagógico é uma necessidade gritante na prática do docente de Ensino Religioso e o livro didático é visto pelos professores como uma ferramenta necessária e urgente que contribuiria direcionando o seu trabalho em sala de aula.

Sobre as condições de trabalho, recursos didáticos, material de apoio e infraestrutura da escola:

Significativo número de professores, 7 responderam ser insuficiente e apenas 2 disseram ser suficiente e adequado.

De acordo com os professores entrevistados as escolas da rede municipal de Uberlândia contam com uma infra-estrutura adequada. Todas as escolas são equipadas com laboratório de informática, salas de vídeo (na ausência dessas salas há equipamentos portáteis que são utilizados nas próprias salas), power point, xerox e biblioteca.

Sobre o olhar dos outros professores e da equipe pedagógica da escola em relação ao seu trabalho:

Entre os professores 5 não percebem nenhuma distinção em relação aos outros professores, os outros 4 se sentem valorizados e reconhecidos por toda a equipe pedagógica.

De forma geral o professor de Ensino Religioso se torna mediador nos projetos cívicos e culturais da escola, todos os professores que responderam os questionários afirmaram estarem abertos a trabalhos interdisciplinares com outras disciplinas e se dispõe a colaborar na realização

dos projetos que são desenvolvidos na escola, cuidando, especificamente, de aspectos morais e éticos, o que vem confirmar as informações fornecidas nas reuniões do CEMEPE, em que os professores dessa disciplina tendem a se colocarem como mediadores de conflitos e responsáveis mais direto pela formação ética dos alunos. Este é um dado relevante e merece ser mencionado na formação de professores: a contribuição que a Área do Ensino Religioso pode dar à construção dos projetos pedagógicos entre disciplinas afins, mas também na elaboração ou concretização do projeto-político pedagógico que orientaria toda a escola.

Sob o olhar dos alunos em relação ao seu trabalho:

Sobre essa questão 6 dos professores se sentem valorizados e reconhecidos, já os outros 3 se sentem desvalorizados e sem reconhecimento.

Como podemos evidenciar nos resultados dos questionários e também em conversas informais com os professores a receptividade dos alunos na grande maioria das vezes é positiva, os alunos veem nas aulas um espaço para expressar suas opiniões e vivências, se sentem acolhidos pelos professores que geralmente são amistosos, não cobram notas e tem uma didática mais aberta ao diálogo e a dinâmicas de interação. Segundo avaliação dos professores os alunos se sentem mais tranquilos para conversar assuntos sobre sexualidade, drogas, amizade e família.

Como avaliam a importância da disciplina:

Todos os professores foram unânimes em afirmar que a disciplina é indispensável para a formação do aluno, sendo a mesma imprescindível no currículo escolar.

Os profissionais que responderam aos questionários e as conversas informais com outros professores evidenciam o reconhecimento, a importância e relevância da disciplina Ensino Religioso no contexto escolar. Há nos professores dessa disciplina a crença ou o ideal de estarem através do seu trabalho ajudando a contribuir para a formação humanista e cidadã dos seus alunos, contribuindo assim para um mundo melhor mais justo e fraterno.

Quando perguntados se gostariam de lecionar outra disciplina:

Nesse ponto todos os professores demonstram que não desejam lecionar outra disciplina a não ser Ensino Religioso. Ou seja, se identificam com a prática da disciplina e se reconhecem como profissionais que exercem a profissão com a qual se sentem capacitados e preparados, no entanto, como veremos a seguir, alguns professores se sentem desvalorizados.

Sobre as suas insatisfações com o ofício de professor de Ensino Religioso:

De maneira geral as queixas foram as mesmas, segundo os relatos são:

- *“A disciplina tem uma ausência muito grande de materiais didáticos e pedagógicos, principalmente por não possuir um livro didático que pudesse ajudar a direcionar o trabalho e ter um suporte para pesquisa, leituras e melhor visualização de imagens. A cota de xerox reduzida e os espaços físicos nem sempre são adequados.”*
- *“A carga horária semanal de apenas 1h/aula em cada sala, acarretando um grande número de turmas, diários e pouco tempo para realizar as atividades, que muitas vezes demandam reflexão e diálogo aprofundado.”*
- *“A falta de respeito dos alunos, a indisciplina, a falta de interesse em estudar e fazer as atividades propostas”.*
- *“A direção muitas das vezes espera que o professor de Ensino Religioso resolva todos os conflitos ligados a ética e a cidadania, os pais esperam que a gente ensine o que pode e o que não pode, como se fosse responsabilidade nossa educar seus filhos.”*

Foram citadas outras questões que geram insatisfação para os docentes dessa disciplina, são elas:

- *Rever a questão da matrícula ser facultativa, pois tem uma má interpretação diante da comunidade escolar;*

- *Aceitar profissionais sem qualificação para ministrar essas aulas, uma vez que os outros componentes não permitem tal situação.*
- *A implantação da disciplina na Educação Infantil e Ensino Médio; poderia ser estendida a essas séries;*
- *A pouca participação dos colegas que ministram esse conteúdo, nos encontros de formação continuada;*
- *A falta de valorização por parte dos colegas, alguns alunos, pais e responsáveis.*

Ainda segundo um dos professores:

“A minha maior insatisfação é a pouca importância que os demais professores têm pela disciplina de Ensino Religioso. Muitas vezes tenho que impor o respeito ao horário das minhas aulas, alguns professores acreditam que podem interromper as minhas aulas a todo momento, para dar recados, tirar alunos da sala, ou mesmo deixar no quadro tarefas para os alunos copiarem nas aulas de Ensino Religioso

Importante destacar que a crítica feita acima foi ouvida muitas vezes nas reuniões do CEMEPE. Alguns professores demonstraram desconforto por terem suas aulas interrompidas e alunos tirados no meio das suas aulas para fazerem provas ou resolverem assuntos com a direção.

Merece destaque a questão do reconhecimento do Ensino Religioso e do profissional da área, por parte de outros professores, direção, alunos e seus pais; sem deixar de mencionar a carga horária mínima reservada a disciplina de 1h/aula semana de 50 minutos. Esses dados revelam que a disciplina ainda não ocupa seu lugar de forma receptiva e a dificuldade de dar diferentes aulas, para diferentes séries devido ao número escasso de aulas.

A sociedade brasileira transfere ao professor novas exigências em que os mesmos “cumpram funções de família e de outras instâncias sociais, que respondam à necessidade de afeto dos alunos; que resolvam os problemas da violência, da droga e da indisciplina”(Oliveira *et al.*, 2007) transpassando a função inerente de educador.

Sobre o desgaste com o trabalho docente

Quando perguntados sobre o desgaste físico e mental do trabalho enquanto professor, 5 responderam que apresentam desgaste físico e mental, 2 professores apontaram apenas desgaste mental e outros 2 disseram não ter nenhum tipo de desgaste com o trabalho de educador.

Os desgastes com a prática docente foram:

- *O desgaste por exigir uma constantes pesquisas, pois como não há muitos materiais disponíveis e recursos para pesquisa.*
- *Desgaste físico pela constância de troca de salas e as vezes pela escola ser grande, e as salas serem em lados opostos, o professor tem que se locomoverem distâncias longas a cada 50 minutos.*
- *Lecionar para alunos de diferentes faixas etárias no mesmo dia. Por exemplo: 1h 1º ano; 2º h- 9º ano; 3º h – 5º ano...;*
- *Grande número de planejamentos, em alguns casos, são feitos 9 planejamentos distintos pois o professor atua do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental;*
- *Uma carga muito grande de vivências negativas verbalizadas pelos discentes, visto que, em muitos casos, só encontram oportunidade para se expressar nessas aulas e/ou com esse docente;*
- *Excesso de exigências burocráticas exigidas pela SME; como exemplo, cada professor que tem um cargo completo tem no mínimo 16 diários para preencher.*

Quando perguntados sobre crescimento/ desenvolvimento dos alunos após reflexões em suas aulas:

Todos os professores foram unânimes em afirmar que percebem que as reflexões, debates e questionamentos suscitados em sala de aula promovem um crescimento/desenvolvimento crítico do aluno.

Sobre a satisfação dos professores:

Há uma satisfação por parte dos docentes, de acordo com suas respostas podemos afirmar que todos acreditam na importância da sua prática docente e se empenham em contribuir de forma efetiva na formação do aluno. Segundo eles:

- *“A maior satisfação é ajudá-los a acreditar neles mesmos, como pessoas capazes de amar e serem amados, respeitar os outros e serem respeitados também”.*
- *“Despertar nos alunos a consciência de seus direitos e deveres junto a sua família, escola, sociedade e meio ambiente”.*
- *“Trabalhar com essa diversidade cultural e religiosa que necessita ser respeitada, que há um só Deus, igual para todos, reduzir as diferenças a um denominador comum. Uma educação pluralista, promovendo a solidariedade e o respeito a todas as crenças.”*
- *“É bom lecionar uma disciplina que contribui com uma oportunidade de reflexão e acolhida às diversas individualidades de nossos alunos sobre o sentido da vida, regando diariamente essas sementinhas para que elas possam frutificar. Isso me deixa feliz.”*
- *“Fico feliz de contribuir com a formação do caráter do aluno”.*
- *“A oportunidade e abertura para debater com os alunos assuntos diversos; o laço que se cria com os alunos”.*
- *“Ter flexibilidade nos planejamentos, construir um vínculo afetivo com os alunos, refletir sobre situações que envolvem as nossas condutas morais são algumas das vantagens de lecionar essa disciplina. Acredito também, que o crescimento pessoal e profissional é muito grande nos docentes dessa área do conhecimento, além de pretender uma mudança no olhar e na forma de agir no mundo em que vivemos.”*

Por estes depoimentos pode-se inferir que a maior contribuição do Ensino Religioso na ótica dos professores concentra-se na tarefa de formar integralmente o aluno, o que inclui aspectos como: auto-conhecimento, indagação sobre o sentido da vida, socialização, cidadania e ética. A disciplina atua fomentando uma consciência crítica e cidadã, incentivando práticas a favor da qualidade de vida e da dignidade humana. Essa perspectiva dos professores da disciplina segue em ressonância a afirmação de José Carlos Libâneo, em seu trabalho de investigação sobre a pedagogia e a didática no Brasil, de que:

É certo que as práticas educativas não suportam mais certezas absolutizadas, mas é impossível à pedagogia ceder ao relativismo ético. No âmbito da atividade pedagógica, marcos teóricos e morais são cruciais, pois a todo momento são requeridas opções sobre o destino humano, tipo de sujeitos a formar, o futuro da sociedade humana. (LIBÂNEO, 2001, p.22).

Podemos evidenciar que os professores entrevistados de forma geral compartilham das mesmas percepções sobre o Ensino Religioso na rede municipal, se mostram identificados e realizados com seu trabalho em sala de aula, mesmo quando demonstram suas insatisfações em relação às condições por vezes desfavoráveis de trabalho. Todos acreditam que a disciplina é importante para a formação integral de crianças e jovens e anseiam por recursos metodológicos que auxiliem na consolidação da sua prática educativa.

A fala dos professores entrevistados é importante para elencarmos a situação da disciplina de forma geral na rede pública municipal de Uberlândia.

Conclusões

Há muito a se pensar sobre a prática do Ensino Religioso no Brasil. Vimos que ao desenrolar desses 500 anos a disciplina esteve sempre presente na construção da história educacional desse país. Nos primeiros séculos da colonização não tinha o caráter institucional de disciplina como vemos hoje, mas se efetiva como o ensino da religião cristã católica. Esta foi a responsável por catequizar diferentes nações indígenas e converter inúmeras povos advindos da África em situação de escravidão.

Por quase quatrocentos anos, o ensino da religião foi visto como uma missão defendida pelos líderes religiosos da época e respaldado pelas lideranças do Estado com a pretensão “de salvar as pobres almas perdidas”, apresentando um caráter moralizante e perpetuando os valores da elite religiosa e econômica do país. Acreditava-se ainda, que a unicidade religiosa da nação fortaleceria o sentimento de pertença e promoveria a coesão da sociedade brasileira.

Em 1889, com a Proclamação da República, o país se declara laico. Pela primeira vez na história busca-se uma separação entre o Estado e a Religião cristã católica. Nesse contexto, o Ensino Religioso torna-se-á palco de intensos conflitos e inúmeras disputas por se manter presente no campo da educação. Durante todo o século XX, acompanhamos a disciplina buscando uma legitimação que lhe garantisse uma efetivação estável no currículo básico da educação pública do Brasil. Para tanto, a disciplina se desvincula do confessionalismo religioso e busca se afirmar a partir do estudo do fenômeno religioso, reconhecendo e respeitando a multuculturalidade do país.

A disciplina sobreviveu à República, embora permanecesse por alguns anos afastada das salas de aula, lutou para se manter no período da Ditadura Militar e conseguiu sua regulamentação com a LDB/1996, alterada pela Lei 9.475/1997, tornando-se disciplina nos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental e de matrícula facultativa, ou seja, o Ensino religioso se constitui disciplina dos horários normais das escolas publicas de ensino fundamental, mas os alunos podem optar em frequentar as aulas ou não.

Em 2016 tramita no Congresso Nacional a proposta da Base Nacional Comum Curricular e o Ensino Religioso se apresenta como área de conhecimento e componente curricular, mantendo a articulação com a área de Ciências Humanas. Na segunda versão da BNCC, o Ensino Religioso é tratado conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE nº 04/2010) e Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental dos Nove Anos (Resolução CNE nº 07/2010). Luta-se para que o estudo do fenômeno religioso, comumente assumido como objeto de investigação da(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões), se reelabore e recontextualize para fundamentar o conhecimento escolar do Ensino Religioso.

Embora as inúmeras críticas sobre a oferta dessa disciplina nas escolas públicas, ela se reconfigura a cada legislação e busca se afirmar defendendo o ideal de contribuir para a formação ética e cidadã dos alunos. O Ensino Religioso se fortalece mediante a afirmação de que através do estudo do fenômeno religioso pode-se promover o diálogo entre as diferentes culturas religiosas, defende que assim como as demais ciências do conhecimento, tem clareza sobre o seu objeto de estudo e acredita ser um conteúdo salutar dentro do ambiente escolar que carece de reflexões sobre a realidade humana. Esta não é apenas imanente, mas transcende na busca constante do indivíduo por um sentido de vida, por dialogar sobre a sua própria existência.

Em Uberlândia o Ensino Religioso se configura de forma a atender as exigências em nível nacional. A PMU por meio do CEMEPE, oferece capacitação mensal a esses profissionais e a disciplina é oferecida aos alunos de 1º ao 9º ano uma vez por semana correspondendo a 1h/aula de 50 minutos.

Sobre o trabalho docente constatamos que um elemento que aparece nas falas da maioria dos professores é aquele referente à falta de aporte teórico para pesquisa e aprofundamento do assunto. Segundo os relatos, é grave o fato de o professor não poder dispor de material de apoio para o trabalho em sala de aula. O mesmo professor que prepara uma aula para o primeiro ano do ensino fundamental terá de contemplar, no mesmo dia, às vezes, outro planejamento para o nono ano, por exemplo. Desse modo, o professor tem que elaborar nove planejamentos para nove anos escolares. Nesse contexto, fica difícil ao profissional da área elaborar um planejamento à altura das exigências de cada ano escolar. Deve-se considerar ainda que se exige

desse profissional a habilidade de trabalhar com diferentes faixas etárias, ou seja, ele atua diariamente com alunos do 1º ao 9º ano.

Alie-se a isso a desvalorização do trabalho profissional. Alguns não estão devidamente capacitados para assumir tamanho compromisso, não tendo domínio de sala de aula. Nesse sentido, é importante destacar que a disciplina não auferiu nota nem reprovação. De modo que é vista muitas vezes com certo descaso pela comunidade escolar: colegas de outras disciplinas e alunos, principalmente. Além disso, historicamente a disciplina carrega o estigma de estar relacionada à catequização e adestramento do sujeito.

Portanto, verifica-se que há muito a se pensar sobre o Ensino Religioso, a disciplina embora seja velha conhecida do currículo básico da educação nacional ainda se encontra permeada de impasses sobre sua prática em sala de aula, a capacitação dos profissionais que devem ministra-la, sobre sua configuração curricular, ou seja, o que ensinar em Ensino Religioso, sendo portanto, tema polêmico a sua própria legitimidade enquanto disciplina das escolas públicas do país.

Referências

ALBUQUERQUE, E. B. D. Estado e ensino religioso. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 28. 2004. Caxambu. **Anais...** Caxambu: [s.n.], 2004. 1 CD-ROM

ALVES, R. **O que é Religião?** São Paulo: Loyola, 1999. 128p. ISBN 851501968X.

BOFF, L. **Experimentar Deus:** a transparência de todas as coisas. São Paulo: Vozes, 2011. 128p. ISBN 8532624618.

BONIOLO, R. et al. A intolerância religiosa e o ensino religioso confessional obrigatório em escolas públicas no Rio de Janeiro. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS.11. 2011. Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2011.

BOURDIER, P. **Pierre Bourdier:** sociologia. São Paulo: Ática, 1983. 191p.

BOURDIEU, P. **A distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2011. ISSN 9788532636515.

BRANDÃO, Z. Entre questionários e entrevistas. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G. et al (Ed.). **Família e escola.** Petrópolis: Vozes, 2000. p.109. ISBN 8532623859.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil** (Outorgada em 25 de março de 1824). 1824. Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br/ ccivil_03/Constituicao/ Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)>. Acesso em: 17 jul 2016.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 24 de fevereiro de 1891). 1891. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/ Constituicao/ Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm) > Acesso em: 17 jun2016.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 16 de Julho de 1934). 1934. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/constituicao/ constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm) >. Acesso em: 16 abr 2016.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 10 de Novembro de 1937). 1937. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm >. Acesso em: 17 jul 2016.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 18 de Setembro de 1946). 1946. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm >. Acesso em: 07 jul 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967** (de 24 de Janeiro de 1967). 1967. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm >. Acesso em: 17 ago 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. 438p.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827** (Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império) 1827. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm >. Acesso em: 15 maio 2016.

_____. **Decreto N° 119-A** (Prohíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências) (de 7 de Janeiro de 1890). 1890. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm >. Acesso em: 10 maio 2016.

_____. **Decreto N° 7.107** (Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008, de 11 de Fevereiro de 2010). 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7107.htm >. Acesso em: 17 jul 2016.

_____. **LEI N° 9.394**. (Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de 20 de Dezembro de 1996). 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm >. Acesso em: 17 jul 2016.

BRITO, D. D. S.; LEITE, F. **Dossiê de tombamento da residência e armazém comercial de Antônio de Rezende Costa (Escola Estadual Dr. Enéas de Oliveira Guimarães)**. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia 2012.

CALEIRO, J. P. As 30 cidades que mais contribuem para o PIB do Brasil. **Revista Exame**. (17 de dezembro de 2013). 2013. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/economia/album-de-fotos/as-30-cidades-que-mais-contribuem-para-o-pib-do-brasil/lista> >. Acesso em: 21 jun 2016.

CALLEGARI, C. Conselho quer criar diretrizes curriculares para o ensino religioso. Rio de Janeiro, **Agência Brasil**. 19 de Agosto de 2011. Entrevistador CIEGLINSKI, A. Disponível em: < <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-08-19/conselho-quer-criar-diretrizes-curriculares-para-ensino-religioso> >. Acesso em: 29 abr 2016.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. D. O.; BRITO, M. J. D. Relações de poder segundo Bourdieu e Foucault: uma proposta de articulação teórica para a análise das organizações. Lavras: **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v.7. n. 3, p. 356-369, 2005. ISSN: 2238-6890

CASSEB, S. A. **Cultura de Paz e Não-Violência no Ensino Religioso**: possibilidades através da vida e obra de Mahatma Gandhi. 2009. 98f. Dissertação (Mestrado)- Universidade do Estado do Pará, Belém, 2009.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Roteiro de Atuação do Ministério Público** - Estado Laico e Ensino Religioso nas escolas públicas, Brasília, maio de 2016, 35p. Disponível em: < http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/images/Publicacoes/documentos/roteiro_atuacao_ensino_religioso_nas_escolas_publicas.pdf >. Acesso em: 30 jul 2016.

CORTELLA, M. S. Educação, ensino religioso e formação docente. In: SENA, L. (Ed.). **Ensino religioso e formação docente**. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 19-20. ISBN: 9788535618440.

COSTA, J. R.; BARRA JÚNIOR, F. Uberlândia. In: FERREIRA, J. P. F.(Ed.). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. p. 400-405. v.27.

CUNHA JUNIOR, C. F. D. **O imperial collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. 170p. ISBN 8561022159.

CUNHA, L. A. O sistema nacional de educação e o ensino religioso nas escolas públicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 925-941, set. 2013a. ISSN 0101-7330.

Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73302013000300014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 29 jul 2016.

_____. A entronização do ensino religioso na base nacional curricular comum. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 266-284, 03/2016 2016. ISSN 0101-7330. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73302016000100266&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 29 jul 2016.

_____. A escola pública não pode ser uma arena de disputas religiosas. São Paulo, **Revista Nova Escola**. Maio de 2013. 2013b. Disponível em: < <http://novaescola.org.br/politicas-publicas/escola-nao-pode-nem-impor-religiao-741655.shtml> >. Acesso em: 29 jul 2016.

CURY, C. R. J. **Ideologia e educacao brasileira**. 3.ed. Rio de Janeiro: Cortez, 1986.

_____. A educação e a primeira constituinte republicana. In: FÁVERO, O. (Ed.). **A educação nas constituintes brasileiras, 1823-1988**. Uberlândia: Sociedade Brasileira de Historia da Educação, 2001. p.69-80. ISBN 85-85701-34-X.

DE ABREU, C. F. N. R. **A geomorfologia no Brasil na década de 80 do século XX: uma análise a partir de eventos científicos**. 2016. 123 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

DURKHEIM, E. **As formas elementares de vida religiosa**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. ISBN 8533605153.

ECCO, C. A função da religião na construção social da masculinidade. **Rev. abordagem gestalt**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 93-97, jun. 2008. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-68672008000100013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 25 maio 2016.

FISCHMANN, R. As escolas públicas devem ter ensino religioso? não, Escola laica, liberdade e igualdade. São Paulo, **Folha de São Paulo** (5 de Março de 2011). 2011. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0503201107.htm> >. Acesso em: 22 jun 2016.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO (FONAPER). **Carta de princípios**. 1995. Disponível em: < <http://www.fonaper.com.br/carta-principios.php> >. Acesso em: 16 jun 2016.

_____. **Ensino religioso: capacitação para um novo milênio**. Brasília: Fonaper. 2000.

GARCIA, D. M. F. Diversidade cultural, conflitos e educação: algumas reflexões teóricas. **Revista de Educação**, v. 10, p. 41-46, 2012-07-13 2001. ISSN 1519-3993. Disponível em: < <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/396> >.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 224p. ISBN 8521613334.

GENARO, F.; CHELOTTI, M. C. Transformações no Agro do Cerrado Mineiro: análises a partir dos censos agropecuários de 1995/96 e 2006 da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. **Observatorium**, Uberlândia, v. 5, n. 14, p. 63-77, 2013.

GOODSON, I. F. **As políticas de currículo e de escolarização**. Petrópolis: Vozes, 2008. ISBN 8532637078.

HALL, S. **Da Diáspora : identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HORTA, J. S. B. O ensino religioso escolar na Itália fascista e no Brasil (1930-1945). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 17, p. 14, 1993.

_____. A constituinte de 1934:comentários. In: FÁVERO, O. (Ed.). **A educação nas constituintes brasileiras, 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 2001. p.139-151. ISBN 85-85701-34-X.

IBGE. **Município de Uberlândia: Informações Estatísticas 2016**. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=317020> >. Acesso em: 07 abr 2016.

JUNQUEIRA, S. R.; OLIVEIRA, L. B. **A construção histórica de um componente curricular brasileiro: o ensino religioso**. 2016. Disponível em: < http://www2.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/422_SergioJunqueira_e_LilianBlanck.pdf >. Acesso em: 16 ago. 2016.

JUNQUEIRA, S. R. A. **Ensino religioso em questão**. 2005. Disponível em: < <http://www.gper.com.br/newsletter/0363a8cd70a96bdc70f42fb5916fcc1e.pdf> >. Acesso em: 16 jul 2016.

JUNQUEIRA, S. R. A. **História, legislação e fundamentos do ensino religioso**. Curitiba: IBPEX, 2008. 191p.

JUNQUEIRA, S. R. A.; CORREA, R. L. T.; HOLANDA, A. M. R. **Ensino religioso: aspectos legal e curricular**. São Paulo: Paulinas, 2007. 120p. ISBN 8535620982.

JUNQUEIRA, S. R. D. A. **O Processo de escolarização do ensino religioso no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002. ISBN 8532622372.

LAGO, L.; REIMER, H.; DA SILVA, V. **O Sagrado e as construções de mundo**. Goiânia: UCG, 2004. ISBN 9798571032254.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. Curitiba: UFPR, 2001.

_____. **Organização e gestão da escola :teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

MARX, K. Introdução [À Crítica da Economia Política] e Prefácio Para a Crítica da Economia Política. In: MARX, K. (Ed.). **Manuscritos Econômico: filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974, v.35.(Os Pensadores).

MENEGHETTI, R. G. K.; PASSOS, J. D. In: SENA, L. (Ed.). **Ensino religioso e formação docente**. São Paulo: Paulinas, 2007. p.152. ISBN 8535618449.

MONTERO, P. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. **Etnográfica**, v. 13, n. 1, p. 7-16, ISSN 0873-6561. Disponível em: < <https://etnografica.revues.org/1195> >. Acesso em: 23 jun 2016.

_____. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. **Religião & Sociedade**, v. 32, n. 1, p. 167-183, 2012. ISSN 0100-8587. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100-85872012000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >.. Acesso em: 23 maio 2016.

NIETZSCHE, F. W. **Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. Rio de Janeiro: Martin Claret, 2012. 325p. ISBN 8572328564.

OLIVEIRA, L. B. et al. **Ensino religioso no ensino fundamental**. São Paulo: Cortez, 2007. 176p. ISBN 8524913215.

PEREIRA, R. M. F. D. A. O significado da Alemanha para a gênese da geografia moderna. **Geosul**, v. 20, n. 40, 2010-04-16 2005. ISSN 2177-5230. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13235> >. Acesso em: 28 abr 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil** 2013. 2013. Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/uberlandia_mg >. Acesso em: 23 jun 2016.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RALPH, D. C. Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1916/1964. **Estudos Cebrap**, v. 12, 1975.

RANQUETAT JUNIOR, C. A. **A implantação do novo modelo de ensino religioso nas escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul**: laicidade e pluralismo religioso. 2007. 153 f. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2016.

RITTO, C. **População católica encolhe no Brasil**: evangélicos avançam. São Paulo, 2012. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/brasil/populacao-catolica-encolhe-no-brasil-evangelicos-avancam/> >. Acesso em: 19 jul 2016.

RODRIGUES, E. **Ensino religioso**: área de conhecimento da educação básica. Disponível em: < https://www.academia.edu/3726804/Ensino_religioso_como_%C3%A1rea_de_conhecimento >. Acesso em: 19 jul 2016.

_____. Ensino religioso, tolerância e cidadania na escola pública. **Numen**: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v.16 2013a.

_____. QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS DO ENSINO RELIGIOSO: UMA PROPOSTA A PARTIR DA CIÊNCIA DA RELIGIÃO, **Interações**. Belo Horizonte, v. 8, 2013b. p.1983-2478. 201.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2.ed. Campinas, AUTORES ASSOCIADOS, 2008. 379p.

SCHWARTZMANN, S. A política da igreja e a educação: o sentido de um pacto. **Religião & Sociedade**, v. 13, n. 1, 1986. ISSN 0100-8587.

SETTON, M. D. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 60-70, 2002. ISSN 1413-2478. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24782002000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 09 fev 2016.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo, Cortez, 2007. 304p. ISBN 8524913118.

SILVA, A. P. D. A Educação em Uberlândia: memórias. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia: Edufu. 2 ed. 164p., 2003.

TERRIN, A. N. **Antropologia e horizontes do sagrado**. São Paulo: Paulus, 2004. 424p. ISBN 8534920648.

UBERLÂNDIA (MG). Prefeitura. **Diretrizes Curriculares Municipais**. Uberlândia, 603 p. 2011.

_____. Prefeitura. **Banco de Dados Integrados 2015 v.2**. Uberlândia, 137 p. 2015.

VALLE, D. A. D. **Guia de Civismo**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 307 p. 1971.

VARISON, M.D.F.D. **As representações da religiosidade no imaginário de administradores escolares da rede municipal de ensino de Uberlândia (MG)** 2000. 191f. Dissertação (Mestrado - Gestão da Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

_____. **O ensino religioso em Uberlândia**. Entrevistador: Daniela A. Tomazini. Uberlândia: Entrevista oral, concedida em 7 Jun de 2016.

YAN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001. ISBN 85-7307-852-9.

Apêndice

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, IDENTIDADES, EDUCAÇÃO E SOCIABILIDADE
GRUPO DE PESQUISA TRABALHO, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Estimado (a) Professor (a),

Venho por meio desse, solicitar sua colaboração para o desenvolvimento da pesquisa científica intitulada:

O ENSINO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA E O TRABALHO DOCENTE: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA/MG A PARTIR DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DE 1996/97, sob orientação da Prof^a. Dra. Fabiane Santana Previtali. Os dados serão organizados de forma a não identificar as pessoas entrevistadas, por sigilo de fontes de pesquisa.

Sendo assim, pedimos a gentileza de responder a todas as questões abaixo, com toda sinceridade. Por favor, marque apenas uma resposta para cada questionamento e responda todas as questões abertas.

Muito obrigada por sua valiosa colaboração.

Pesquisadora: Daniela Aparecida Tomazini – Mestranda do programa de Mestrado em Ciências Sociais do PPGCS/UFU.

PESQUISA – QUESTIONÁRIO A PROFESSORES MUNICIPAIS DE ENSINO
RELIGIOSO

Escola que leciona Ensino Religioso:

A - DADOS PESSOAIS

1)Nome: _____

2) Sexo: () FEMININO () MASCULINO

3) Estado Civil: () SOLTEIRO () CASADO () DIVORCIADO () OUTROS

4) Idade: () 20 a 25 anos () 26 a 30 anos () 31 a 35 anos () 36 a 40
() 41 a 45 anos () 46 a 50 anos () mais de 51 anos

B - DADOS PROFISSIONAIS

1) Tempo de Trabalho como Professor(a) de Ensino Religioso:

() menos de 1 ano () De 1 ano a 3 anos () De 4 anos a 6 anos () De 7 a 10 anos
() De 11 a 14 anos () 15 a 18 anos () mais de 19 anos

2) Formação: () PÓS-GRADUAÇÃO () MESTRADO () DOUTORADO

Formação acadêmica:

Graduado em: _____ Pós-graduado em: _____

Mestrado: _____ Doutorado em: _____

C - SOBRE A PRÁTICA DO ENSINO RELIGIOSO

1) Você acredita que o nome da disciplina **Ensino Religioso deveria ser diferente?**

() Sim () Não

Se sim, por quê?

2) Você consegue aplicar a proposta do planejamento curricular de maneira diferenciada para cada ano, ou seja, um conteúdo para o 1º ano, outro para o 2º e assim sucessivamente?

() Sim, aplico os conteúdos para cada série de forma diferenciada e de acordo com o planejamento anual do Ensino Religioso do Município de Uberlândia.

() Leciono o mesmo conteúdo para mais de três séries, com adaptações, mas sigo as orientações dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e do planejamento anual do Ensino Religioso do Município de Uberlândia.

() Leciono o mesmo conteúdo para o 1º ao 5º ano e faço o mesmo também para o 6º ao 9º ano, mas sigo as orientações dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e do planejamento anual do Ensino Religioso do Município de Uberlândia.

() Depende, alguns temas são os mesmos para todas as séries, outros eu leciono de acordo com as minhas vontades e a situação do momento.

3) Você acredita que um livro didático ajudaria na sua prática pedagógica em sala de aula?

() Sim () Não () Não sei opinar

4) Sobre as suas condições de trabalho, recursos didáticos, material de apoio e infraestrutura da escola, você considera:

() Suficiente e adequado () Insuficiente

5) Como você avalia o olhar dos outros professores e da equipe pedagógica da escola em relação ao seu trabalho?

() Sinto-me valorizado e reconhecido.

- () Sinto-me desvalorizado e não me sinto reconhecido.
- () Não percebo nenhuma distinção do meu trabalho em relação aos outros professores.

6) Como você avalia o olhar dos alunos em relação ao seu trabalho?

- () Sinto-me valorizado e reconhecido.
- () Sinto-me desvalorizado e não me sinto reconhecido.
- () Não percebo nenhuma distinção em relação aos outros professores.

7) Como você avalia a importância da disciplina que leciona?

- () Dispensável.
- () Indispensável.

8) Você gostaria de lecionar outra disciplina?

- () Sim () Não

9) Quais as suas maiores insatisfações com o ofício de professor de Ensino Religioso?

10) Sinto que minha atividade profissional faz com que eu tenha desgaste:

- () Físico () Mental () Emocional () Físico e Mental. Explique.

11) Você percebe crescimento / desenvolvimento dos alunos após reflexões em suas aulas?

() Sim () Não () Não sei opinar

12) Quais as suas maiores satisfações com o ofício de professor de Ensino Religioso?

AGRADECEMOS A COLABORAÇÃO...

BOM TRABALHO!

Anexos

Prefeitura Municipal de Uberlândia
Secretaria Municipal de Educação
Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais *Julieta Diniz* - CEMEPE

“Professor nenhum é dono de sua prática se não tem em mãos, a reflexão sobre a mesma. Não existe ato de reflexão, que não nos leve a constatações, dúvidas e descobertas e, portanto, que não nos leve a transformar algo em nós, nos outros e no mundo” - Madalena Freire

Professor formador de área: Fabrício de Moura Bassi

Professores:

Dayse Gonçalves da Cruz
Edna Maria dos Santos
Gabriela da Rocha Graciano de Melo

Jemmerson Antonio de Souza
Maria Cristina da Silva
Marly Guedes da Silva
Rosana Vieira Bastos
Rosângela Helena Carneiro
Terezinha Alves Miranda Ferreira

E. M. Amanda Carneiro Teixeira
E.M. Professor Domingos Pimentel de Ulhôa
E. M. Dr. Gladsen Guerra de Rezende
E. M. Professor Leônicio do Carmo Chaves
E.M. Profª. Maria Regina Arantes Lemes
E. M. Professor Otávio Batista Coelho Filho
E. M. Professora Cecy Cardoso Porfirio
E. M. do Bairro Shopping Park
E. M. Dr. Joel Cupertino Rodrigues
E. M. Mario Alves Araújo Silva

PLANEJAMENTO ANUAL ENSINO RELIGIOSO – 2015

1º ANO

Desde o ano de 2008, os professores que atuam na disciplina de Ensino Religioso da Rede Municipal de Ensino estão elaborando, coletivamente o planejamento anual deste componente curricular para ser utilizado em toda a rede. Lembramos, porém, que todo planejamento deve ser flexível, passível de alterações pelas demandas da comunidade escolar.

A dinâmica para a elaboração deste planejamento leva em consideração a aplicabilidade no transcorrer de todo o ano letivo. Professores, pais, gestores e especialistas da educação possuem autonomia para fazerem adequações, bem como apontamentos pertinentes à realidade local, desde que em consonância com as diretrizes e legislações vigentes para esta área do conhecimento.

Ao final de cada ano letivo, geralmente são destinados alguns dias para a revisão, apresentação, discussão e plenária destes planejamentos. Estes são reelaborados para o ano seguinte, considerando as adequações, bem como os apontamentos mencionados. A realização deste trabalho conta com o acompanhamento do professor(a) formador(a) de área e com a participação dos professores de Ensino Religioso e outros profissionais presentes.

Foi utilizado como suporte para elaboração, vasto referencial teórico. Dentre eles: **Editora Paulinas** – Autora: Maria Inês Carniato; Livros da Pré-Escola à 8ª série; **Redescobrimo o Universo Religioso** – Editora Vozes – Volumes 1 ao 9; **Todos os Jeitos de Crer** – Volumes 1 ao 4 – Editora: Ática; **Cadernos de Estudos para o Ensino Religioso** elaborados pelo Fórum Permanente do Ensino Religioso – FONAPER; o **Estatuto da Criança e Adolescente – ECA**; **PCNERS** do Ensino Religioso; Revista **Diálogo** e Jornal **Mundo Jovem**, dentre outros.

1) **TEMA GERAL:** Você, as pessoas e o mundo.

Sub-temas:

1º Bimestre: -Identidade

2º Bimestre: -Eu no mundo

3º Bimestre: -As pessoas diferentes, porém iguais

4º Bimestre: -Você pode transformar o mundo.

2) **OBJETIVOS:**

Levar o aluno a perceber que ele é parte integrante do mundo, assim tem sua responsabilidade e contribuição para conservar e melhorar o espaço em que vive.

Compreender-se como parte de um todo, reconhecendo-se como sujeito de direitos e deveres.

3) **CONTEÚDOS:**

3.1. - 1º Bimestre – Subtema: Identidade

3.1.1. Nome- identificação;

3.1.2. Características físicas;

3.1.3. Respeito às diversidades;

3.1.4. Boas maneiras;

3.1.5. Datas cívicas e comemorativas;

3.2. - 2º Bimestre – Subtema: Eu no mundo

3.2.1. Eu na escola (cuidados com o material didático; responsabilidades; respeito com a comunidade escolar; apresentação do espaço escolar);

3.2.2. Eu na família

3.2.2.1. Identificação da família;

3.2.2.2. A singularidade da família;

3.2.3. Eu na sociedade (atitudes cidadãs).

3.2.4. Meio ambiente com ênfase na sustentabilidade

3.2.5. Datas cívicas e comemorativas

3.3. - 3º Bimestre – Subtema: As pessoas diferentes, porém iguais.

- 3.3.1. Preconceito e discriminação;
- 3.3.2. As diferenças visíveis e invisíveis do humano – inclusão;
- 3.3.3. O respeito e a riqueza da singularidade/diversidade
- 3.3.4. Cultura indígena: jogos e brincadeiras;
- 3.3.5. Datas cívicas e comemorativas.

3.4. - 4º Bimestre – Subtema: Você pode transformar o mundo

- 3.4.1. Ações e atitudes positivas;
- 3.4.2. Solidariedade;
- 3.4.3 Amizade;
- 3.4.4 O que é direito e o que é dever; (Arts. 3º, 7º; Art. 11, 15, 16, 17 e 18, 19, 53, 71 da Lei nº. 8069 de 13/07/90 - ECA);
- 3.4.5. Datas cívicas e comemorativas.

4) METODOLOGIA:

- Aulas expositivas;
- Seminários organizados pelos alunos;
- Painéis informativos;
- Teatro;
- Rodas de Conversa;
- Dinâmicas;
- Utilização de Recursos audiovisuais;
- Pesquisa em bibliográficas e multimídias;
- Aulas em campo (passeios, excursões e atividades fora da sala de aula);
- Aulas dialogadas, expositivas e reflexivas, com base em vários textos;
- Atividades escritas, leituras de imagens, jornais, músicas, filmes, visitas solidárias, danças, teatro, poesia, trabalho em grupo e pesquisas;
- ~~Ativ~~ – leitura, dramatização e discussão de textos.
- Painel de opiniões;
- Rodas de conversa;
- Debates;
- Uso do Dicionário e livros da Biblioteca;
- Trabalhos Individuais e em grupos;
- Momento para reflexão (coletiva e individual);
- Utilização de laboratório de informática;
- Mensagens e Textos com ensinamento moral e ético;
- Palestras e eventos com temas e pessoas que entendam do assunto;
- Dinâmicas e Vivências Grupais;

- Projetos extra-classe;
- Exibição de filmes e documentários temáticos;
- Visitas orientadas a locais sagrados de diversas religiões, convite às lideranças religiosas para visitarem a turma e esclarecerem dúvidas;
- O trabalho pode ser desenvolvido em formato de projetos que abordem, além dos temas descritos no planejamento, temas transversais como: sexualidade; meio ambiente, entorpecentes e festas populares e religiosas

Estes procedimentos metodológicos têm o objetivo de instrumentalizar um Ensino Religioso sempre pautado nos princípios de respeito à diversidade religiosa dos nossos alunos.

5) AVALIAÇÃO:

A avaliação é fonte para uma análise individual de cada educando, propiciando a continuidade dos processos de aprendizagem. Portanto, a avaliação deverá verificar sempre o aprendizado dos alunos e suas atitudes comportamentais periodicamente, por meio de produção de texto, questionários, debates, autoavaliação, dinâmicas e atribuição de notas e/ou conceitos (apenas nas escolas que a prevê).

Espera-se que o educando conheça os símbolos, ritos e escritos mais importantes de cada tradição religiosa, a partir do seu contexto sócio cultural e que, na comparação de seu significado, desenvolva um entendimento e respeito crescente na convivência da sala de aula e nos diferentes grupos.

~~Elaboração~~ ~~Elaboração~~ acontecerá de forma processual através da apresentação de seminários, pesquisas individuais, trabalhos em grupo e atividades em sala de aula. Onde será observado se o aluno considera e respeita os diferentes posicionamentos religiosos. Constata e respeita a necessidade, dele e dos outros, de momentos de silêncio, partilha e contemplação no processo de amadurecimento do conhecimento. Elabora questionamentos e/ou faz contemplação de ideias pertinentes ao tema. Percebe e organiza a presença de valores e/ou contra valores nas religiões. Identifica em si mesmo o seu potencial como sujeito de transformação do mundo.

6) OBSERVAÇÕES FINAIS:

1. No início do ano letivo, após a apresentação da disciplina, trabalhar os combinados de sala, direitos e deveres dos alunos. Deve-se fazer um trabalho de valorização da disciplina, por toda a equipe administrativa e pedagógica durante todo o ano letivo, bem como trabalhar todos os valores humanos inerentes à realidade da comunidade escolar.

2. Durante todo o ano letivo serão contemplados os conteúdos referentes às leis: 10.639/03, 11.645/08 e 8.069/90.

3. Sugere-se que se façam registros de suas atividades por meio de filmagens, portfólios e fotos (buscando a autorização da veiculação de imagens na secretaria da escola).

~~Trabalho~~ ~~Trabalho~~ pode ser desenvolvido em formato de projetos que abordem, além dos temas descritos no planejamento, temas transversais como: sexualidade; sustentabilidade (meio ambiente); ética e valores morais; entorpecentes e festas populares e religiosas.

5. Sugere-se que no decorrer do ano letivo, o(a) docente fomente o espírito de fraternidade e promova gestos concretos de solidariedade no espaço escolar, como: campanhas de sensibilização (conscientização) e arrecadação de bens (destinados à doação); visitas às instituições sociais e religiosas; atos e eventos públicos relacionados aos temas pertinentes à disciplina de Ensino

Religioso.

7) REFERÊNCIAS:

BELLINGHAUSEN, Ingrid Biesemeyer. **Vamos abraçar o mundinho**. 2º ed. São Paulo: DLC, 2007. 23p.

BRÁS, Júlio Emílio. **Felicidade não tem cor**. Ed. Moderna. 2ª edição- São Paulo: 2002(Coleção girassol) pag. 62.

BRASIL. Ministério da Educação e do desporto, Secretaria de Educação e Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso**. MEC/SEF, 1997.

CARNIATO, Maria Inês. *Viver é muito bom: Pré-escola* – Livro do Educador. Ed. Paulinas.

CERINO, Jarbas C., SILVA, Elisângela da. **Lembre-se das boas maneiras- Com licença**. Ed. 2010, editora Ciranda Cultural, São Paulo – Brasil.

Coleção: A magia das virtudes.

Coleção: Sementinha do Amor

EDITORA MODERNA. **Coleção Entre Amigos: Ensino Religioso** – 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, 2ª. ed.. São Paulo: Editora Moderna, 2009.

Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90 – ECA.

Estatuto da Igualdade Racial – Lei nº.12.228/10.

RADESPIEL, Maria - **Coleção Valores de A a Z**. Minas Gerais: IEMAR, 2009.

_____. **Coleção Alfabetização sem segredos: Ensino Fundamental - Educação Religiosa**. Minas Gerais: IEMAR, 2008.

ROCHA, Julieta. **Coleção Boas Maneiras**. VLS. I ao VII. Rio Grande do Sul: Ed. EDELMA GRÁFICA e Ltda.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Almanaque pedagógico Afro Brasileiro**: Uma proposta de intervenção pedagógica na superação do racismo no cotidiano escolar. 2ª Ed. Belo Horizonte, Mazza Edições 2006, pag.161.

SANTOS, Maicon. **Coleção Amiguinhos do Criador**: Valores Humanos. STARKE DESIGN EDITORA – v. 1 ao 8.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes perigosas na escola-bullying**. Ed. Objetiva LTDA, Rio de Janeiro, 2010, pag. 188.

SOUZA, Guida Weber. *Redescobrimdo o universo religioso: Ensino Fundamental*. vol. 1. Ed. Vozes.

TRINDADE, Kátia: **O que cabe no meu mundo**. 10 Histórias sobre valores-I SBN 9788575304334, Belo Horizonte 2011.

Prefeitura Municipal de Uberlândia
Secretaria Municipal de Educação
Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais *Julietta Diniz* - CEMEPE

“ Professor nenhum é dono de sua prática se não tem em mãos, a reflexão sobre a mesma. Não existe ato de reflexão, que não nos leve a constatações, dúvidas e descobertas e, portanto, que não nos leve a transformar algo em nós, nos outros e no mundo ” - Madalena Freire

Professor formador de área: Fabrício de Moura Bassi

Professores:

Dayse Gonçalves da Cruz
Edna Maria dos Santos
Gabriela da Rocha Graciano de Melo

Jemmerson Antonio de Souza
Maria Cristina da Silva
Marly Guedes da Silva
Rosana Vieira Bastos
Rosângela Helena Carneiro
Terezinha Alves Miranda Ferreira

E. M. Amanda Carneiro Teixeira
E.M. Professor Domingos Pimentel de Ulhôa
E. M. Dr. Gladsen Guerra de Rezende
E. M. Professor Leôncio do Carmo Chaves
E.M. Profª. Maria Regina Arantes Lemes
E. M. Professor Otávio Batista Coelho Filho
E. M. Professora Cecy Cardoso Porfirio
E. M. do Bairro Shopping Park
E. M. Dr. Joel Cupertino Rodrigues
E. M. Mario Alves Araújo Silva

PLANEJAMENTO ANUAL ENSINO RELIGIOSO – 2015
2º ANO

Desde o ano de 2008, os professores que atuam na disciplina de Ensino Religioso da Rede Municipal de Ensino estão elaborando, coletivamente o planejamento anual deste componente curricular para ser utilizado em toda a rede. Lembramos, porém, que todo planejamento deve ser flexível, passível de alterações pelas demandas da comunidade escolar.

A dinâmica para a elaboração deste planejamento leva em consideração a aplicabilidade no transcorrer de todo o ano letivo. Professores, pais, gestores e especialistas da educação possuem autonomia para fazerem adequações, bem como apontamentos pertinentes à realidade local, desde que em consonância com as diretrizes e legislações vigentes para esta área do conhecimento.

Ao final de cada ano letivo, geralmente são destinados alguns dias para a revisão,

apresentação, discussão e plenária destes planejamentos. Estes são reelaborados para o ano seguinte, considerando as adequações, bem como os apontamentos mencionados. A realização deste trabalho conta com o acompanhamento do professor(a) formador(a) de área e com a participação dos professores de Ensino Religioso e outros profissionais presentes.

Foi utilizado como suporte para elaboração, vasto referencial teórico. Dentre eles: **Editora Paulinas** – Autora: Maria Inês Carniato; Livros da Pré-Escola à 8ª série; **Redescobrimo o Universo Religioso** – Editora Vozes – Volumes 1 ao 9; **Todos os Jeitos de Crer** – Volumes 1 ao 4 – Editora: Ática; **Cadernos de Estudos para o Ensino Religioso** elaborados pelo Fórum Permanente do Ensino Religioso – FONAPER; o **Estatuto da Criança e Adolescente – ECA**; **PCNERS** do Ensino Religioso; Revista **Diálogo** e Jornal **Mundo Jovem**, dentre outros.

1) TEMA GERAL: Viver e Conviver.

Sub-temas:

1º Bimestre: -Quem eu sou?

2º Bimestre: -Partilha e Convivência.

3º Bimestre: Eu não sou/ estou sozinho no mundo.

4º Bimestre: Diferentes maneiras de crer.

2) OBJETIVOS:

Favorecer o conhecimento da criança a partir de suas experiências, conscientizando-a da importância do diálogo, da reflexão e da formação de opinião a respeito da realidade.

Resgatar valores humanos para melhor conviver na sociedade e no mundo.

3) CONTEÚDOS:

3.1. - 1º Bimestre – Subtema: Quem Eu sou?

3.1.1. Identificação de si e do outro;

3.1.2. Boas maneiras e respeito;

3.1.3. Qualidades de cada um;

3.1.4. Diferenças individuais;

3.1.5. Datas cívicas e comemorativas.

Objetivos:

Propiciar o conhecimento de si mesmo;

Entender-se como um ser único;

Reconhecer suas qualidades respeitando as diferenças em relação aos outros e identificando as características.

Metodologia:

Contação de histórias com a confecção de dobraduras; cartazes, teatro e apresentação de filmes; história do nome e bingo do nome;

Dinâmica de apresentação (nome, sobrenome, estrutura familiar, preferências);

Dinâmica do espelho valorizando o “eu”;

Canções e músicas que exploram as partes do corpo;

Auto-retrato e retrato do outro: como você se vê e como o outro vê você, utilizando o desenho;

Modelagem;

Entrevista: as pessoas são todas iguais;

Tabulação dos resultados da entrevista

Poesias: exposição e criação;

Dedoche ou outros gêneros de fantoches do eu e do outro.

O trabalho pode ser desenvolvido em formato de projetos que abordem, além dos temas descritos no planejamento, temas transversais como: sexualidade; meio ambiente, entorpecentes e festas populares e religiosas.

Avaliação:

Ao longo de todo o processo o aluno será avaliado (e se avaliará) identificando suas deficiências, dificuldades, suas qualidades, aprendendo, sobretudo a respeitar as diferenças do outro, como também, conscientizando-se dos próprios avanços e conquistas e reafirmando a confiança em si e na própria capacidade de avançar. Para isso, é necessário propiciar um ambiente onde o aluno tenha a liberdade e oportunidade de expor seus sentimentos, ansiedades e conhecimentos (e de reconhecer positivamente os aspectos nos quais precisa e pode crescer).

3.2. - 2º Bimestre – Subtema: Partilha e Convivência

3.2.1. Não estou (só) sozinho;

3.2.2. Família: onde aprendemos a conviver e partilhar;

3.2.2.1. Conceito familiar em suas diversidades.

3.2.3. Diferentes, porém amigos (bullying);

3.2.4. Datas cívicas e comemorativas

Objetivos:

Oportunizar situações que evidenciam a dimensão comunitária da vida humana, bem como a importância da participação individual para um mundo e uma sociedade melhor.

Perceber que não estamos sozinhos no mundo, portanto, precisamos aprender a conviver bem e partilhar.

Refletir acerca da capacidade de participação, individual e comunitária na construção de um mundo mais humanizado.

Reconhecer a família como nosso primeiro espaço de convivência;
Perceber que a diferença é pressuposto para a amizade e não para a rivalidade.

Metodologia:

Dinâmica da teia (demonstrar que dependemos uns dos outros e estamos interligados).

Trabalhar canções (Ex: se esta rua fosse minha) que expressem como pode ser ruim a solidão e como aprendemos a conviver é convivendo;

Contação de histórias (Ex: o leão e o ratinho) que demonstrem que embora diferentes podemos ser amigos, conviver bem e compartilhando sempre;

Colagens: diferentes agrupamentos familiares (reconhecer e valorizar a sua e a do outro);

Trabalhar o livro: “Uma família parecida com a da gente” (analogia as famílias dos animais);

Música: (É tão lindo) valorizando as diferenças;

Filme: Smilinguido: a moda amarela;

Recreio comunitário.

Avaliação:

Através de uma avaliação processual e diária, perceber e observar se o educando passou a demonstrar em suas atitudes que compreendeu a necessidade de partilhar, conviver bem e respeitar o outro em suas diferenças e particularidades.

3.3. - 3º Bimestre – Subtema: Eu não sou/estou sozinho no mundo.

3.3.1. Eu e meus irmãos e irmãs.

3.3.2. A convivência com avós e pessoas mais velhas.

3.3.3. Músicas da cultura afro-brasileira e indígena.

3.3.4 Respeito e consciência ambiental;

3.3.5. Datas cívicas e comemorativas.

Objetivos:

Aprender e praticar respeito pelo semelhante;

Conscientizar sobre os deveres e direitos de cada um;

Reconhecer como cidadão que em nossa sociedade existem regras e normas sociais a serem cumpridas e respeitadas.

3.4. - 4º Bimestre – Subtema: Diferentes maneiras de crer.

3.4.1 Eu e o Transcendente;

3.4.2. Diversidade religiosa;

3.4.3. Respeito à crença do outro;

3.4.4. Festas populares e religiosas;

3.4.5. Datas cívicas e comemorativas.

Objetivos:

Perceber que a busca do transcendente é iniciada, mediante a relação das pessoas consigo mesmas, com os seus semelhantes e com o sagrado, pela atitude de escuta, acolhida, admiração, respeito, gratidão pelo dom da vida.

Reconhecer as expressões de religiosidade e de fé próprias do grupo religioso a que pertencem de modo a refletir a imagem do transcendente, libertador, amigo, forte, misericordioso, presente na vida de cada um e nos acontecimentos.

Avaliação:

A avaliação será processual, diante da participação e demonstração de respeito à crença do outro.

Metodologias:

O Conteúdo será trabalhado através de contação de histórias, interpretação de músicas, caça-palavras, filmes.

Apresentação da história Castelo de açúcar (disponível no laboratório de informática) relatando a importância do viver e conviver em grupo;

Elaboração de cartazes questionando a frase: o que eu quero para mim, e o que devo querer para o outro;

Caça-palavra com texto dirigido;

Construção de maquete com caixinha de sapato;

Promover campanha de arrecadação de alimentos e produtos higiênicos;

Fazer visitas em abrigos, asilos e compartilhar os produtos arrecadados;

Comparar as diferentes realidades vivenciadas;

Desenho livre com o registro do passeio;

Propiciar um ambiente de confraternização, agradecimento com a confecção de recadinhos, cartinhas e bilhetes para a comunidade escolar;

Questionário dirigido com entrevista direcionada aos avós e pessoas mais velhas;

Visita de um avô e uma avó para a contação de “causos” e histórias.

Avaliação:

Construção e confecção simbólica do planeta Terra com bola de isopor, ou outro material disponível na escola. Recorte de bonecos e gravuras em revista que serão fixadas por cada aluno, onde desejar, no planeta Terra, percebendo que dependemos um dos outros.

4) OBSERVAÇÕES FINAIS:

1. No início do ano letivo, após a apresentação da disciplina, trabalhar os combinados de sala, direitos e deveres dos alunos. Deve-se fazer um trabalho de valorização da disciplina, por toda a

equipe administrativa e pedagógica durante todo o ano letivo, bem como trabalhar todos os valores humanos inerentes à realidade da comunidade escolar.

2. Durante todo o ano letivo serão contemplados os conteúdos referentes às leis: 10.639/03, 11.645/08 e 8.069/90.

3. Sugere-se que se façam registros de suas atividades por meio de filmagens, portfólios e fotos (buscando a autorização da veiculação de imagens na secretaria da escola).

4. O trabalho pode ser desenvolvido em formato de projetos que abordem, além dos temas descritos no planejamento, temas transversais como: sexualidade; sustentabilidade (meio ambiente); ética e valores morais; entorpecentes e festas populares e religiosas.

5. Sugere-se que no decorrer do ano letivo, o(a) docente fomente o espírito de fraternidade e promova gestos concretos de solidariedade no espaço escolar, como: campanhas de sensibilização (conscientização) e arrecadação de bens (destinados à doação); visitas à instituições sociais e religiosas; atos e eventos públicos relacionados aos temas pertinentes à disciplina de Ensino Religioso.

5) REFERÊNCIAS:

BRÁS, Júlio Emílio. **Felicidade não tem cor**. Ed. Moderna. 2ª edição- São Paulo: 2002(Coleção girassol) pag. 62.

BRASIL. Ministério da Educação e do desporto, Secretaria de Educação e Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso**. MEC/SEF, 1997.

CARNIATO, Maria Inês. *Viver é muito bom: Pré-escola* – Livro do Educador. Ed. Paulinas.

CERINO, Jarbas C., SILVA, Elisângela da. **Lembre-se das boas maneiras- Com licença**. Ed. 2010, editora Ciranda Cultural, São Paulo – Brasil.

Coleção: A magia das virtudes

Coleção: Sementinha do Amor

EDITORA MODERNA. **Coleção Entre Amigos**: Ensino Religioso – 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, 2ª. ed.. São Paulo: Editora Moderna, 2009.

Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90 – ECA.

Estatuto da Igualdade Racial – Lei nº.12.228/10.

NAIA. **CARTA DA TERRA PARA AS CRIANÇAS**. Disponível em:

< <http://www.parceirosvoluntarios.org.br/images/Capa/file/CTparacriançasNAIA.pdf> >. Acesso em:
15. Out.2013.

RADESPIEL, Maria - **Coleção Valores de A a Z**. Minas Gerais: IEMAR, 2009.

_____. **Coleção Alfabetização sem segredos: Ensino Fundamental - Educação Religiosa**. Minas Gerais: IEMAR, 2008.

ROCHA, Julieta. **Coleção Boas Maneiras**. VLS. I ao VII. Rio Grande do Sul: Ed. EDELMA GRÁFICA e Ltda.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Almanaque pedagógico Afro Brasileiro: Uma proposta de intervenção pedagógica na superação do racismo no cotidiano escolar**. 2ª Ed. Belo Horizonte, Mazza Edições 2006, pag.161.

Projeto “A cor da cultura” disponível em: www.acordacultura.org.br

SANTOS, Maicon. **Coleção Amiguinhos do Criador: Valores Humanos**. STARKE DESIGN EDITORA – v. 1 ao 8.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes perigosas na escola-bullying**. Ed. Objetiva LTDA, Rio de Janeiro, 2010, pag. 188.

SOUZA, Guida Weber. *Redescobrimdo o universo religioso: Ensino Fundamental*. vol. 1. Ed. Vozes.

TRINDADE, Kátia: **O que cabe no meu mundo**. 10 Histórias sobre valores-ISBN 9788575304334, Belo Horizonte 2011.

Prefeitura Municipal de Uberlândia
Secretaria Municipal de Educação
Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais *Julieta Diniz* - CEMEPE

“ Professor nenhum é dono de sua prática se não tem em mãos, a reflexão sobre a mesma. Não existe ato de reflexão, que não nos leve a constatações, dúvidas e descobertas e, portanto, que não nos leve a transformar algo em nós, nos outros e no mundo ” - Madalena Freire

Professor formador de área: Fabrício de Moura Bassi

Professores:

Dayse Gonçalves da Cruz
Edna Maria dos Santos
Gabriela da Rocha Graciano de Melo

Jemmerson Antonio de Souza
Maria Cristina da Silva
Marly Guedes da Silva
Rosana Vieira Bastos
Rosângela Helena Carneiro
Terezinha Alves Miranda Ferreira

E. M. Amanda Carneiro Teixeira
E.M. Professor Domingos Pimentel de Ulhôa
E. M. Dr. Gladsen Guerra de Rezende
E. M. Professor Leônicio do Carmo Chaves
E.M. Profª. Maria Regina Arantes Lemes
E. M. Professor Otávio Batista Coelho Filho
E. M. Professora Cecy Cardoso Porfirio
E. M. do Bairro Shopping Park
E. M. Dr. Joel Cupertino Rodrigues
E. M. Mario Alves Araújo Silva

PLANEJAMENTO ANUAL ENSINO RELIGIOSO – 2015

3º ANO

Desde o ano de 2008, os professores que atuam na disciplina de Ensino Religioso da Rede Municipal de Ensino estão elaborando, coletivamente o planejamento anual deste componente curricular para ser utilizado em toda a rede. Lembramos, porém, que todo planejamento deve ser flexível, passível de alterações pelas demandas da comunidade escolar.

A dinâmica para a elaboração deste planejamento leva em consideração a aplicabilidade no transcorrer de todo o ano letivo. Professores, pais, gestores e especialistas da educação possuem autonomia para fazerem adequações, bem como apontamentos pertinentes à realidade local, desde que em consonância com as diretrizes e legislações vigentes para esta área do conhecimento.

Ao final de cada ano letivo, geralmente são destinados alguns dias para a revisão, apresentação, discussão e plenária destes planejamentos. Estes são reelaborados para o ano seguinte, considerando as adequações, bem como os apontamentos mencionados. A realização deste

trabalho conta com o acompanhamento do professor(a) formador(a) de área e com a participação dos professores de Ensino Religioso e outros profissionais presentes.

Foi utilizado como suporte para elaboração, vasto referencial teórico. Dentre eles: **Editora Paulinas** – Autora: Maria Inês Carniato; Livros da Pré-Escola à 8ª série; **Redescobrimo o Universo Religioso** – Editora Vozes – Volumes 1 ao 9; **Todos os Jeitos de Crer** – Volumes 1 ao 4 – Editora: Ática; **Cadernos de Estudos para o Ensino Religioso** elaborados pelo Fórum Permanente do Ensino Religioso – FONAPER; o **Estatuto da Criança e Adolescente – ECA**; **PCNERS** do Ensino Religioso; Revista **Diálogo** e Jornal **Mundo Jovem**, dentre outros.

1) **TEMA GERAL:** Crescer e entender as relações.

Sub-temas:

1º Bimestre: -Identidade: o nome;

2º Bimestre: -Religiões ensinam a conviver;

3º Bimestre: -Amizade, solidariedade e diversidade;

4º Bimestre: -Sexualidade- Respeito com o corpo(Gênero).

2) **OBJETIVOS:**

Conhecer a si mesmo.

Conhecer o Fenômeno Religioso presente na sociedade.

Perceber sua importância no processo individual e coletivo.

Perceber a importância do outro.

Adquirir confiança em si mesmo.

Identificar valores e mensagens presentes em nosso meio.

3) **CONTEÚDOS:**

3.1. - 1º Bimestre – Subtema: Identidade.

3.1.1. A importância do nome (significado e ancestralidade);

3.1.2. Nacionalidade (cidadania e consciência cívica);

3.1.3. Boas maneiras e respeito;

3.1.4. Datas cívicas e comemorativas.

3.2. - 2º Bimestre – Subtema: Religiões ensinam a conviver.

3.2.1. Conceito de Religião e Religiosidade;

3.2.1.2. Ritos e rituais.

3.2.2. Respeito à diversidade;

3.2.3. Significados dos símbolos e sinais religiosos;

3.2.4. Religiões presentes na sala de aula;

3.2.5. Datas cívicas e comemorativas.

3.3. - 3º Bimestre–Subtema: Amizade, Solidariedade e Diversidade.

- 3.3.1. Amizade e gestos concretos que aproximam ou afastam as pessoas;
- 3.3.2. Tradições orais e transcendência: A religião na Cultura Popular Brasileira;
- 3.3.3. Danças e vestimentas da cultura afro-brasileira, africana, indígena e cigana.
- 3.3.4. Datas cívicas e comemorativas.

3.4. - 4º Bimestre – Subtema: Sexualidade/ Respeito com o corpo (Gênero).

- 3.4.1. Gênero (diferenças e semelhanças do corpo e comportamento);
- 3.4.2. Afetividade e valores;
- 3.4.3. Direitos e Deveres (Arts. 3º, 7º, 11, 15, 16, 17 e 18, 19, 53, 71 da Lei nº. 8.069 de 13/07/90 - ECA);
- 3.4.4. Datas cívicas e comemorativas.

4) METODOLOGIA: o ensino do conteúdo programático será feito através de:

- Aulas expositivas;
- Seminários organizados pelos alunos;
- Painéis informativos;
- Teatro;
- Rodas de Conversa;
- Dinâmicas;
- Utilização de Recursos audiovisuais;
- Pesquisa em bibliográficas e multimídias;
- Aulas em campo (passeios, excursões e atividades fora da sala de aula);
- Aulas dialogadas, expositivas e reflexivas, com base em vários textos;
- Atividades escritas, leituras de imagens, jornais, músicas, filmes, visitas solidárias, danças, teatro, poesia, trabalho em grupo e pesquisas;
- Teatro – leitura, dramatização e discussão de textos.
- Pannel de opiniões;
- Rodas de conversa;
- Debates;
- Uso do Dicionário e livros da Biblioteca;
- Trabalhos Individuais e em grupos;
- Momento para reflexão (coletiva e individual);
- Utilização de laboratório de informática;
- Mensagens e Textos com ensinamento moral e ético;
- Palestras e eventos com temas e pessoas que entendam do assunto;

- Dinâmicas e Vivências Grupais;
- Projetos extra-classe;
- Exibição de filmes e documentários temáticos;
- Visitas orientadas a locais sagrados de diversas religiões, convite às lideranças religiosas para visitarem a turma e esclarecerem dúvidas;
- O trabalho pode ser desenvolvido em formato de projetos que abordem, além dos temas descritos no planejamento, temas transversais como: sexualidade; meio ambiente, entorpecentes e festas populares e religiosas

Estes procedimentos metodológicos têm o objetivo de instrumentalizar um Ensino Religioso sempre pautado nos princípios de respeito à diversidade religiosa dos nossos alunos.

5) AVALIAÇÃO:

A avaliação é fonte para uma análise individual de cada educando, propiciando a continuidade dos processos de aprendizagem. Portanto, a avaliação deverá verificar sempre o aprendizado dos alunos e suas atitudes comportamentais periodicamente, por meio de produção de texto, questionários, debates, autoavaliação, dinâmicas e atribuição de notas e/ou conceitos (apenas nas escolas que a prevê).

Espera-se que o educando conheça os símbolos, ritos e escritos mais importantes de cada tradição religiosa, a partir do seu contexto sócio cultural e que, na comparação de seu significado, desenvolva um entendimento e respeito crescente na convivência da sala de aula e nos diferentes grupos.

~~Espera-se~~ **Avaliação** acontecerá de forma processual através da apresentação de seminários, pesquisas individuais, trabalhos em grupo e atividades em sala de aula. Onde será observado se o aluno considera e respeita os diferentes posicionamentos religiosos. Constata e respeita a necessidade, dele e dos outros, de momentos de silêncio, partilha e contemplação no processo de amadurecimento do conhecimento. Elabora questionamentos e/ou faz contemplação de ideias pertinentes ao tema. Percebe e organiza a presença de valores e/ou contra valores nas religiões. Identifica em si mesmo o seu potencial como sujeito de transformação do mundo.

6) OBSERVAÇÕES FINAIS:

1. No início do ano letivo, após a apresentação da disciplina, trabalhar os combinados de sala, direitos e deveres dos alunos. Deve-se fazer um trabalho de valorização da disciplina, por toda a equipe administrativa e pedagógica durante todo o ano letivo, bem como trabalhar todos os valores humanos inerentes à realidade da comunidade escolar.
2. Durante todo o ano letivo serão contemplados os conteúdos referentes às leis: 10.639/03, 11.645/08 e 8.069/90.
3. Sugere-se que se façam registros de suas atividades por meio de filmagens, portfólios e fotos (buscando a autorização da veiculação de imagens na secretaria da escola).
- ~~Trabalho~~ **Trabalho** pode ser desenvolvido em formato de projetos que abordem, além dos temas descritos no planejamento, temas transversais como: sexualidade; sustentabilidade (meio ambiente); ética e valores morais; entorpecentes e festas populares e religiosas.
5. Sugere-se que no decorrer do ano letivo, o(a) docente fomente o espírito de fraternidade e promova gestos concretos de solidariedade no espaço escolar, como: campanhas de sensibilização

(conscientização) e arrecadação de bens (destinados à doação); visitas à instituições sociais e religiosas; atos e eventos públicos relacionados aos temas pertinentes à disciplina de Ensino Religioso.

7) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Ministério da Educação e do desporto, Secretaria de Educação e Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso*. MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Criatividade, Cultura e Cidadania*. São Paulo: Ed. Aquarela, 2005.

CARNIATO, Maria Inês. *Somos um povo em comunicação* – 4ª série. São Paulo: Ed. Paulinas, 2006 - 3ª série.

_____. *Podemos entender sinais* - Ed. Paulinas – 2ª série.

Coleção Sementinha do Amor.

DONIZETTI, José; MARGARIDA, Regina. *Meu mundo e os outros*. São Paulo: Editora do Brasil, 1999.

Jornal Mundo Jovem. pg.10. Consulta em março de 2008.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90 – ECA.

RADESPIEL, Maria - *Coleção Valores de A a Z* – Ed. IEMAR

RADESPIEL, Maria - *Alfabetização sem segredos* – Ensino Fundamental - Educação Religiosa. Ed. IEMAR

SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. *Aprendendo a ser e a conviver*. Editora FTD (fundação Odebrecht).

SILVA, Isaías. *Redescobrimo o Universo Religioso*. Vol. 3. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

SOUZA, Guida Weber. *Redescobrimo o universo religioso: Ensino Fundamental*. Vol. 1. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

<www.promenino.org.br>

<www.programa.ato.com.br> Bayer HealthCare: *Programa de Atenção e Orientação a Saúde Sexual e Reprodutiva*.

Prefeitura Municipal de Uberlândia
Secretaria Municipal de Educação
Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais *Julieta Diniz* - CEMEPE

“ Professor nenhum é dono de sua prática se não tem em mãos, a reflexão sobre a mesma. Não existe ato de reflexão, que não nos leve a constatações, dúvidas e descobertas e, portanto, que não nos leve a transformar algo em nós, nos outros e no mundo ” - Madalena Freire

Professor formador de área: Fabrício de Moura Bassi

Professores:

Dayse Gonçalves da Cruz
Edna Maria dos Santos
Gabriela da Rocha Graciano de Melo

Jemmerson Antonio de Souza
Maria Cristina da Silva
Marly Guedes da Silva
Rosana Vieira Bastos
Rosângela Helena Carneiro
Terezinha Alves Miranda Ferreira

E. M. Amanda Carneiro Teixeira
E.M. Professor Domingos Pimentel de Ulhôa
E. M. Dr. Gladsen Guerra de Rezende
E. M. Professor Leôncio do Carmo Chaves
E.M. Profª. Maria Regina Arantes Lemes
E. M. Professor Otávio Batista Coelho Filho
E. M. Professora Cecy Cardoso Porfirio
E. M. do Bairro Shopping Park
E. M. Dr. Joel Cupertino Rodrigues
E. M. Mario Alves Araújo Silva

PLANEJAMENTO ANUAL ENSINO RELIGIOSO – 2015

4º ANO

Desde o ano de 2008, os professores que atuam na disciplina de Ensino Religioso da Rede Municipal de Ensino estão elaborando, coletivamente o planejamento anual deste componente curricular para ser utilizado em toda a rede. Lembramos, porém, que todo planejamento deve ser flexível, passível de alterações pelas demandas da comunidade escolar.

A dinâmica para a elaboração deste planejamento leva em consideração a aplicabilidade no transcorrer de todo o ano letivo. Professores, pais, gestores e especialistas da educação possuem autonomia para fazerem adequações, bem como apontamentos pertinentes à realidade local, desde que em consonância com as diretrizes e legislações vigentes para esta área do conhecimento.

Ao final de cada ano letivo, geralmente são destinados alguns dias para a revisão, apresentação, discussão e plenária destes planejamentos. Estes são reelaborados para o ano seguinte, considerando as adequações, bem como os apontamentos mencionados. A realização deste trabalho conta com o acompanhamento do professor(a) formador(a) de área e com a participação dos professores de Ensino Religioso e outros profissionais presentes.

Foi utilizado como suporte para elaboração, vasto referencial teórico. Dentre eles: **Editora Paulinas** – Autora: Maria Inês Carniato; Livros da Pré-Escola à 8ª série; **Redescobrimo o Universo Religioso** – Editora Vozes – Volumes 1 ao 9; **Todos os Jeitos de Crer** – Volumes 1 ao 4 – Editora: Ática; **Cadernos de Estudos para o Ensino Religioso** elaborados pelo Fórum Permanente do Ensino Religioso – FONAPER; o **Estatuto da Criança e Adolescente – ECA**; **PCNERS** do Ensino Religioso; Revista **Diálogo** e Jornal **Mundo Jovem**, dentre outros.

1) TEMA GERAL: Você em comunicação.

Sub-temas:

1º Bimestre: Diálogo-ECA.

2º Bimestre: Falando do Transcendente.

3º Bimestre: A voz da natureza.

4º Bimestre: Onde encontrar o Transcendente.

2) OBJETIVOS:

Reconhecer e buscar a nossa própria identidade e o reconhecimento do outro;

Assumir uma atitude de responsabilidade para preservar a natureza que consiste em reconhecê-la como fonte de vida.

Criar um ambiente familiar harmônico para um melhor diálogo entre pais e filhos.

Pretende-se com este conjunto de medidas, desenvolver nos alunos a responsabilidade cívica, a promoção dos valores da disciplina, do respeito mútuo e da autonomia.

3) CONTEÚDOS:

3.1. - 1º Bimestre – Subtema: Diálogo-ECA.

3.1.1. Diálogo com a família, escola, amigos;

3.1.2. Declaração Universal dos Direitos da Criança;

3.1.3. O diálogo nas relações humanas;

3.1.4. Datas cívicas e comemorativas;

3.1.5. Boas maneiras

3.1.6. Bullying (cyberbullying).

3.2. - 2º Bimestre – Subtema: Falando do transcendente.

3.2.1. O que é o Transcendente?

3.2.2. A presença do transcendente;

3.2.3. Conceitos de Religião, Crença, Fé e Religiosidade;

3.2.4. Datas cívicas e comemorativas.

3.3. - 3º Bimestre- Subtema: A voz da natureza.

3.3.1. Declaração Universal dos Direitos dos Animais;

- 3.3.2. A sagrada voz da natureza;
- 3.3.3. O indígena e a Mãe Terra.
- 3.3.4. Relação do ser humano com o meio ambiente;
- 3.3.5. Datas cívicas e comemorativas.

3.4. - 4º Bimestre – Subtema: Onde encontrar o Transcendente.

- 4.4.1. As manifestações do Transcendente: a criação (o universo); as pessoas; as religiões; os livros sagrados; a oração; o amor e o próprio eu (o espírito);
- 4.3.2. Costumes sociais, familiares e religiosos;
- 4.3.3. Religiões presentes na sala de aula;
- 4.3.4. Festas populares;
- 4.3.5. Amizade e Respeito: sexualidade e drogas;
- 4.3.6. Datas cívicas e comemorativas
- 4.3.7. Leis 10.639 e 11.645 (A consciência negra e história e cultura afrobrasileira e indígena);

4) METODOLOGIA - o ensino do conteúdo programático será feito através de:

- Aulas expositivas;
- Seminários organizados pelos alunos;
- Painéis informativos;
- Teatro;
- Rodas de Conversa;
- Dinâmicas;
- Utilização de Recursos audiovisuais;
- Pesquisa em bibliográficas e multimídias;
- Aulas em campo (passeios, excursões e atividades fora da sala de aula);
- Aulas dialogadas, expositivas e reflexivas, com base em vários textos;
- Atividades escritas, leituras de imagens, jornais, músicas, filmes, visitas solidárias, danças, teatro, poesia, trabalho em grupo e pesquisas;
- Teatro – leitura, dramatização e discussão de textos.
- Painel de opiniões;
- Rodas de conversa;
- Debates;
- Uso do Dicionário e livros da Biblioteca;
- Trabalhos Individuais e em grupos;
- Momento para reflexão (coletiva e individual);
- Utilização de laboratório de informática;
- Mensagens e Textos com ensinamento moral e ético;
- Palestras e eventos com temas e pessoas que entendam do assunto;
- Dinâmicas e Vivências Grupais;
- Projetos extra-classe;

- Exibição de filmes e documentários temáticos;
- Visitas orientadas a locais sagrados de diversas religiões, convite às lideranças religiosas para visitarem a turma e esclarecerem dúvidas;
- O trabalho pode ser desenvolvido em formato de projetos que abordem, além dos temas descritos no planejamento, temas transversais como: sexualidade; meio ambiente, entorpecentes e festas populares e religiosas

Estes procedimentos metodológicos têm o objetivo de instrumentalizar um Ensino Religioso sempre pautado nos princípios de respeito à diversidade religiosa dos nossos alunos.

5) AVALIAÇÃO:

A avaliação é fonte para uma análise individual de cada educando, propiciando a continuidade dos processos de aprendizagem. Portanto, a avaliação deverá verificar sempre o aprendizado dos alunos e suas atitudes comportamentais periodicamente, por meio de produção de texto, questionários, debates, autoavaliação, dinâmicas e atribuição de notas e/ou conceitos (apenas nas escolas que a prevê).

Espera-se que o educando conheça os símbolos, ritos e escritos mais importantes de cada tradição religiosa, a partir do seu contexto sócio cultural e que, na comparação de seu significado, desenvolva um entendimento e respeito crescente na convivência da sala de aula e nos diferentes grupos.

Essa avaliação acontecerá de forma processual através da apresentação de seminários, pesquisas individuais, trabalhos em grupo e atividades em sala de aula. Onde será observado se o aluno considera e respeita os diferentes posicionamentos religiosos. Constata e respeita a necessidade, dele e dos outros, de momentos de silêncio, partilha e contemplação no processo de amadurecimento do conhecimento. Elabora questionamentos e/ou faz contemplação de ideias pertinentes ao tema. Percebe e organiza a presença de valores e/ou contra valores nas religiões. Identifica em si mesmo o seu potencial como sujeito de transformação do mundo.

6) OBSERVAÇÕES FINAIS:

1. No início do ano letivo, após a apresentação da disciplina, trabalhar os combinados de sala, direitos e deveres dos alunos. Deve-se fazer um trabalho de valorização da disciplina, por toda a equipe administrativa e pedagógica durante todo o ano letivo, bem como trabalhar todos os valores humanos inerentes à realidade da comunidade escolar.
2. Durante todo o ano letivo serão contemplados os conteúdos referentes às leis: 10.639/03, 11.645/08 e 8.069/90.
3. Sugere-se que se façam registros de suas atividades por meio de filmagens, portfólios e fotos (buscando a autorização da veiculação de imagens na secretaria da escola).
4. O trabalho pode ser desenvolvido em formato de projetos que abordem, além dos temas descritos no planejamento, temas transversais como: sexualidade; sustentabilidade (meio ambiente); ética e valores morais; entorpecentes e festas populares e religiosas.
5. Sugere-se que no decorrer do ano letivo, o(a) docente fomente o espírito de fraternidade e promova gestos concretos de solidariedade no espaço escolar, como: campanhas de sensibilização (conscientização) e arrecadação de bens (destinados à doação); visitas às instituições sociais e

religiosas; atos e eventos públicos relacionados aos temas pertinentes à disciplina de Ensino Religioso.

7) REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Educação e do desporto, Secretaria de Educação e Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso**. MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Cultura. **Criatividade, Cultura e Cidadania**. São Paulo: Editora Aquarela, 2005.

CARNIATO, Maria Inês. **Somos um povo em comunicação** – 3ª e 4ª série. São Paulo: Editora Paulinas, 2006.

CASILLAS, Valeriano M.. **O mundo que a gente quer: Ensino Religioso Escolar**. v. III, 3ª série. Editora Ática.

DIÁLOGO: **Revista de Ensino Religioso**. Nossas Raízes Indígenas. pg. 22-25, out. 2000.

DONIZETTI, José. **Meu Mundo e os Outros**. v. III, 3ª série. Editora do Brasil, pg. 97-100.

EDITORA MODERNA. **Coleção Entre Amigos: Ensino Religioso** – 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, 2ª. ed.. São Paulo: Editora Moderna, 2009.

Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90 – ECA.

Estatuto da Igualdade Racial – Lei nº.12.228/10.

ICH, Roberta Carla. **Coleção Nossos Sentimentos**. v. IV, VI, VII, VIII e XIII. Rio de Janeiro: Ed. CELD,1999.

NARLOCH, Rogério Francisco. **Redescobrimo o Universo Religioso**. Ensino Fundamental. Vols. 3, 4 e 5. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

RADESPIEL, Maria. **Coleção Alfabetização sem segredos:** Ensino Fundamental - Educação Religiosa. Minas Gerais: IEMAR, 2008.

_____. **Coleção Valores de A a Z.** Minas Gerais: IEMAR, 2009.

RIBEIRO, Marcos. **Menino brinca de boneca:** Conversando sobre o que é ser menino e menina. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Formato Ltda., 1991.

ROCHA, Julieta. **Coleção Boas Maneiras.** VLS. I ao VII. Rio Grande do Sul: Ed. EDELMA GRÁFICA e Ltda.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Almanaque pedagógico Afro Brasileiro:** Uma proposta de intervenção pedagógica na superação do racismo no cotidiano escolar. 2ª Ed. Belo Horizonte, Mazza Edições 2006, pag.161.

SANTOS, Maicon. **Coleção Amiguinhos do Criador:** Valores Humanos. STARKE DESIGN EDITORA – v. 1 ao 8.

SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. **Aprendendo a ser e a conviver.** Ed. FTD (fundação Odebrecht).

SILVA, Isaías. **Redescobrimo o Universo Religioso.** Vol. 3. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes perigosas na escola-bullying.** Ed. Objetiva LTDA, Rio de Janeiro, 2010, pag. 188.

SOUZA, Guida Weber. **Redescobrimo o universo religioso:** Ensino Fundamental. v. 2. EdVozes, 2007.

TRINDADE, Kátia: **O que cabe no meu mundo.** 10 Histórias sobre valores-ISBN 9788575304334, Belo Horizonte 2011.

EDITORA EKO. **Coleção Educação Sexual**. De onde vêm os bebês? Educação Sexual para crianças. V.1. Tradução da Editora EKO. Santa Catarina: Editora Eko, 1992.

Prefeitura Municipal de Uberlândia
Secretaria Municipal de Educação
Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais *Julieta Diniz* - CEMEPE

“Professor nenhum é dono de sua prática se não tem em mãos, a reflexão sobre a mesma. Não existe ato de reflexão, que não nos leve a constatações, dúvidas e descobertas e, portanto, que não nos leve a transformar algo em nós, nos outros e no mundo” - Madalena Freire

Professor formador de área: Fabrício de Moura Bassi

Professores:

Dayse Gonçalves da Cruz
Edna Maria dos Santos
Gabriela da Rocha Graciano de Melo

Jemmerson Antonio de Souza
Maria Cristina da Silva
Marly Guedes da Silva
Rosana Vieira Bastos
Rosângela Helena Carneiro
Terezinha Alves Miranda Ferreira

E. M. Amanda Carneiro Teixeira
E.M. Professor Domingos Pimentel de Ulhôa
E. M. Dr. Gladsen Guerra de Rezende
E. M. Professor Leôncio do Carmo Chaves
E.M. Profª. Maria Regina Arantes Lemes
E. M. Professor Otávio Batista Coelho Filho
E. M. Professora Cecy Cardoso Porfírio
E. M. do Bairro Shopping Park
E. M. Dr. Joel Cupertino Rodrigues
E. M. Mario Alves Araújo Silva

PLANEJAMENTO ANUAL ENSINO RELIGIOSO – 2015

5º ANO

Desde o ano de 2008, os professores que atuam na disciplina de Ensino Religioso da Rede Municipal de Ensino estão elaborando, coletivamente o planejamento anual deste componente curricular para ser utilizado em toda a rede. Lembramos, porém, que todo planejamento deve ser flexível, passível de alterações pelas demandas da comunidade escolar.

A dinâmica para a elaboração deste planejamento leva em consideração a aplicabilidade no transcorrer de todo o ano letivo. Professores, pais, gestores e especialistas da educação possuem autonomia para fazerem adequações, bem como apontamentos pertinentes à realidade local, desde que em consonância com as diretrizes e legislações vigentes para esta área do conhecimento.

Ao final de cada ano letivo, geralmente são destinados alguns dias para a revisão, apresentação, discussão e plenária destes planejamentos. Estes são reelaborados para o ano seguinte, considerando as adequações, bem como os apontamentos mencionados. A realização deste trabalho conta com o acompanhamento do professor(a) formador(a) de área e com a participação dos professores de Ensino Religioso e outros profissionais presentes.

Foi utilizado como suporte para elaboração, vasto referencial teórico. Dentre eles: **Editora Paulinas** – Autora: Maria Inês Carniato; Livros da Pré-Escola à 8ª série; **Redescobrimo o Universo Religioso** – Editora Vozes – Volumes 1 ao 9; **Todos os Jeitos de Crer** – Volumes 1 ao 4 – Editora: Ática; **Cadernos de Estudos para o Ensino Religioso** elaborados pelo Fórum Permanente do Ensino Religioso – FONAPER; o **Estatuto da Criança e Adolescente – ECA**; **PCNERs** do Ensino Religioso; Revista **Diálogo** e Jornal **Mundo Jovem**, dentre outros.

5º Ano

Sub-temas:

- 1º Bimestre: Experiência religiosa
- 2º Bimestre: Cultura e tradições religiosas
- 3º Bimestre: Eu e minha Identidade
- 4º Bimestre: Nosso corpo e a religiosidade

2) OBJETIVOS:

- Analisar o papel das tradições religiosas na estruturação de diferentes grupos sociais;
- Perceber-se enquanto ser religioso;
- Compreender a importância do corpo na dimensão religiosa do homem.
- Pretende-se com este conjunto de medidas desenvolver nos alunos a responsabilidade cívica, a promoção dos valores da disciplina, do respeito mútuo e da autonomia.

3) CONTEÚDOS:

3.1. - 1º Bimestre – Subtema: Experiência religiosa

- 3.1.1. Boas maneiras e Respeito;
- 3.1.2. Direitos e Deveres; (Arts. 3º, 7º; Art. 11, 15, 16, 17 e 18, 19, 53, 71 da Lei nº 8069 de 13/07/90 - ECA)
- 3.1.3. Dimensão religiosa do ser humano;
- 3.1.4. Somos um povo religioso;
- 3.1.5. Datas cívicas e comemorativas.

3.2. - 2º Bimestre – Subtema: Eu e minha identidade religiosa

- 3.2.1. Construímos nossa história.
- 3.2.2. Comunicamos nossas crenças e nossos valores.
- 3.2.3. Fases da Vida (criança, pré-adolescente e adolescente);
- 3.2.4. Lendas e mitos indígenas.

3.2.5. Datas cívicas e comemorativas.

3.3. - 3º Bimestre – Subtema: Cultura e tradições religiosas

- 3.3.1. Cultura popular;
- 3.3.2. Manifestações religiosas e culturais regionais e locais (folclore);
- 3.3.3. Lendas e mitos Afro-brasileiros;
- 3.3.4. Datas cívicas e comemorativas.

3.4. - 4º Bimestre – Subtema: Nosso corpo e a religiosidade

- 3.4.1 A valorização e expressão do corpo nas tradições religiosas;
- 3.4.2. Sexualidade;
- 3.4.3. Afetividade;
- 3.4.4. Auto Estima;
- 3.4.5. Respeito às diversidades: preconceito e discriminação;
- 3.4.6. Datas cívicas e comemorativas

4) METODOLOGIA: o ensino do conteúdo programático será feito através de:

- Aulas expositivas;
- Seminários organizados pelos alunos;
- Painéis informativos;
- Teatro;
- Rodas de Conversa;
- Dinâmicas;
- Utilização de Recursos audiovisuais;
- Pesquisa em bibliográficas e multimídias;
- Aulas em campo (passeios, excursões e atividades fora da sala de aula);
- Aulas dialogadas, expositivas e reflexivas, com base em vários textos;
- Atividades escritas, leituras de imagens, jornais, músicas, filmes, visitas solidárias, danças, teatro, poesia, trabalho em grupo e pesquisas;
- ~~Ativ~~ – leitura, dramatização e discussão de textos.
- Paineis de opiniões;
- Rodas de conversa;
- Debates;
- Uso do Dicionário e livros da Biblioteca;
- Trabalhos Individuais e em grupos;
- Momento para reflexão (coletiva e individual);
- Utilização de laboratório de informática;
- Mensagens e Textos com ensinamento moral e ético;

- Palestras e eventos com temas e pessoas que entendam do assunto;
- Dinâmicas e Vivências Grupais;
- Projetos extra-classe;
- Exibição de filmes e documentários temáticos;
- Visitas orientadas a locais sagrados de diversas religiões, convite às lideranças religiosas para visitarem a turma e esclarecerem dúvidas;
- O trabalho pode ser desenvolvido em formato de projetos que abordem, além dos temas descritos no planejamento, temas transversais como: sexualidade; meio ambiente, entorpecentes e festas populares e religiosas

Estes procedimentos metodológicos têm o objetivo de instrumentalizar um Ensino Religioso sempre pautado nos princípios de respeito à diversidade religiosa dos nossos alunos.

5) AVALIAÇÃO:

A avaliação é fonte para uma análise individual de cada educando, propiciando a continuidade dos processos de aprendizagem. Portanto, a avaliação deverá verificar sempre o aprendizado dos alunos e suas atitudes comportamentais periodicamente, por meio de produção de texto, questionários, debates, autoavaliação, dinâmicas e atribuição de notas e/ou conceitos (apenas nas escolas que a prevê).

Espera-se que o educando conheça os símbolos, ritos e escritos mais importantes de cada tradição religiosa, a partir do seu contexto sócio cultural e que, na comparação de seu significado, desenvolva um entendimento e respeito crescente na convivência da sala de aula e nos diferentes grupos.

~~Final~~ **Avaliação** acontecerá de forma processual através da apresentação de seminários, pesquisas individuais, trabalhos em grupo e atividades em sala de aula. Onde será observado se o aluno considera e respeita os diferentes posicionamentos religiosos. Constata e respeita a necessidade, dele e dos outros, de momentos de silêncio, partilha e contemplação no processo de amadurecimento do conhecimento. Elabora questionamentos e/ou faz contemplação de ideias pertinentes ao tema. Percebe e organiza a presença de valores e/ou contra valores nas religiões. Identifica em si mesmo o seu potencial como sujeito de transformação do mundo.

6) OBSERVAÇÕES FINAIS:

1. No início do ano letivo, após a apresentação da disciplina, trabalhar os combinados de sala, direitos e deveres dos alunos. Deve-se fazer um trabalho de valorização da disciplina, por toda a equipe administrativa e pedagógica durante todo o ano letivo, bem como trabalhar todos os valores humanos inerentes à realidade da comunidade escolar.
2. Durante todo o ano letivo serão contemplados os conteúdos referentes às leis: 10.639/03, 11.645/08 e 8.069/90.
3. Sugere-se que se façam registros de suas atividades por meio de filmagens, portfólios e fotos (buscando a autorização da veiculação de imagens na secretaria da escola).
- ~~Trabalho~~ **Trabalho** pode ser desenvolvido em formato de projetos que abordem, além dos temas descritos no planejamento, temas transversais como: sexualidade; sustentabilidade (meio ambiente); ética e valores morais; entorpecentes e festas populares e religiosas.
5. Sugere-se que no decorrer do ano letivo, o(a) docente fomente o espírito de fraternidade e

promova gestos concretos de solidariedade no espaço escolar, como: campanhas de sensibilização (conscientização) e arrecadação de bens (destinados à doação); visitas à instituições sociais e religiosas; atos e eventos públicos relacionados aos temas pertinentes à disciplina de Ensino Religioso.

7) REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do desporto, Secretaria de Educação e Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso**. MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Cultura. **Criatividade, Cultura e Cidadania**. São Paulo: Editora Aquarela, 2005.

CARNIATO, Maria Inês. **Somos um povo em comunicação**. v. IV/4ª série. 2.ed. São Paulo: Editora, Paulinas, 2006.

CASILLAS, Valeriano M.. **O mundo que a gente quer: Ensino Religioso Escolar**. v. III, 3ª série. Editora Ática.

CERINO, Jarbas C., SILVA, Elisângela da. **Lembre-se das boas maneiras- Com licença**. Ed. Ciranda Cultural, São Paulo, 2010.

DIÁLOGO: **Revista de Ensino Religioso**. Nossas Raízes Indígenas. pg. 22-25, out. 2000.

EDITORA EKO. **Coleção Educação Sexual**. De onde vêm os bebês? Educação Sexual para crianças. V.1. Tradução da Editora EKO. Santa Catarina: Editora Eko, 1992.

EDITORA MODERNA. **Coleção Entre Amigos: Ensino Religioso** – 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, 2ª. ed.. São Paulo: Editora Moderna, 2009.

GRANDA, Fernanda Rodrigues. LIMA, Regina Villaça. PIRES, Cristina do Valle G. **O dia -a -dia do professor na Adolescência: Afetividade, Sexualidade e Drogas**

HEALTHCARE, Bayer. **Programa de Atenção e Orientação a Saúde Sexual e Reprodutiva**.

Disponível em : < <www.programa.ato.com.br > . Acesso em : 21. Dez. 2012.

Jornal: Mundo Jovem – Nº 375 – Abril 2007.

KICH, Roberta Carla. **Coleção Nossos Sentimentos**. v. IV, VI, VII, VIII e XIII. Rio de Janeiro: Edições CELD, 1999.

MATTHEWS, Deborah P. **Coleção Educação Sexual: Educação Sexual, perguntas e respostas para crianças a partir de 10 anos**. v. 2. Tradução da Editora EKO. Santa Catarina: Editora Eko, 1992. Título original: SeKsuel e voorlichinting invraagen em antword.

NARLOCH, Rogério Francisco. **Redescobrimdo o Universo Religioso: ensino fundamental**. Vols. 3, 4 e 5. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

RADESPIEL, Maria. **Coleção Alfabetização sem segredos: Ensino Fundamental - Educação Religiosa**. Minas Gerais: IEMAR, 2008.

_____. **Coleção Valores de A a Z**. Minas Gerais: IEMAR, 2009.

Projeto “A cor da cultura” disponível em: www.acordacultura.org.br e o kit deste projeto disponível na biblioteca das escolas;

RIBEIRO, Marcos. **Menino brinca de boneca: Conversando sobre o que é ser menino e menina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Formato Ltda, 1991.

ROCHA, Julieta. **Coleção Boas Maneiras**. VLS. I ao VII. Rio Grande do Sul: Editora EDEL

Site: www.promenino.org.br

Prefeitura Municipal de Uberlândia
Secretaria Municipal de Educação
Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais *Julieta Diniz* - CEMEPE

“ Professor nenhum é dono de sua prática se não tem em mãos, a reflexão sobre a mesma. Não existe ato de reflexão, que não nos leve a constatações, dúvidas e descobertas e, portanto, que não nos leve a transformar algo em nós, nos outros e no mundo ” - Madalena Freire

Professor formador de área: Fabrício de Moura Bassi

Professores:

Dayse Gonçalves da Cruz
Edna Maria dos Santos
Gabriela da Rocha Graciano de Melo

Jemmerson Antonio de Souza
Maria Cristina da Silva
Marly Guedes da Silva
Rosana Vieira Bastos
Rosângela Helena Carneiro
Terezinha Alves Miranda Ferreira

E. M. Amanda Carneiro Teixeira
E.M. Professor Domingos Pimentel de Ulhôa
E. M. Dr. Gladsen Guerra de Rezende
E. M. Professor Leôncio do Carmo Chaves
E.M. Prof^a. Maria Regina Arantes Lemes
E. M. Professor Otávio Batista Coelho Filho
E. M. Professora Cecy Cardoso Porfirio
E. M. do Bairro Shopping Park
E. M. Dr. Joel Cupertino Rodrigues
E. M. Mario Alves Araújo Silva

PLANEJAMENTO ANUAL ENSINO RELIGIOSO – 2015

6º ANO

Desde o ano de 2008, os professores que atuam na disciplina de Ensino Religioso da Rede Municipal de Ensino estão elaborando, coletivamente o planejamento anual deste componente curricular para ser utilizado em toda a rede. Lembramos, porém, que todo planejamento deve ser flexível, passível de alterações pelas demandas da comunidade escolar.

A dinâmica para a elaboração deste planejamento leva em consideração a aplicabilidade no transcorrer de todo o ano letivo. Professores, pais, gestores e especialistas da educação possuem autonomia para fazerem adequações, bem como apontamentos pertinentes à realidade local, desde que em consonância com as diretrizes e legislações vigentes para esta área do conhecimento.

Ao final de cada ano letivo, geralmente são destinados alguns dias para a revisão, apresentação, discussão e plenária destes planejamentos. Estes são reelaborados para o ano seguinte, considerando as adequações, bem como os apontamentos mencionados. A realização deste trabalho conta com o acompanhamento do professor(a) formador(a) de área e com a participação dos professores de Ensino Religioso e outros profissionais presentes.

Foi utilizado como suporte para elaboração, vasto referencial teórico. Dentre eles: **Editora Paulinas** – Autora: Maria Inês Carniato; Livros da Pré-Escola à 8ª série; **Redescobrimos o**

Universo Religioso – Editora Vozes – Volumes 1 ao 9; **Todos os Jeitos de Crer** – Volumes 1 ao 4 – Editora: Ática; **Cadernos de Estudos para o Ensino Religioso** elaborados pelo Fórum Permanente do Ensino Religioso – FONAPER; o **Estatuto da Criança e Adolescente – ECA**; **PCNERS** do Ensino Religioso; Revista **Diálogo** e Jornal **Mundo Jovem**, dentre outros.

6º Ano

1) TEMA GERAL: Diversidade Cultural e Religiosa

Sub-temas:

1º Bimestre: O que é religião? O universo religioso presente na sala de aula.

2º Bimestre: Religiosidade Indígena

3º Bimestre: Direitos Humanos

4º Bimestre: Diálogo Inter-religioso

2) OBJETIVOS GERAIS:

- Constatar que a religiosidade é inata ao ser humano e determina sua busca incansável pelo transcendente;
- Reconhecer que a diversidade cultural e religiosa existe e possui suas particularidades que contribuem para uma convivência positiva na sociedade.
 - Trabalhar a autoestima e fazer um acolhimento para esse novo ciclo que se inicia;
 - Conscientizar do meio em que o educando faz parte, suas relações e como pode contribuir para transformação da sua realidade;
- Conhecer e respeitar as diferenças presentes na sala e aula.
 - Proporcionar aos alunos possibilidades para autoconhecimento e afirmação de sua própria identidade.

3) CONTEÚDOS:

3.1. - 1º Bimestre – Subtema: O que é religião?

3.1.1. A importância da Educação Religiosa no espaço escolar

3.1.2. Qual é o sentido da religião para o ser humano?

3.1.3. Definição de religião (doutrina, teologia, rito e culto).

3.1.4. Diferença entre religião e filosofia de vida.

3.1.5. Religiosidade x Espiritualidade. (diferenciar espiritismo de espiritualismo);

3.1.6. Conceitos de Transcendente e Sagrado

3.1.7. Para que serve a religião?

3.1.8. Liberdade de crença e culto religioso

3.1.9. Diferença de Monoteísmo e Politeísmo.

3.1.10. Datas cívicas e comemorativas.

3.2. - 2º Bimestre – Subtema: Religiosidade Indígena

- 3.2.1. As raízes do Brasil
- 3.2.2. O destino dos mortos
- 3.2.3. O que é sagrado para os índios
- 3.2.4. Ética Indígena
- 3.2.5. Pajelança
- 3.2.5.1. O uso das ervas e os rituais
- 3.2.6. A terra e os índios
- 3.2.7. Arte sacra: cultura material e imaterial
- 3.2.8. Um prêmio Nobel entre os indígenas
- 3.3. Datas cívicas e comemorativas

3.3. - 3.º Bimestre – Subtema: Direitos Humanos

- 3.3.1. Os direitos que são de todos
- 3.3.2. As raízes desse direito
- 3.3.3. A Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- 3.3.4. Os direitos humanos em nosso país.
- 3.3.5. A Declaração dos Direitos das Crianças
- 3.3.6. Educação quilombola, indígena, povos das florestas, do campo e ciganos.
- 3.3.7. Direitos e deveres: Artigos. 3º, 7º; 11º; 15º; 16º; 17º;18º;19º; 53º; 71º da Lei nº 8069 de 13/07/90 -ECA;
- 3.3.8. Datas cívicas e comemorativas

3.4. - 4º Bimestre – Subtema: Diálogo Inter-religioso

- 3.4.1. Ecumenismo x Diversidade Religiosa.
- 3.4.2. Manifestações culturais-religiosas locais, regionais e nacionais.
- 3.4.3. ~~Condições~~ ^{Condições} de intolerância religiosa (fundamentalismo, guerras e conflitos religiosos, liberdade de culto e de crença);
- 3.4.4. Datas cívicas e comemorativas.

4) METODOLOGIA: o ensino do conteúdo programático será feito através de:

- Aulas expositivas;
- Seminários organizados pelos alunos;
- Painéis informativos;
- Teatro;
- Rodas de Conversa;
- Dinâmicas;
- Utilização de Recursos audiovisuais;
- Pesquisa em bibliográficas e multimídias;
- Aulas em campo (passeios, excursões e atividades fora da sala de aula);

- Aulas dialogadas, expositivas e reflexivas, com base em vários textos;
- Atividades escritas, leituras de imagens, jornais, músicas, filmes, visitas solidárias, danças, teatro, poesia, trabalho em grupo e pesquisas;
- Teatro – leitura, dramatização e discussão de textos.
- Painel de opiniões;
- Rodas de conversa;
- Debates;
- Uso do Dicionário e livros da Biblioteca;
- Trabalhos Individuais e em grupos;
- Momento para reflexão (coletiva e individual);
- Utilização de laboratório de informática;
- Mensagens e Textos com ensinamento moral e ético;
- Palestras e eventos com temas e pessoas que entendam do assunto;
- Dinâmicas e Vivências Grupais;
- Projetos extra-classe;
- Exibição de filmes e documentários temáticos;
- Visitas orientadas a locais sagrados de diversas religiões, convite às lideranças religiosas para visitarem a turma e esclarecerem dúvidas;
- O trabalho pode ser desenvolvido em formato de projetos que abordem, além dos temas descritos no planejamento, temas transversais como: sexualidade; meio ambiente, entorpecentes e festas populares e religiosas

Estes procedimentos metodológicos têm o objetivo de instrumentalizar um Ensino Religioso sempre pautado nos princípios de respeito à diversidade religiosa dos nossos alunos.

5) AVALIAÇÃO:

A avaliação é fonte para uma análise individual de cada educando, propiciando a continuidade dos processos de aprendizagem. Portanto, a avaliação deverá verificar sempre o aprendizado dos alunos e suas atitudes comportamentais periodicamente, por meio de produção de texto, questionários, debates, autoavaliação, dinâmicas e atribuição de notas e/ou conceitos (apenas nas escolas que a prevê).

Espera-se que o educando conheça os símbolos, ritos e escritos mais importantes de cada tradição religiosa, a partir do seu contexto sócio cultural e que, na comparação de seu significado, desenvolva um entendimento e respeito crescente na convivência da sala de aula e nos diferentes grupos.

Essa avaliação acontecerá de forma processual através da apresentação de seminários, pesquisas individuais, trabalhos em grupo e atividades em sala de aula. Onde será observado se o aluno considera e respeita os diferentes posicionamentos religiosos. Constata e respeita a necessidade, dele e dos outros, de momentos de silêncio, partilha e contemplação no processo de amadurecimento do conhecimento. Elabora questionamentos e/ou faz contemplação de ideias pertinentes ao tema. Percebe e organiza a presença de valores e/ou contra valores nas religiões. Identifica em si mesmo o seu potencial como sujeito de transformação do mundo.

6) OBSERVAÇÕES FINAIS:

1. No início do ano letivo, após a apresentação da disciplina, trabalhar os combinados de sala, direitos e deveres dos alunos. Deve-se fazer um trabalho de valorização da disciplina, por toda a equipe administrativa e pedagógica durante todo o ano letivo, bem como trabalhar todos os valores humanos inerentes à realidade da comunidade escolar.
2. Durante todo o ano letivo serão contemplados os conteúdos referentes às leis: 10.639/03, 11.645/08 e 8.069/90.
3. Sugere-se que se façam registros de suas atividades por meio de filmagens, portfólios e fotos (buscando a autorização da veiculação de imagens na secretaria da escola).
4. O trabalho pode ser desenvolvido em formato de projetos que abordem, além dos temas descritos no planejamento, temas transversais como: sexualidade; sustentabilidade (meio ambiente); ética e valores morais; entorpecentes e festas populares e religiosas.
5. Sugere-se que no decorrer do ano letivo, o(a) docente fomente o espírito de fraternidade e promova gestos concretos de solidariedade no espaço escolar, como: campanhas de sensibilização (conscientização) e arrecadação de bens (destinados à doação); visitas à instituições sociais e religiosas; atos e eventos públicos relacionados aos temas pertinentes à disciplina de Ensino Religioso.

7) REFERÊNCIAS:

ALVES, R. O que é religião. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BATISTA, Maria de Fátima Oliveira. A Emergência da Lei nº 10.639/03 e a Educação das Relações Étnico-Raciais em Pernambuco. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

BRAGA, João Viane; NARLOCH, Rogério Francisco. **Redescobrimo o universo religioso**. v 5. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: [s.n.], 2004.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº8069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 22. Dez. 2012.

_____. Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: [s.n.], 2003.

_____. Ministério da Cultura. **Criatividade, Cultura e Cidadania**. São Paulo: Editora Aquarela, 2005.

_____. Ministério da Educação e do desporto, Secretaria de Educação e Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso**. MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Projeto Corpos, gênero e sexualidade:** questões possíveis para o currículo escolar. MEC/SEDH, 2006.

_____. **Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: [s.n.], 2009.

CARNIATO, Maria Inês. **Coleção Ensino Religioso Fundamental.** 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. São Paulo: Editora Paulinas, 2010.

CISALPINO, Murilo. **Religiões.** São Paulo: Editora Scipione, 1994.

EDITORA MODERNA. **Coleção Entre Amigos:** Ensino Religioso – 1º ao 9º ano do ensino Fundamental. Editora Moderna Org. 2. Ed. São Paulo: Editora Moderna, 2009

GARDER, Jostein e outros. **O livro das religiões.** São Paulo: CIA DAS LETRAS, 2005.

GRANDA, Fernanda Rodrigues. LIMA, Regina Villaça. PIRES, Cristina do Valle G. **O dia -a -dia do professor na Adolescência:** Afetividade, Sexualidade e Drogas. Vols. I ao V. Belo Horizonte: Editora Fapi Ltda, 2002.

Jornal Mundo Jovem. Disponível em : < <http://www.mundojovem.com.br/> >. Acesso em : 25. Jan. 2013.

Jornal o Transcendente. ano 3 p.10 e 11 ago/set e out/nov., 2009.

NARLOCH, Rogério Francisco. **Redescobrimo o universo religioso.** v 6. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: < http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php > Acesso em 29 dez. 2010.

PASSOS, J. D. Ensino religioso. Construção de uma proposta. São Paulo: Paulinas, 2007.

RADESPIEL, Maria. **Coleção Alfabetização sem segredos:** Ensino Fundamental - Educação Religiosa. Minas Gerais: IEMAR, 2008.

_____. **Coleção Valores de A a Z.** Minas Gerais: IEMAR, 2009

SANCHEZ, W. L. **Pluralismo religioso.** As religiões no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2005.

SOUZA, Guida Weber. **Redescobrimo o universo religioso:** Ensino Fundamental. v. 2. Ed Vozes, 2007

WILGES, I. Cultura religiosa. As religiões do mundo. 18. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

<http://ensinoreligiososlg.blogspot.com.br/search/label/Fam%C3%ADlia>

Dicas de vídeo:

- Os filmes e os vídeos são ótimos recursos didáticos de grande valia na sala de aula, ao mesmo tempo requer atenção especial e planejamento por parte do professor a fim de usá-lo com significado e coerentemente.
- Alguns procedimentos tornam-se necessários na seleção e uso de filmes na sala de aula:
- Assistir o filme escolhido na íntegra para relacionar o tema do mesmo à sua aula.
- Escolher as cenas de maior significância ao conteúdo a ser explorado, assim poderá aproveitar melhor o tempo da aula, levando-se em conta a carga horária do Ensino Religioso.
- Orientar os alunos sobre o filme, contextualizando-o com a aula/conteúdo e propondo que assistam as cenas focando com atenção os pontos de maior significado para posterior discussão, com criticidade..

A Fuga das Galinhas (2004)
As diversidade individuais em relação ao grupo

O Pagador de Promessas (1962)
Discussão sobre a influência da religião na sociedade

As 200 Crianças do Dr. Korczak (1990)
Direitos infantis

Ensina – me a viver (2011)
Relações familiares identidade, pertença

Em um mundo melhor(2011)
Aborda o tema bullying e a família entre outras coisas.

Deus é Brasileiro (2001)
Cultura religiosa brasileira

A Missão (1986)
Cultura indígena e a catequização jesuítica

Brincando nos Campos do Senhor

Catequização indígena

Pocahontas (1995)

Tradições indígenas

Desabafo de um índio brasileiro (2006)

Identidade; Resistência; Memória , indígenas.

Prefeitura Municipal de Uberlândia
Secretaria Municipal de Educação
Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais *Julietta Diniz* - CEMEPE

“Professor nenhum é dono de sua prática se não tem em mãos, a reflexão sobre a mesma. Não existe ato de reflexão, que não nos leve a constatações, dúvidas e descobertas e, portanto, que não nos leve a transformar algo em nós, nos outros e no mundo” - Madalena Freire

Professor formador de área: Fabrício de Moura Bassi

Professores:

Dayse Gonçalves da Cruz
Edna Maria dos Santos
Gabriela da Rocha Graciano de Melo

Jemmerson Antonio de Souza
Maria Cristina da Silva
Marly Guedes da Silva
Rosana Vieira Bastos
Rosângela Helena Carneiro
Terezinha Alves Miranda Ferreira

E. M. Amanda Carneiro Teixeira
E.M. Professor Domingos Pimentel de Ulhôa
E. M. Dr. Gladsen Guerra de Rezende
E. M. Professor Leôncio do Carmo Chaves
E.M. Profª. Maria Regina Arantes Lemes
E. M. Professor Otávio Batista Coelho Filho
E. M. Professora Cecy Cardoso Porfirio
E. M. do Bairro Shopping Park
E. M. Dr. Joel Cupertino Rodrigues
E. M. Mario Alves Araújo Silva

PLANEJAMENTO ANUAL ENSINO RELIGIOSO – 2015

7º ANO

Desde o ano de 2008, os professores que atuam na disciplina de Ensino Religioso da Rede Municipal de Ensino estão elaborando, coletivamente o planejamento anual deste componente curricular para ser utilizado em toda a rede. Lembramos, porém, que todo planejamento deve ser flexível, passível de alterações pelas demandas da comunidade escolar.

A dinâmica para a elaboração deste planejamento leva em consideração a aplicabilidade no transcorrer de todo o ano letivo. Professores, pais, gestores e especialistas da educação possuem autonomia para fazerem adequações, bem como apontamentos pertinentes à realidade local, desde que em consonância com as diretrizes e legislações vigentes para esta área do conhecimento.

Ao final de cada ano letivo, geralmente são destinados alguns dias para a revisão, apresentação, discussão e plenária destes planejamentos. Estes são reelaborados para o ano seguinte, considerando as adequações, bem como os apontamentos mencionados. A realização deste trabalho conta com o acompanhamento do professor(a) formador(a) de área e com a participação

dos professores de Ensino Religioso e outros profissionais presentes.

Foi utilizado como suporte para elaboração, vasto referencial teórico. Dentre eles: **Editora Paulinas** – Autora: Maria Inês Carniato; Livros da Pré-Escola à 8ª série; **Redescobrimo o Universo Religioso** – Editora Vozes – Volumes 1 ao 9; **Todos os Jeitos de Crer** – Volumes 1 ao 4 – Editora: Ática; **Cadernos de Estudos para o Ensino Religioso** elaborados pelo Fórum Permanente do Ensino Religioso – FONAPER; o **Estatuto da Criança e Adolescente** – ECA; **PCNERS** do Ensino Religioso; Revista **Diálogo** e Jornal **Mundo Jovem**, dentre outros.

7º Ano

1) TEMA GERAL: A Humanidade e o Sagrado

Sub-temas:

1º Bimestre: Relacionamento Familiar

2º Bimestre: Islamismo

3º Bimestre: Contribuições Africanas e Indígenas

4º Bimestre: Cristianismo

2) OBJETIVOS GERAIS :

- Buscar a integração dos alunos, através do conhecimento e a experiência da vida humana em âmbito pessoal, comunitário, cultural e universal, levando-os a refletir e compreender o seu “eu” no contexto social e religioso;
- Entender a diversidade religiosa, e suas implicações no meio em que ela existe;
- Resgatar conceitos de Transcendência e sagrado;
- Conscientizar do meio em que o educando faz parte, suas relações e como pode contribuir para transformação da sua realidade.

3) CONTEÚDOS:

3.1 - 1º Bimestre – Subtema: Relacionamento Familiar

3.1.1. Tipos de Família

3.1.2. Puberdade e Adolescência: mudanças físicas, sociais e psicológicas.

3.1.3. Gravidez na adolescência

3.1.4. Sexualidade e Afetividade (Autoestima e aceitação do corpo);

3.1.5. Direitos e deveres dos membros da família:

3.1.5.1. Estatuto dos Idosos.

3.1.5.2. Estatuto da Criança e do Adolescente;

3.1.6. Datas cívicas e comemorativas.

3.2. - 2º Bimestre – Religião com origem no Oriente Médio: Islamismo

- 3.2.1. Origem;
- 3.2.2. Mitos;
- 3.2.3. Símbolos;
- 3.2.4. Ritos;
- 3.2.5. Valores;
- 3.2.6. Principais fundadores, líderes;
- 3.2.7. Textos sagrados;
- 3.2.8. Principais festas;
- 3.2.9. Antropocentrismo x Teocentrismo;
- 3.2.10. Datas cívicas e comemorativas.

Sugestão: trabalhar em parceria com o professor (a) de História e Geografia

3.3. - 3º Bimestre – Subtema: Contribuições Africanas e Indígenas na religiosidade brasileira

- 3.3.1. Manifestações Culturais Afrodescendentes Regionais
- 3.3.2. Congado, Folia de Reis e Capoeira.
- 3.3.3. Contribuições Indígenas e Africanas para a Cultura Brasileira
- 3.3.4. Carta da Terra
- 3.3.5. Concepções de Sacralidade da Natureza
- 3.3.6. Lugares Sagrados
- 3.3.7. Símbolos Religiosos Universais: sol, árvore, água...
- 3.3.8. A gastronomia nas tradições religiosas e suas influências na culinária brasileira;
- 3.3.9. Datas cívicas e comemorativas.

3.4. - 4º Bimestre – Subtema: Cristianismo

- 3.4.1. Conceituação
 - 3.4.1.1. Origem, significado do termo e fundador
 - 3.4.1.2. Mitos e Ritos
 - 3.4.1.2.1 Crenças e símbolos
 - 3.4.1.3. Livro sagrado
 - 3.4.1.4. Localidade e número de seguidores
 - 3.4.1.5. Nome do transcendente.
- 3.4.2. Principais festas;
- 3.4.3. Datas cívicas e comemorativas.

4) METODOLOGIA - o ensino do conteúdo programático será feito através de:

- Aulas expositivas;
- Seminários organizados pelos alunos;
- Painéis informativos;
- Teatro;
- Rodas de Conversa;
- Dinâmicas;

- Utilização de Recursos audiovisuais;
- Pesquisa em bibliográficas e multimídias;
- Aulas em campo (passeios, excursões e atividades fora da sala de aula);
- Aulas dialogadas, expositivas e reflexivas, com base em vários textos;
- Atividades escritas, leituras de imagens, jornais, músicas, filmes, visitas solidárias, danças, teatro, poesia, trabalho em grupo e pesquisas;
- Teatro – leitura, dramatização e discussão de textos.
- Painel de opiniões;
- Rodas de conversa;
- Debates;
- Uso do Dicionário e livros da Biblioteca;
- Trabalhos Individuais e em grupos;
- Momento para reflexão (coletiva e individual);
- Utilização de laboratório de informática;
- Mensagens e Textos com ensinamento moral e ético;
- Palestras e eventos com temas e pessoas que entendam do assunto;
- Dinâmicas e Vivências Grupais;
- Projetos extra-classe;
- Exibição de filmes e documentários temáticos;
- Visitas orientadas a locais sagrados de diversas religiões, convite às lideranças religiosas para visitarem a turma e esclarecerem dúvidas;
- O trabalho pode ser desenvolvido em formato de projetos que abordem, além dos temas descritos no planejamento, temas transversais como: sexualidade; meio ambiente, entorpecentes e festas populares e religiosas

Estes procedimentos metodológicos têm o objetivo de instrumentalizar um Ensino Religioso sempre pautado nos princípios de respeito à diversidade religiosa dos nossos alunos.

5) AVALIAÇÃO:

A avaliação é fonte para uma análise individual de cada educando, propiciando a continuidade dos processos de aprendizagem. Portanto, a avaliação deverá verificar sempre o aprendizado dos alunos e suas atitudes comportamentais periodicamente, por meio de produção de texto, questionários, debates, autoavaliação, dinâmicas e atribuição de notas e/ou conceitos (apenas nas escolas que a prevê).

Espera-se que o educando conheça os símbolos, ritos e escritos mais importantes de cada tradição religiosa, a partir do seu contexto sócio cultural e que, na comparação de seu significado, desenvolva um entendimento e respeito crescente na convivência da sala de aula e nos diferentes grupos.

Essa avaliação acontecerá de forma processual através da apresentação de seminários, pesquisas individuais, trabalhos em grupo e atividades em sala de aula. Onde será observado se o aluno considera e respeita os diferentes posicionamentos religiosos. Constata e respeita a necessidade, dele e dos outros, de momentos de silêncio, partilha e contemplação no processo de

amadurecimento do conhecimento. Elabora questionamentos e/ou faz contemplação de ideias pertinentes ao tema. Percebe e organiza a presença de valores e/ou contra valores nas religiões. Identifica em si mesmo o seu potencial como sujeito de transformação do mundo.

6) OBSERVAÇÕES FINAIS:

1. No início do ano letivo, após a apresentação da disciplina, trabalhar os combinados de sala, direitos e deveres dos alunos. Deve-se fazer um trabalho de valorização da disciplina, por toda a equipe administrativa e pedagógica durante todo o ano letivo, bem como trabalhar todos os valores humanos inerentes à realidade da comunidade escolar.
2. Durante todo o ano letivo serão contemplados os conteúdos referentes às leis: 10.639/03, 11.645/08 e 8.069/90.
3. Sugere-se que se façam registros de suas atividades por meio de filmagens, portfólios e fotos (buscando a autorização da veiculação de imagens na secretaria da escola).
4. O trabalho pode ser desenvolvido em formato de projetos que abordem, além dos temas descritos no planejamento, temas transversais como: sexualidade; sustentabilidade (meio ambiente); ética e valores morais; entorpecentes e festas populares e religiosas.
5. Sugere-se que no decorrer do ano letivo, o(a) docente fomente o espírito de fraternidade e promova gestos concretos de solidariedade no espaço escolar, como: campanhas de sensibilização (conscientização) e arrecadação de bens (destinados à doação); visitas à instituições sociais e religiosas; atos e eventos públicos relacionados aos temas pertinentes à disciplina de Ensino Religioso.

7) REFERÊNCIAS:

ALVES, R. O que é religião. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BATISTA, Maria de Fátima Oliveira. A Emergência da Lei nº 10.639/03 e a Educação das Relações Étnico-Raciais em Pernambuco. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

Bayer HealthCare (Programa de Atenção e Orientação a Saúde Sexual e Reprodutiva)
Disponível em: < www.programa.ato.com.br > Acesso em: 22. Dez.2012

BRAGA, João Viane; NARLOCH, Rogério Francisco. **Redescobrimo o universo religioso**. v.6
Petrópolis: Editora Vozes, 2007

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: [s.n.], 2004.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº8069 de 13 de julho de 1990.
Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm >. Acesso em: 22. Dez.2012.

_____. Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: [s.n.], 2003.

_____. Ministério da Cultura. **Criatividade, Cultura e Cidadania**. São Paulo: Editora Aquarela, 2005.

_____. Ministério da Educação e do desporto, Secretaria de Educação e Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso**. MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Projeto Corpos, gênero e sexualidade: questões possíveis para o currículo escolar**. MEC/SEDH, 2006.

_____. **Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: [s.n.], 2009.

_____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, v. 10, 1997.

CAMARGO, Ana Maria Facciolo de; RIBEIRO, Cláudia. **Sexualidade(s) e Infância(s): a sexualidade como tema transversal**. São Paulo: Moderna; Campinas: UNICAMP, 1999.

CARNIATO, Maria Inês. **Nossa opção religiosa: 8ª série**. São Paulo: Editora Paulinas, 2006.

_____. **Coleção Ensino Religioso Fundamental**. 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. São Paulo: Editora Paulinas, 2010.

CISALPINO, Murilo. **Religiões**. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

ECA E LEGISLAÇÃO. Disponível em: <www.promeninno.org.br>. Acesso em 25. Jan. 2013.

GARDER, Jostein e outros. **O livro das religiões**. São Paulo: CIA DAS LETRAS, 2005.

GRANDA, Fernanda Rodrigues. LIMA, Regina Villaça. PIRES, Cristina do Valle G. **O dia -a -dia do professor na Adolescência: Afetividade, Sexualidade e Drogas** Vols. I ao V. Belo Horizonte: Editora Fapi Ltda, 2002.

HADAS-LEBEL, Mireille. Flávio Josefo, o judeu de Roma. Rio de Janeiro, Imago, 1991.
LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

INCONTRI, D. e BIGHETO, A.C. **Todos os jeitos de crer: Ensino Inter-Religioso**. Vols. 02 e 03.

Jornal Mundo Jovem. Disponível em : < <http://www.mundojovem.com.br/> >. Acesso em : 25. Jan. 2013.

Jornal o Transcendente Ano 3 ns. 10 e 11 ago/set e out/nov. 2009.

LOPES, Cida. **Coleção Sexo e Sexualidade**. 12. vls. Santa Catarina. Brasileitura, 2006.

MATTHEWS, Deborah P. **Coleção Educação Sexual: Educação Sexual, perguntas e respostas para crianças a partir de 10 anos**. v.2. Tradução da Editora EKO. Santa Catarina: Editora

Eko,1992.Titulo original:SeKsuel e voorlichinting invraagen em antword.

MEYER, Dagmar E. Estermann (org.). **Saúde e Sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação, 1998. (Cadernos Educação Básica, v. 4)

_____; SOARES, Rosângela (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004

NORLOCH, Rogério. **Redescobrimdo o universo religioso**. v. 7. Petrópolis: Editoras Vozes, 2007.

_____. **Redescobrimdo o Universo Religioso**. v. 6 – Ensino Fundamental. São Paulo: Editora Ática, 2006.

PASSOS, J. D. **Ensino religioso**. Construção de uma proposta. São Paulo: Paulinas, 2007.

PEREIRA, Edmilson de Almeida. **Malungos na Escola: Questões sobre culturas afrodescendentes e educação**. São Paulo: Paulinas, 2007. 311p.

RADESPIEL, Maria. **Coleção Alfabetização sem segredos: Ensino Fundamental - Educação Religiosa**. Minas Gerais: IEMAR, 2008.

_____. **Coleção Valores de A a Z**. Minas Gerais: IEMAR, 2009.

Revista Interações – Faculdade Católica de Uberlândia. Disponível em:

< <http://www.catolicaonline.com.br/portal/setor-de-publicacoes/portal-de-revistas-da-faculdade-catolica> >. Acesso em: 12. Jan.2013.

RIBEIRO, Marcos. **Menino brinca de boneca: Conversando dobre o que é ser menino e menina**. 3 ed. Rio de Janeiro:Editora Gráfica Formato Ltda,1991.

ROMANIO, Adilson Miguel. **Redescobrimdo o universo religioso**. v 7. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. **As religiões no Brasil**. Continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, 2006.

SANCHEZ, W. L. **Pluralismo religioso**. As religiões no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2005.

VILHENA, M. A. **Ritos: expressões e propriedades**. São Paulo: Paulinas, 2005.

WILGES, I. Cultura religiosa. As religiões do mundo. 18. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

DUPUIS, JACQUES. **O cristianismo e as religiões: do desencontro ao encontro**.; São Paulo: Loyola, 2004.

Prefeitura Municipal de Uberlândia
Secretaria Municipal de Educação
Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais *Julieta Diniz* - CEMEPE

“Professor nenhum é dono de sua prática se não tem em mãos, a reflexão sobre a mesma. Não existe ato de reflexão, que não nos leve a constatações, dúvidas e descobertas e, portanto, que não nos leve a transformar algo em nós, nos outros e no mundo” - Madalena Freire

Professor formador de área: Fabrício de Moura Bassi

Professores:

Dayse Gonçalves da Cruz
Edna Maria dos Santos
Gabriela da Rocha Graciano de Melo

Jemmerson Antonio de Souza
Maria Cristina da Silva
Marly Guedes da Silva
Rosana Vieira Bastos
Rosângela Helena Carneiro
Terezinha Alves Miranda Ferreira

E. M. Amanda Carneiro Teixeira
E.M. Professor Domingos Pimentel de Ulhôa
E. M. Dr. Gladsen Guerra de Rezende
E. M. Professor Leôncio do Carmo Chaves
E.M. Profª. Maria Regina Arantes Lemes
E. M. Professor Otávio Batista Coelho Filho
E. M. Professora Cecy Cardoso Porfirio
E. M. do Bairro Shopping Park
E. M. Dr. Joel Cupertino Rodrigues
E. M. Mario Alves Araújo Silva

PLANEJAMENTO ANUAL ENSINO RELIGIOSO – 2015

8º ANO

Desde o ano de 2008, os professores que atuam na disciplina de Ensino Religioso da Rede Municipal de Ensino estão elaborando, coletivamente o planejamento anual deste componente curricular para ser utilizado em toda a rede. Lembremos, porém, que todo planejamento deve ser flexível, passível de alterações pelas demandas da comunidade escolar.

A dinâmica para a elaboração deste planejamento leva em consideração a aplicabilidade no transcorrer de todo o ano letivo. Professores, pais, gestores e especialistas da educação possuem autonomia para fazerem adequações, bem como apontamentos pertinentes à realidade local, desde que em consonância com as diretrizes e legislações vigentes para esta área do conhecimento.

Ao final de cada ano letivo, geralmente são destinados alguns dias para a revisão, apresentação, discussão e plenária destes planejamentos. Estes são reelaborados para o ano seguinte, considerando as adequações, bem como os apontamentos mencionados. A realização deste trabalho conta com o acompanhamento do professor(a) formador(a) de área e com a participação dos professores de Ensino Religioso e outros profissionais presentes.

Foi utilizado como suporte para elaboração, vasto referencial teórico. Dentre eles: **Editora Paulinas** – Autora: Maria Inês Carniato; Livros da Pré-Escola à 8ª série; **Redescobrimos o**

Universo Religioso – Editora Vozes – Volumes 1 ao 9; **Todos os Jeitos de Crer** – Volumes 1 ao 4 – Editora: Ática; **Cadernos de Estudos para o Ensino Religioso** elaborados pelo Fórum Permanente do Ensino Religioso – FONAPER; o **Estatuto da Criança e Adolescente** – ECA; **PCNERs** do Ensino Religioso; Revista **Diálogo** e Jornal **Mundo Jovem**, dentre outros.

8º Ano

1) TEMA GERAL: Valores Humanos e Religiosidade

Subtemas:

1º Bimestre: As religiões afro-brasileiras e o Espiritismo

2º Bimestre: Religião com origem na Índia: Hinduísmo e Budismo. (Cultura e a história destas religiões).

3º Bimestre: As Religiões e a Arte

4º Bimestre: Compromisso Pessoal e Responsabilidade Social

2) OBJETIVOS:

- Conhecer as diferentes culturas / tradições religiosas de origem oriental;
- Compreender as diferentes maneiras de crer e se praticar o amor, a solidariedade e o respeito entre os indivíduos e seu universo social;
- Se posicionar de forma afirmativa a respeito da sua identidade e do seu meio;
- Buscar a integração dos alunos, através do conhecimento e a experiência da vida humana em âmbito pessoal, comunitário, cultural e universal, levando-os a refletir e compreender o seu “eu” no contexto social e religioso;
- Entender a diversidade religiosa, e suas implicações no meio em que ela existe;
- Resgatar conceitos de Transcendência e sagrado;
- Conscientizar do meio em que o educando faz parte, suas relações e como pode contribuir para transformação da sua realidade.

3) CONTEÚDOS:

3.1. - 1º Bimestre – Subtema: As religiões Afro-Brasileiras

- 3.1.1. A presença africana no mundo
- 3.1.2. A religião dos Orixás
- 3.1.3. Umbanda: uma proposta de união
- 3.1.4. Sincretismo religioso
- 3.1.5. Candomblé, ramificações e seitas (quimbanda).
- 3.1.6. O respeito à Diversidade e opção religiosa;
- 3.1.7. Datas cívicas e comemorativas.

3.1.1. Subtema: Espiritismo

- 3.1.1.1. Origem;
- 3.1.1.2. Fundadores e importantes líderes;
- 3.1.1.3. O que significa lei natural? As leis em que os espíritas crêem.
- 3.1.1.4. Lema da casa espírita “Fora da caridade não há salvação”; Organização da casa espírita.
- 3.1.1.5. Mediunidade e manifestações mediúnicas.
 - 3.1.1.5.1. Ritos: prece, passe, água fluidificada, ambientalização, casa e centro (locais de práticas), medicina espiritual;
- 3.1.1.6. Datas cívicas e comemorativas.

3.2. - 2º Bimestre – Subtemas: Religião com origem na Índia: Hinduísmo e Budismo

- 3.2.1. Origem;
- 3.2.2. Mitos;
- 3.2.3. Símbolos;
- 3.2.4. Ritos;
- 3.2.5. Valores;
- 3.2.6. Principais fundadores, líderes;
- 3.2.7. Textos sagrados;
- 3.2.8. Principais festas;
- 3.2.9. Datas cívicas e comemorativas.

3.3. - 3º Bimestre – Subtemas: As Religiões e a Arte

- 3.3.1. Musicalidade;
- 3.3.2. Artes plásticas;
- 3.3.3. Artes cênicas;
- 3.3.4. Dança;
- 3.3.5. Cinema;
- 3.3.6. As religiões e os meios de comunicação;
- 3.3.7. A arte na religiosidade indígena brasileira;
- 3.3.8. Datas cívicas e comemorativas.

3.4. - 4º Bimestre – Subtema: Compromisso Pessoal e Responsabilidade Social

- 3.4.2. Identidade Pessoal x Identidade Social;
- 3.4.3. Dependência Química;
- 3.4.4. Inclusão e Exclusão Social;
- 3.4.5. Protagonismo Juvenil (voluntariado);
- 3.4.6. Convenção da ONU sobre as Pessoas com Deficiência;

3.4.7. Estatuto Igualdade Racial

3.4.8. Exploração do trabalho Infantil e descumprimento do E.C. A no Brasil;

3.4.9. Datas cívicas e comemorativas.

4) METODOLOGIA - o ensino do conteúdo programático será feito através de:

- Aulas expositivas;
- Seminários organizados pelos alunos;
- Painéis informativos;
- Teatro;
- Rodas de Conversa;
- Dinâmicas;
- Utilização de Recursos audiovisuais;
- Pesquisa em bibliográficas e multimídias;
- Aulas em campo (passeios, excursões e atividades fora da sala de aula);
- Aulas dialogadas, expositivas e reflexivas, com base em vários textos;
- Atividades escritas, leituras de imagens, jornais, músicas, filmes, visitas solidárias, danças, teatro, poesia, trabalho em grupo e pesquisas;
- Teatro – leitura, dramatização e discussão de textos.
- Pannel de opiniões;
- Rodas de conversa;
- Debates;
- Uso do Dicionário e livros da Biblioteca;
- Trabalhos Individuais e em grupos;
- Momento para reflexão (coletiva e individual);
- Utilização de laboratório de informática;
- Mensagens e Textos com ensinamento moral e ético;
- Palestras e eventos com temas e pessoas que entendam do assunto;
- Dinâmicas e Vivências Grupais;
- Projetos extra-classe;
- Exibição de filmes e documentários temáticos;
- Visitas orientadas a locais sagrados de diversas religiões, convite às lideranças religiosas para visitarem a turma e esclarecerem dúvidas;
- O trabalho pode ser desenvolvido em formato de projetos que abordem, além dos temas descritos no planejamento, temas transversais como: sexualidade; meio ambiente, entorpecentes e festas populares e religiosas

Estes procedimentos metodológicos têm o objetivo de instrumentalizar um Ensino Religioso sempre pautado nos princípios de respeito à diversidade religiosa dos nossos alunos.

5) AVALIAÇÃO:

A avaliação é fonte para uma análise individual de cada educando, propiciando a continuidade dos processos de aprendizagem. Portanto, a avaliação deverá verificar sempre o aprendizado dos alunos e suas atitudes comportamentais periodicamente, por meio de produção de texto, questionários, debates, autoavaliação, dinâmicas e atribuição de notas e/ou conceitos (apenas nas escolas que a prevê).

Espera-se que o educando conheça os símbolos, ritos e escritos mais importantes de cada tradição religiosa, a partir do seu contexto sócio cultural e que, na comparação de seu significado, desenvolva um entendimento e respeito crescente na convivência da sala de aula e nos diferentes grupos.

Essa avaliação acontecerá de forma processual através da apresentação de seminários, pesquisas individuais, trabalhos em grupo e atividades em sala de aula. Onde será observado se o aluno considera e respeita os diferentes posicionamentos religiosos. Constata e respeita a necessidade, dele e dos outros, de momentos de silêncio, partilha e contemplação no processo de amadurecimento do conhecimento. Elabora questionamentos e/ou faz contemplação de ideias pertinentes ao tema. Percebe e organiza a presença de valores e/ou contra valores nas religiões. Identifica em si mesmo o seu potencial como sujeito de transformação do mundo.

6) OBSERVAÇÕES FINAIS:

1. No início do ano letivo, após a apresentação da disciplina, trabalhar os combinados de sala, direitos e deveres dos alunos. Deve-se fazer um trabalho de valorização da disciplina, por toda a equipe administrativa e pedagógica durante todo o ano letivo, bem como trabalhar todos os valores humanos inerentes à realidade da comunidade escolar.
2. Durante todo o ano letivo serão contemplados os conteúdos referentes às leis: 10.639/03, 11.645/08 e 8.069/90.
3. Sugere-se que se façam registros de suas atividades por meio de filmagens, portfólios e fotos (buscando a autorização da veiculação de imagens na secretaria da escola).
4. O trabalho pode ser desenvolvido em formato de projetos que abordem, além dos temas descritos no planejamento, temas transversais como: sexualidade; sustentabilidade (meio ambiente); ética e valores morais; entorpecentes e festas populares e religiosas.
5. Sugere-se que no decorrer do ano letivo, o(a) docente fomente o espírito de fraternidade e promova gestos concretos de solidariedade no espaço escolar, como: campanhas de sensibilização (conscientização) e arrecadação de bens (destinados à doação); visitas à instituições sociais e religiosas; atos e eventos públicos relacionados aos temas pertinentes à disciplina de Ensino Religioso.

7) REFERÊNCIAS:

ALVES, R. O que é religião. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BATISTA, Maria de Fátima Oliveira. A Emergência da Lei nº 10.639/03 e a Educação das

Relações Étnico-Raciais em Pernambuco. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

BRAGA, João Viane; NARLOCH, Rogério Francisco. **Redescobrimo o universo religioso**. v 5. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: [s.n.], 2004.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº8069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 22. Dez. 2012.

_____. Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: [s.n.], 2003.

_____. Ministério da Cultura. **Criatividade, Cultura e Cidadania**. São Paulo: Editora Aquarela, 2005.

_____. Ministério da Educação e do desporto, Secretaria de Educação e Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso**. MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Projeto Corpos, gênero e sexualidade**: questões possíveis para o currículo escolar. MEC/SEDH, 2006.

_____. **Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: [s.n.], 2009.

CARNIATO, Maria Inês. **Nossa opção religiosa**. V. IV/ 8ª série. São Paulo: Editora Paulinas, 2006.

_____. **Coleção Ensino Religioso Fundamental**. 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. São Paulo: Editora Paulinas, 2010.

CISALPINO, Murilo. **Religiões**. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

ECA E LEGISLAÇÃO. Disponível em: <www.promeninno.org.br>. Acesso em 25. Jan. 2013.

EDITORA MODERNA. **Coleção Entre Amigos**: Ensino Religioso – 1º ao 9º ano do ensino Fundamental. Editora Moderna Org. 2. Ed. São Paulo: Editora Moderna, 2009.

Especial Arte e Religião. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/especial/200705-artereligiao.php>>. Acesso em: 22. Jan. 2012

GARDER, Jostein et al. **O livro das religiões**. São Paulo: CIA DAS LETRAS, 2005.

GRANDA, Fernanda Rodrigues. LIMA, Regina Villaça. PIRES, Cristina do Valle G. **O dia -a -dia do professor na Adolescência: Afetividade, Sexualidade e Drogas**. Vols. I ao V. Belo Horizonte: Editora Fapi Ltda, 2002.

INCONTRI, Dora. CESAR, Alessandro. **Todos os jeitos de crer**. V. III. São Paulo: Editora Ática, 2006.

Jornal Mundo Jovem. Disponível em: < <http://www.mundojovem.com.br/> >. Acesso em :25.Jan.2013.

Jornal o Transcendente. Ano 3 p.10 e 11 ago/set e out/nov.,2009.

JUNIOR, Giovanni Salera. Arte e Religião. Disponível em
< <http://www.recantodasletras.com.br/ensaios/1713425> >. Acesso em : 26.Jan.2013.

NARLOCH, Rogério Francisco. **Redescobrimdo o universo religioso**. v 8. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

_____. NORLOCH, Rogério. **Redescobrimdo o universo religioso**. Vol 7. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível
em:< <http://www.bengalalegal.com/convencao.php> > Acesso em 17. Dez.2010.

PAIM, Paulo. **Estatuto da Igualdade Racial**. Senado Federal. Brasília, 2006

PASSOS, J. D. Ensino religioso. Construção de uma proposta. São Paulo: Paulinas, 2007.

RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA. Disponível em:
< http://pt.wikipedia.org/wiki/Religi%C3%B5es_de_matriz_africana >. Acesso em 25. Jan.2013

Religiões de matrizes Afro-brasileiras. Disponível em: <
<http://www.youtube.com/watch?v=EAs85nKjdEk> >. Acesso em 25. Jan.2013. (vídeo yotube).

RADESPIEL, Maria. **Coleção Alfabetização sem segredos: Ensino Fundamental - Educação Religiosa**. Minas Gerais: IEMAR, 2008.

_____. **Coleção Valores de A a Z**. Minas Gerais: IEMAR, 2009.

Revista Interações – Faculdade Católica de Uberlândia. Disponível em:
< <http://www.catolicaonline.com.br/portal/setor-de-publicacoes/portal-de-revistas-da-faculdade-catolica> >.
Acesso em: 12. Jan.2013.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. **As religiões no Brasil**. Continuidades e rupturas.
Petrópolis: Vozes, 2006.

SANCHEZ, W. L. **Pluralismo religioso**. As religiões no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2005.

VILHENA, M. A. **Ritos: expressões e propriedades**. São Paulo: Paulinas, 2005.

WILGES, Irineu. **Cultura religiosa, as religiões no mundo**. 17. ed. Petrópolis, Editora Vozes

Prefeitura Municipal de Uberlândia
Secretaria Municipal de Educação
Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais *Julieta Diniz* - CEMEPE

“ Professor nenhum é dono de sua prática se não tem em mãos, a reflexão sobre a mesma. Não existe ato de reflexão, que não nos leve a constatações, dúvidas e descobertas e, portanto, que não nos leve a transformar algo em nós, nos outros e no mundo ” - Madalena Freire

Professor formador de área: Fabrício de Moura Bassi

Professores:

Dayse Gonçalves da Cruz
Edna Maria dos Santos
Gabriela da Rocha Graciano de Melo

Jemmerson Antonio de Souza
Maria Cristina da Silva
Marly Guedes da Silva
Rosana Vieira Bastos
Rosângela Helena Carneiro
Terezinha Alves Miranda Ferreira

E. M. Amanda Carneiro Teixeira
E.M. Professor Domingos Pimentel de Ulhôa
E. M. Dr. Gladsen Guerra de Rezende
E. M. Professor Leôncio do Carmo Chaves
E.M. Profª. Maria Regina Arantes Lemes
E. M. Professor Otávio Batista Coelho Filho
E. M. Professora Cecy Cardoso Porfirio
E. M. do Bairro Shopping Park
E. M. Dr. Joel Cupertino Rodrigues
E. M. Mario Alves Araújo Silva

PLANEJAMENTO ANUAL ENSINO RELIGIOSO – 2015

9º ANO

Desde o ano de 2008, os professores que atuam na disciplina de Ensino Religioso da Rede Municipal de Ensino estão elaborando, coletivamente o planejamento anual deste componente curricular para ser utilizado em toda a rede. Lembramos, porém, que todo planejamento deve ser flexível, passível de alterações pelas demandas da comunidade escolar.

A dinâmica para a elaboração deste planejamento leva em consideração a aplicabilidade no transcorrer de todo o ano letivo. Professores, pais, gestores e especialistas da educação possuem autonomia para fazerem adequações, bem como apontamentos pertinentes à realidade local, desde que em consonância com as diretrizes e legislações vigentes para esta área do conhecimento.

Ao final de cada ano letivo, geralmente são destinados alguns dias para a revisão, apresentação, discussão e plenária destes planejamentos. Estes são reelaborados para o ano seguinte, considerando as adequações, bem como os apontamentos mencionados. A realização deste trabalho conta com o acompanhamento do professor(a) formador(a) de área e com a participação dos professores de Ensino Religioso e outros profissionais presentes.

Foi utilizado como suporte para elaboração, vasto referencial teórico. Dentre eles: **Editora Paulinas** – Autora: Maria Inês Carniato; Livros da Pré-Escola à 8ª série; **Redescobrimo o**

Universo Religioso – Editora Vozes – Volumes 1 ao 9; **Todos os Jeitos de Crer** – Volumes 1 ao 4 – Editora: Ática; **Cadernos de Estudos para o Ensino Religioso** elaborados pelo Fórum Permanente do Ensino Religioso – FONAPER; o **Estatuto da Criança e Adolescente – ECA**; **PCNERS** do Ensino Religioso; Revista **Diálogo** e Jornal **Mundo Jovem**, dentre outros.

9º Ano

1) **TEMA GERAL:** Pluralismo religioso e opção religiosa – O transcendente na vida de cada um (a)

Subtemas:

1º Bimestre: As tradições religiosas e o compromisso social e Judaísmo;

2º Bimestre: Ética, Cidadania e Meio Ambiente;

3º Bimestre: Religiões Extremo Oriente (Confucionismo, Taoísmo e Xintoísmo). Filosofias de vida e novas tendências religiosas.

4º Bimestre: Opção religiosa e pela vida.

2) OBJETIVOS:

- Compreender e respeitar a diversidade religiosa, assim como a forma em que cada um vem ou não praticá-la.

3) CONTEÚDOS:

3.1. - 1º Bimestre – Subtema: As tradições religiosas e o compromisso social.

3.1.1. Religião x Religiosidade;

3.1.2. Fé X Razão

3.1.3. Os valores nas instituições laicas e religiosas;

3.1.4. Papel social das religiões;

3.1.5. O respeito a religiosidade afrobrasileira, africana e indígena.

3.1.6. Datas cívicas e comemorativas.

3.1.1. Subtema: Judaísmo

3.1.1. Conceituação

3.1.1. Origem, significado do termo e fundador

3.1.2. Principais crenças e símbolos

3.1.3. Localidade e número de seguidores

3.1.4. Nome do transcendente e do livro sagrado

3.1.5. Principais festas

3.1.6. Holocausto (**Sugestão de Filmes:** A vida é Bela, Menino do Pijama Listrado, O diário de Anne Frank).

3.1.7. Datas cívicas e comemorativas.

3.2. - 2º Bimestre – Tema: Ética, Cidadania e Meio Ambiente

- 3.2.1. Relação Ética e Moral
- 3.2.2. A ética nas tradições religiosas
- 3.2.3. Cidadania – ECA; Estatuto do Idoso; Código Defesa do Consumidor
- 3.2.4. Afetividade e Sexualidade na matriz religiosa brasileira
- 3.2.5. Datas cívicas e comemorativas.

3.3. - 3º Bimestre – Tema: Religiões Extremo Oriente (Confucionismo, Taoísmo e Xintoísmo) e Filosofias de vida e novas tendências religiosas (Seitas).

- 3.3.1. Liberdade religiosa e de crença;
- 3.3.2. Seitas e formação de novos movimentos religiosos;
- 3.3.3. Filosofias de vida;

3.3.4. Religiões do Extremo Oriente (Confucionismo, Taoísmo e Xintoísmo)

- 3.3.4.1. Origem
- 3.3.4.2. Mitos
- 3.3.4.3. Símbolos
- 3.3.4.4. Ritos
- 3.3.4.5. Valores
- 3.3.4.6. Principais fundamentos
- 3.3.4.7. Líderes
- 3.3.4.8. Textos sagrados
- 3.3.4.9. Principais festas religiosas
- 3.3.4.10. Datas cívicas e comemorativas.

3.4. - 4º Bimestre – Subtema: Opção religiosa e pela vida.

- 3.4.1. Opção pela vida (entorpecentes lícitos e ilícitos)
 - 3.4.1.1 A cultura de morte: a banalização e a dessacralização da vida.
 - 3.4.1.2 As tradições religiosas como opção pela vida.
- 3.4.2. Ressacralização da realidade (como remédio a inanição por falta do sagrado).
- 3.4.3 Ética universal, ética religiosa e ética pessoal.
 - 3.4.3.1 Sexualidade
 - 3.4.3.2 Aborto
 - 3.4.3.3 Eutanásia
 - 3.4.3.4 Pena de morte.
 - 3.4.3.5. Orientação sexual e Homofobia.
 - 3.4.3.6. Datas cívicas e comemorativas.

4) METODOLOGIA: o ensino do conteúdo programático será feito através de:

- Aulas expositivas;
- Seminários organizados pelos alunos;
- Painéis informativos;

- Teatro;
- Rodas de Conversa;
- Dinâmicas;
- Utilização de Recursos audiovisuais;
- Pesquisa em bibliográficas e multimídias;
- Aulas em campo (passeios, excursões e atividades fora da sala de aula);
- Aulas dialogadas, expositivas e reflexivas, com base em vários textos;
- Atividades escritas, leituras de imagens, jornais, músicas, filmes, visitas solidárias, danças, teatro, poesia, trabalho em grupo e pesquisas;
- Teatro – leitura, dramatização e discussão de textos.
- Painel de opiniões;
- Rodas de conversa;
- Debates;
- Uso do Dicionário e livros da Biblioteca;
- Trabalhos Individuais e em grupos;
- Momento para reflexão (coletiva e individual);
- Utilização de laboratório de informática;
- Mensagens e Textos com ensinamento moral e ético;
- Palestras e eventos com temas e pessoas que entendam do assunto;
- Dinâmicas e Vivências Grupais;
- Projetos extra-classe;
- Exibição de filmes e documentários temáticos;
- Visitas orientadas a locais sagrados de diversas religiões, convite às lideranças religiosas para visitarem a turma e esclarecerem dúvidas;
- O trabalho pode ser desenvolvido em formato de projetos que abordem, além dos temas descritos no planejamento, temas transversais como: sexualidade; meio ambiente, entorpecentes e festas populares e religiosas

Estes procedimentos metodológicos têm o objetivo de instrumentalizar um Ensino Religioso sempre pautado nos princípios de respeito à diversidade religiosa dos nossos alunos.

5) AVALIAÇÃO:

A avaliação é fonte para uma análise individual de cada educando, propiciando a continuidade dos processos de aprendizagem. Portanto, a avaliação deverá verificar sempre o aprendizado dos alunos e suas atitudes comportamentais periodicamente, por meio de produção de texto, questionários, debates, autoavaliação, dinâmicas e atribuição de notas e/ou conceitos (apenas nas escolas que a prevê).

Espera-se que o educando conheça os símbolos, ritos e escritos mais importantes de cada tradição religiosa, a partir do seu contexto sócio cultural e que, na comparação de seu significado, desenvolva um entendimento e respeito crescente na convivência da sala de aula e nos diferentes grupos.

Essa avaliação acontecerá de forma processual através da apresentação de seminários, pesquisas individuais, trabalhos em grupo e atividades em sala de aula. Onde será observado se o

aluno considera e respeita os diferentes posicionamentos religiosos. Constata e respeita a necessidade, dele e dos outros, de momentos de silêncio, partilha e contemplação no processo de amadurecimento do conhecimento. Elabora questionamentos e/ou faz contemplação de ideias pertinentes ao tema. Percebe e organiza a presença de valores e/ou contra valores nas religiões. Identifica em si mesmo o seu potencial como sujeito de transformação do mundo.

6) OBSERVAÇÕES FINAIS:

1. No início do ano letivo, após a apresentação da disciplina, trabalhar os combinados de sala, direitos e deveres dos alunos. Deve-se fazer um trabalho de valorização da disciplina, por toda a equipe administrativa e pedagógica durante todo o ano letivo, bem como trabalhar todos os valores humanos inerentes à realidade da comunidade escolar.
 2. Durante todo o ano letivo serão contemplados os conteúdos referentes às leis: 10.639/03, 11.645/08 e 8.069/90.
 3. Sugere-se que se façam registros de suas atividades por meio de filmagens, portfólios e fotos (buscando a autorização da veiculação de imagens na secretaria da escola).
 4. O trabalho pode ser desenvolvido em formato de projetos que abordem, além dos temas descritos no planejamento, temas transversais como: sexualidade; sustentabilidade (meio ambiente); ética e valores morais; entorpecentes e festas populares e religiosas.
- figura-se que no decorrer do ano letivo, o(a) docente fomente o espírito de fraternidade e promova gestos concretos de solidariedade no espaço escolar, como: campanhas de sensibilização (conscientização) e arrecadação de bens (destinados à doação); visitas às instituições sociais e religiosas; atos e eventos públicos relacionados aos temas pertinentes à disciplina de Ensino Religioso.

7) REFERÊNCIAS:

ALVES, R. O que é religião. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BATISTA, Maria de Fátima Oliveira. A Emergência da Lei nº 10.639/03 e a Educação das Relações Étnico-Raciais em Pernambuco. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

BETTENCOURT, Estevão Tavares. Crenças, religiões, igrejas e seitas: quem são? – Coletânea de artigos publicados na Revista O Mensageiro.

Bayer HealthCare (Programa de Atenção e Orientação a Saúde Sexual e Reprodutiva)
Disponível em: < www.programa.ato.com.br > Acesso em: 22. Dez.2012

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: [s.n.], 2004.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº8069 de 13 de julho de 1990.
Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm >. Acesso em: 22. Dez. 2012.

_____. **Estatuto do Idoso**. Lei Federal nº10741 de 1º de outubro de 2003. Disponível

em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.741.htm> > Acesso em : 25. Jan.2013.

_____. Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: [s.n.], 2003.

_____. Ministério da Cultura. **Criatividade, Cultura e Cidadania**. São Paulo: Editora Aquarela, 2005.

_____. Ministério da Educação e do desporto, Secretaria de Educação e Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso**. MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Projeto Corpos, gênero e sexualidade: questões possíveis para o currículo escolares/SEDH,2006**.

_____. **Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: [s.n.], 2009.

_____. PAIM, Paulo. **Estatuto da Igualdade Racial**. Senado Federal. Brasília, 2006.

_____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, v. 10, 1997.

CAMARGO, Ana Maria Facciolo de; RIBEIRO, Cláudia. **Sexualidade(s) e Infância(s): a sexualidade como tema transversal**. São Paulo: Moderna; Campinas: UNICAMP, 1999.

CARNIATO, Maria Inês. **Nossa opção religiosa: 8ª série**. São Paulo: Editora Paulinas, 2006.

_____. **Coleção Ensino Religioso Fundamental. 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental**. São Paulo: Editora Paulinas, 2010.

CESAR, Alessandro. INCONTRI, D. e BIGHETO. Todos os jeitos de crer: Ensino Inter-Religioso. Vols. 02 e 03. Editora Ática, 2006.

_____. Todos os jeitos de crer. v.IV. São Paulo: Editora Ática, 2006.

CISALPINO, Murilo. **Religiões**. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

Diálogo. **Revista de Ensino Religioso, nº. 50, 51**. Editora Paulinas. Disponível em: <<http://www.paulinas.org.br/dialogo/interessa.aspx>>. Acesso em : 25. Jan.2013

ECA E LEGISLAÇÃO. Disponível em: <www.promenino.org.br>>. Acesso em 25. Jan.2013.

FAVERO, Bruno. **QUESTÕES VARIADAS: PENA DE MORTE, EUTANÁSIA, ABORTO, ETC.** Disponível em: <http://protestantismo.ieadcg.com.br/perguntas_e_respostas/questoes_variadas.htm>>. Acesso em: 26. Jan.2012.

GARDER, Jostein e outros. **O livro das religiões**. São Paulo: CIA DAS LETRAS, 2005.

GRANDA, Fernanda Rodrigues. LIMA, Regina Villaça. PIRES, Cristina do Valle G. **O dia -a -dia do professor na Adolescência: Afetividade, Sexualidade e Drogas** Vols. I ao V. Belo Horizonte: Editora Fapi Ltda., 2002.

HADAS-LEBEL, Mireille. Flávio Josefo, o judeu de Roma. Rio de Janeiro, Imago, 1991.

Judaísmo. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Juda%C3%ADsmo> >. Acesso em : 24. Jan.2013.

Kit A cor da cultura. Disponível em: < <http://www.acordacultura.org.br> >. Acesso em: 01/12/2014;

LIMA, Antônio Carlos Gomes da Costa. **Programa Cuidar – Adolescência, cuidado e vida**. Livro 3. (fotocópia).

LONGEN, Mário Renato. **Redescobrimo o universo religioso**. Vol. 9. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

LOPES, Cida. **Coleção Sexo e Sexualidade**. 12. vls. Santa Catarina. Brasileitura, 2006.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

Jornal Mundo Jovem. Disponível em: < <http://www.mundojovem.com.br/> >. Acesso em : 25. Jan.2013.

NETO, Francisco Espírito Santo. **Renovando Atitudes**. Disponível em:
< [http://www.pingosdeluz.com.br/ebooks/Chico_Xavier/Francisco%20Do%20Esp%EDrito%20Santo%20Neto%20-%20Renovando%20Atitudes%20\(pdf\)\(rev\).pdf](http://www.pingosdeluz.com.br/ebooks/Chico_Xavier/Francisco%20Do%20Esp%EDrito%20Santo%20Neto%20-%20Renovando%20Atitudes%20(pdf)(rev).pdf) >. Acesso em: 24. Jan.2013.

NORLOCH, Rogério. **Redescobrimo o universo religioso**. v.8. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

O Judaísmo. Disponível em: < <http://www.suapesquisa.com/judaismo/> >. Acesso em : 26. Jan.2013.

PASSOS, J. D. **Ensino religioso**. Construção de uma proposta. São Paulo: Paulinas, 2007.

PEREIRA, Edmilson de Almeida. **Malungos na Escola: Questões sobre culturas afrodescendentes e educação**. São Paulo: Paulinas, 2007. 311p.

RADESPIEL, Maria. **Coleção Alfabetização sem segredos: Ensino Fundamental - Educação Religiosa**. Minas Gerais: IEMAR, 2008.

_____. **Coleção Valores de A a Z**. Minas Gerais: IEMAR, 2009.

Revista Interações – Faculdade Católica de Uberlândia. Disponível em:
< <http://www.catolicaonline.com.br/portal/setor-de-publicacoes/portal-de-revistas-da-faculdade-catolica> >. Acesso em: 12. Jan.2013.

RIBEIRO, Marcos. **Menino brinca de boneca: Conversando dobre o que é ser menino e menina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Formato Ltda, 1991.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. **As religiões no Brasil**. Continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, 2006.

SANCHEZ, W. L. **Pluralismo religioso**. As religiões no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2005.

VERMÈS, Geza. A religião de Jesus, o judeu. Rio de Janeiro, Imago, 1995.

VILHENA, M. A. **Ritos: expressões e propriedades**. São Paulo: Paulinas, 2005.

WILGES, I. Cultura religiosa. As religiões do mundo. 18. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.